

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO
NÍVEL MESTRADO

RENATO DE OLIVEIRA SAGRERA

**PRÁTICAS RADIOFÔNICAS NOS BASTIDORES DA LEGALIDADE:
A MOBILIZAÇÃO LIDERADA PELO MICROFONE**

São Leopoldo

2013

RENATO DE OLIVEIRA SAGRERA

**PRÁTICAS RADIOFÔNICAS NOS BASTIDORES DA LEGALIDADE:
A MOBILIZAÇÃO LIDERADA PELO MICROFONE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Professora Orientadora: Dra. Christa Berger

São Leopoldo

2013

S129p Sagrera, Renato de Oliveira.
Práticas radiofônicas nos bastidores da
Legalidade : a mobilização liderada pelo microfone
/ Renato de Oliveira Sagrera. – 2013.
113 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale
do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em
Ciências da Comunicação, 2013.

"Professora Orientadora: Dra. Christa Berger."

1. Rádio. 2. Mobilização social. 3. Política.
4. Cidadania. 5. Cadeia da Legalidade. I. Título.

CDU 659.3

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Bibliotecário: Flávio Nunes – CRB 10/1298)

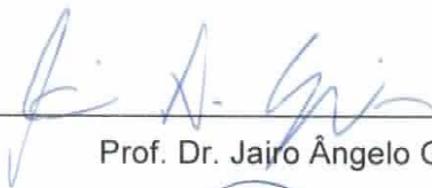
RENATO DE OLIVEIRA SAGRERA

“PRÁTICAS RADIOFÔNICAS NOS BASTIDORES DA LEGALIDADE: A
MOBILIZAÇÃO LIDERADA PELO MICROFONE”

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Aprovado em 20 de agosto de 2013

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Jairo Ângelo Grisa – ESPM



Prof. Dr. Ronaldo Cesar Henn – UNISINOS



Profa. Dra. Christa Berger – UNISINOS

Dedico este trabalho à minha esposa e meu alicerce, **Karen**. Ao meu irmão **Jorge**, paradigma de cidadão cumpridor de seus deveres, em quem me espelho. Ao meu saudoso pai adotivo **Jukir**, que me ensinou a ser jornalista desde pequenino, e está no céu ao lado das minhas amadas mães **Julieta** e vó **Luiza**, que me tornaram um homem de fé movido pela esperança.

AGRADECIMENTOS

À professora orientadora Christa Berger pela paciência, pela orientação deste estudo e por aceitar este desafio, contribuindo com valiosas observações relacionadas à minha pesquisa.

“O rádio é o jornal de quem não sabe ler, é o mestre de quem não pode ir à escola, é o divertimento gratuito do pobre.”

(Edgar Roquette-Pinto)

RESUMO

Esta pesquisa promove um resgate histórico dos principais acontecimentos midiáticos que caracterizaram a Cadeia da Legalidade, além de investigar a mobilização social proporcionada pelo movimento liderado por Leonel Brizola. Trata-se de uma coletânea de depoimentos de personalidades que participaram ativamente do processo comunicacional desencadeado durante o último levante promovido no Rio Grande do Sul. A partir de uma análise qualitativa dos materiais coletados, baseada na perspectiva do jornalismo que faz história, pretende-se reconstituir o ambiente midiático de agosto de 1961, e averiguar os segmentos sociais que acabaram sendo influenciados pelo poder do microfone, bem como o papel que o rádio exerceu durante o acontecimento.

Palavras-chave: Rádio. Mobilização social. Política. Cidadania. Cadeia da Legalidade.

ABSTRACT

This research promotes a historical major media events that characterized the Chain of Legality, besides investigating social mobilization afforded by the movement led by Brizola. It is a collection of testimonials from personalities who participated actively in the communication process initiated during the last uprising promoted in Rio Grande do Sul From a qualitative analysis of the collected material, based on the historical perspective of journalism, aims to reconstruct the media environment August 1961, and ascertain the social segments that eventually influenced by the power of the microphone, as well as the role that radio exercised during the event.

Keywords: Radio. Social mobilization. Policy. Citizenship. Chain of Legality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 HISTORIA ORAL E METODOLOGIA.....	23
3 O RÁDIO E SEU POTENCIAL MOBILIZADOR.....	32
3.1 BRECHT E A TEORIA DO RÁDIO	32
3.2 O USO POLÍTICO DO RÁDIO: DE VARGAS A PERÓN	34
4 BRIZOLA E A LEGALIDADE.....	40
4.1 CIRCULAÇÃO INTERATIVA E COBERTURA DOS JORNAIS.....	52
4.2 AS PALESTRAS SEMANAIS DE BRIZOLA.....	59
4.2.1 Técnicas radiofônicas no Microfone da Legalidade	64
4.2.2 Os motivos da requisição da Rádio Guaíba.....	77
4.2.3 Ressarcimento das emissoras.....	81
4.2.4 Bastidores e programação da Cadeia da Legalidade.....	83
4.2.5 Interferência de Brizola	86
4.2.6 Influência de Che Guevara.....	90
5 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E LEGALIDADE	93
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112

1 INTRODUÇÃO

O rádio sempre foi considerado o veículo de comunicação de massa que proporciona maior instantaneidade e imediatismo na chegada das informações aos receptores. Entre os variados meios existentes, ele é conhecido como um dos mais populares, em virtude do amplo alcance junto ao público. Mesmo em tempos de alta tecnologia, muitas vezes chega a ser o único a levar informação e entretenimento às populações de regiões mais carentes e que ainda não têm acesso às plataformas de comunicação. É uma companhia para o ouvinte, criando um elo entre ambas as partes. Estimula a criatividade e o interesse de quem ouve, criando imagens mentais, que são transmitidas através do som. E ainda pode ser considerado como um dos meios mais baratos. É adquirido somente uma vez, com alta durabilidade.

Tal veículo desperta a imaginação e a emocionalidade através das palavras, transmitindo a ideia de que, naquele momento, o locutor fala exclusivamente “para si”, pessoa individual, embora esteja “conversando” com toda a audiência. Sua comunicação pode ser caracterizada como pública, transitória e rápida. Ela é pública porque suas mensagens não são endereçadas a ninguém em particular, e seu conteúdo está aberto ao critério de todos. Rápida porque as mensagens são destinadas para atingir grande audiência em tempo relativamente curto. Transitória, pois a intenção é de que sejam consumidas imediatamente, não se destinando a registros permanentes, com exceções de, por exemplo, gravações. O embrião do seu surgimento faz retornarmos ao começo do século XIX, quando o físico inglês Michel Faraday descobre o princípio da indução eletromagnética. Em 1895, Aleksander Popov, Henry Jackson e Oliver Lodge transmitiram os primeiros sinais de rádio à distância. Tal iniciativa possibilitou que o físico italiano Guglielmo Marconi inventasse o primeiro método prático de telegrafia sem fios em 1896, construindo um sistema de transmissão e recepção que permitiam o envio de sinais a algumas centenas de metros. Com a expansão e aperfeiçoamento destas técnicas, no começo do século XX, parte do Atlântico Norte já era cruzado por sinais de radiotelegrafia. Antes mesmo de Marconi, existem registros de que o padre gaúcho Roberto Landell de Moura realizou, em 1893, do alto da Avenida Paulista ao morro de Sant’Anna, em São Paulo, numa distância de oito

quilômetros, a primeira experiência de radiotelefonia de que se tem registro, embora não haja documentos que comprovem o fato. Landell de Moura foi considerado o Patrono dos radioamadores do Brasil. Já em 1899 e 1900, jornais citam a experiência, concedendo ao inventor o pioneirismo do brasileiro na transmissão de sinais sonoros. Em 1919 foi inaugurada uma emissora de rádio regular em Rotterdam, na Holanda. O rádio seguiu seu caminho como meio de comunicação alcançando o planeta. Os radiodifusores improvisavam seus próprios aparelhos receptores. No final da primeira guerra mundial, a radiofonia já estava em pleno funcionamento no mundo inteiro.

Sua criação no Brasil, em 1922, foi agregada à necessidade da divulgação da ciência e cultura, sem qualquer expectativa no que se refere à comercialização de espaços ou veiculação de publicidade. A inauguração oficial do rádio no Brasil ocorreu em 7 de setembro de 1922. No ano em que se comemorou o I Centenário da Independência do Brasil (1922), ocorreu no Rio de Janeiro uma grande feira internacional, na Esplanada do Castelo, que recebeu visitas de empresários americanos trazendo a tecnologia de radiodifusão para demonstrar na feira, que naquela época era o assunto principal nos Estados Unidos. Para testar o novo meio de comunicação, os americanos da Westinghouse Electric instalaram uma estação de 500 watts e uma antena no pico do morro do Corcovado, onde atualmente é o Cristo Redentor.

O público ouviu o pronunciamento do Presidente da República, Epitácio Pessoa, e a ópera "O Guarani", de Carlos Gomes, transmitida diretamente do Teatro Municipal. Isso tudo além de conferências e diversas atrações. A primeira transmissão radiofônica do discurso do presidente Epitácio foi captada em Niterói, Petrópolis, na serra fluminense e em São Paulo, onde foram instalados aparelhos receptores. A reação visionária do antropólogo Edgard Roquette-Pinto era transformar a invenção numa máquina capaz de promover a educação do povo brasileiro. No ano seguinte, 1923, a rádio Sociedade do Rio Janeiro foi fundada por Roquette Pinto, juntamente com um grupo de cientistas e intelectuais cariocas, com o objetivo de divulgar a cultura junto aos principais segmentos da sociedade. Voltada para a elite do país, a programação da rádio incluía ópera, recitais de poesia, concertos e palestras culturais e tinha uma finalidade cultural e educativa. Como os anúncios pagos eram proibidos, ela era mantida por doações de ouvintes. Em 1931, o presidente Getúlio Vargas criou o

Departamento Oficial de Propaganda, vinculado à Imprensa Nacional, tendo como atividades principais a elaboração de um programa oficial radiofônico. Vargas, em 1932, assinou decreto autorizando a veiculação de publicidade e passou a distribuir a concessão de canais a particulares. Como resultado, a produção erudita passou a ser popular e os interesses dos proprietários passaram de educativos para mercantis. Por outro lado, a competição gerou desenvolvimento técnico, popularidade e status às emissoras. A década de 1930 marcou o apogeu do rádio como veículo de comunicação de massa, refletindo as mudanças pelas quais o país passava. O crescimento da economia nacional atraía investimentos estrangeiros, que encontravam no Brasil um mercado promissor. A indústria elétrica, aliada à fonográfica, proporcionou um grande impulso à expansão radiofônica.

Surge a primeira emissora brasileira idealizada como empresa em busca do lucro: a Rádio Record. Conforme Júlia Lúcia da Silva (1999, p. 36):

Em 1932 as emissoras puderam abrir espaço para uma nova forma de publicidade que deixa de se basear em textos lidos para transformar-se em discursos elaborados e gravados. Nasce, assim, o *spot* publicitário e os *jingles*.

A Rádio Record, no que se refere ao entretenimento, caracterizava-se pelas superproduções. Cantores reconhecidos em toda a sociedade paulista eram contratados e também participavam de programas de auditório para atrair a audiência do ouvinte. Graças a este modelo, outras emissoras seguiram a mesma linha para que não ficassem atrás das concorrentes.

Em 1934, o DOP foi reorganizado gradativamente, em função da importância que o veículo estava conquistando junto às populações, e passou a se chamar Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, ligado ao Ministério da Justiça. O novo órgão criou o programa “A Hora do Brasil”, em julho de 1935, com o objetivo de divulgar as realizações do governo Vargas. No ano de 1936, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi doada ao governo federal e passou a chamar-se Rádio Ministério de Educação. No ano seguinte, a veiculação de “A Hora do Brasil” passou a ser obrigatório em horário nobre do rádio (HAUSSEN, 1997, p. 21). Um marco na radiodifusão brasileira foi a criação da Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 1936, que se tornaria um modelo e marcaria presença em

todo o território nacional através de sua programação. Em 1939, surgiu o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), com o objetivo de mobilizar e controlar a opinião pública. Em 1940, a Rádio Nacional foi encampada pelo governo Getúlio Vargas, fato que ilustra a relação existente entre o presidente e a radiodifusão.

Mas a partir da criação do transistor, em 1947, as principais características do rádio surgiram de maneira mais acentuada, em virtude da comercialização dos tradicionais “rádios de pilha”. A comunicação passava então a ser mais ágil, possibilitando que as transmissões ao vivo pudessem ser acompanhadas pelos receptores sem a necessidade do uso de tomadas elétricas. Naquela época, o rádio, graças ao surgimento destes aparelhos portáteis, passou a substituir os jornais como principal meio de veiculação de notícias. A instantaneidade e o imediatismo proporcionam a informação na hora do exato momento dos acontecimentos dos fatos. Elas traduzem o conhecido termo “ao vivo”, amplamente utilizado pelos profissionais do microfone. E foi justamente no período em que o rádio de pilha deixou de ser uma novidade restrita a poucos grupos e passou a ser expandido para outros segmentos sociais, no começo da década de 1960, é que se registra o acontecimento do nosso principal observável que será aprofundado em nossa pesquisa, no caso a Cadeia da Legalidade. Tal tema, em virtude da passagem do seu cinquentenário, celebrado em 2011, foi amplamente lembrado pela mídia e também pela própria sociedade. Mesmo tendo um vasto material a respeito do movimento político liderado pelo governador Leonel Brizola, inclusive com recentes obras lançadas em Porto Alegre, são poucos os livros ou relatos que tratem exclusivamente da importância do fenômeno “rádio” na Legalidade a partir de sua condição de elemento de estudo das ciências da comunicação social. Muitas vezes encontram-se obras e materiais publicados em periódicos tratando do movimento e seus aspectos políticos que ficaram marcados na história do Brasil a partir da renúncia do então presidente Jânio Quadros e a iniciativa liderada pelos ministros militares que rejeitavam a posse do vice João Goulart, que estava em viagem à China. Porém, não se registrou a existência de obras ou ensaios específicos sobre as práticas radiofônicas utilizadas durante os 12 dias de funcionamento diretamente dos porões do Palácio Piratini, a partir da

requisição da Rádio Guaíba encaminhada por Brizola, e que acabou se expandindo pelo Brasil afora com o engajamento de várias emissoras.

A Cadeia da Legalidade foi um dos marcos da história do rádio brasileiro. Milhares de gaúchos concentraram-se em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, muitos deles de armas na mão prontos para defender até à última instância a posse do presidente João Goulart, evitando desta forma o golpe militar em agosto de 1961. O movimento contou com a sintonia de ouvintes de 104 emissoras de rádio espalhadas pelo Brasil e também no exterior, divulgando amplamente as manifestações do governador Leonel Brizola, bem como as principais notícias sobre a situação vivida naquele período no qual o Rio Grande do Sul quase se tornou o palco de uma verdadeira guerra civil. Infere-se que a mobilização social promovida pelo episódio tenha despertado o sentimento de patriotismo do povo gaúcho na defesa da Constituição. Integrantes de diferentes classes sociais e categorias profissionais esqueceram eventuais divergências e ficaram unidos em busca do mesmo objetivo. Este cenário registrado em agosto de 1961 está em sintonia com o pensamento de Scherer-Warren (2005), quando a autora explica, em linhas gerais, as características das mobilizações sociais que acabam aliando cidadãos em torno de ideais:

Concebemos os movimentos sociais como redes de interação e prática social, simbólica e política que conectam cidadãos, grupos e organizações da sociedade civil engajados em torno de conflitos ou no apelo a uma solidariedade comum, baseando-se em projetos políticos ou culturais, construídos em torno de identificações e valores coletivos (SCHERER-WARREN, 2005, p. 28).

Durante a Cadeia da Legalidade, milhares de ouvintes foram engajados na defesa da posse de Jango, “conectados” graças à sintonia da emissora instalada nos porões do Piratini. Até mesmo as divergências em virtude das cores partidárias foram esquecidas em prol das ideias defendidas por Brizola no microfone. Scherer-Warren (2006) enfatiza que tais situações permitem o diálogo entre segmentos distintos:

As redes, por serem multiformes, aproximam atores sociais diversificados – dos níveis locais aos mais globais, de diferentes tipos de organizações –, e possibilitam o diálogo da diversidade de interesses e valores. Ainda que esse diálogo não seja isento de conflitos, o encontro e o confronto das reivindicações e lutas referentes a diversos aspectos da cidadania vêm permitindo aos movimentos sociais a defesa de um sujeito identitário único à defesa de um sujeito plural (SCHERER-WARREN, 2006, p. 116).

O relato do ex-deputado Lauro Hagemann, um dos locutores da Cadeia da Legalidade, a respeito dos 12 dias vividos nos porões do Palácio Piratini, vem ao encontro da teoria de Scherer-Warren (2006). O episódio garantiu o engajamento de diversos setores e seus representantes unidos em torno do mesmo ideal, ou seja, a defesa da Constituição:

“É difícil de dizer quem não foi afetado pela Legalidade. O próprio Sindicato dos Radialistas surgiu a partir da Legalidade. Praticamente todos os segmentos da sociedade tiveram participação no episódio. Isto é importante para demonstrar o aspecto coletivo deste movimento. Foi um movimento da sociedade no qual todos, independente de cores partidárias ou ideologias, agiam em defesa do mesmo objetivo que era garantir a posse do presidente João Goulart” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

As declarações de Hagemann ilustram a dimensão da Legalidade e estão em sintonia com a definição de Quéré em torno do que pode ser enquadrado como acontecimento:

O verdadeiro acontecimento não é unicamente da ordem do que ocorre, do que se passa ou do que produz, mas também do que acontece a alguém. [...] Quer dizer que ele afeta alguém, de uma maneira ou de outra, e que suscita reações e respostas mais ou menos apropriadas (QUÉRÉ, 2005, p. 61).

Se levarmos em consideração a amplitude do que representou a rebelião popular liderada por Brizola, fazendo uma análise com teses levantadas por Quéré, pode-se definir que a Legalidade foi um acontecimento que desencadeou reflexos em diversos setores da sociedade, alcançando repercussão inclusive em outros países, através da propagação das ondas do rádio. Caroline Casali (2012) afirma que:

Segundo Quéré, fato e acontecimento são dois fenômenos que não possuem o mesmo “status”. Talvez o acontecimento possa ser considerado um fato que ultrapassa os limites geográficos, avançando para muitos lugares distantes do ocorrido, alimentando a imaginação de milhares de pessoas que necessitam da continuidade do tema, pelo menos durante um determinado período (QUÉRÉ apud CASALI, 2012, p. 179).

Desta maneira, pode-se verificar que a Legalidade tem todas as características para ser enquadrada como um acontecimento histórico, eis que seu alcance atingiu todo o Brasil e chegou ao exterior. A prova desta afirmação é que jornalistas estrangeiros oriundos não só da América do Sul como de outros continentes vieram até Porto Alegre e se cadastraram para a realização da cobertura jornalística. Durante a programação, os boletins eram traduzidos em outros idiomas. Como relata o escritor Juremir Machado:

Uma tropa de jornalistas e radialistas [...] está pronta para lutar, orgulhosos de suas máquinas de escrever e de suas línguas afiadas, eles que não se consideravam partidários senão da verdade. Logo haveria colegas do mundo todo na área, da United Press International, da France Press, da Paris-Match, da Time-Life, do El País, do La Prensa, do La Nación, do Daily Mirror, do Chicago Tribune, do New York Times... [...]. As transmissões são feitas em várias línguas: português, francês, inglês e até em árabe e turco (SILVA, 2011, p. 103).

Nossa pesquisa pretende investigar estes efeitos promovidos em diferentes setores pelas ondas do rádio naquele período. Quais foram os processos constitutivos do ambiente midiático criado pela Cadeia da Legalidade e quais desdobramentos foram produzidos? Quais os motivos da requisição da Rádio Guaíba? De que forma Brizola atuava nos bastidores da programação da Cadeia da Legalidade? Brizola exercia a função de “editor” do conteúdo transmitido no microfone? Como era a rotina da “redação” jornalística da rádio instalada nos porões do Piratini? Qual foi o papel do rádio no contexto?

Esta dissertação tem o objetivo de promover uma reconstituição histórica das práticas radiofônicas da Cadeia da Legalidade e da mobilização social promovida por tal evento a partir do uso do microfone, tendo como base os depoimentos testemunhais. A iniciativa pretende, através destas entrevistas, reescrever, utilizando os métodos oriundos da história oral, este acontecimento que marcou o Rio Grande do Sul e o Brasil, demonstrando o potencial da

radiodifusão. Tal força do veículo foi admitida pelos militares do III Exército, liderados pelo general José Machado Lopes, que mudou a sua atitude inicial de cumprir as ordens de Brasília para impedir as manifestações de Brizola, e resolveu aderir à campanha pela defesa da Constituição. O ministro da Guerra, Odílio Denys, mandou que as Forças Armadas terminassem com as transmissões da Cadeia Legalidade e prendessem Brizola, ameaçando inclusive com a hipótese de bombardeio do Piratini se fosse necessário. Já estava tudo pronto para tal fato, com os aviões ingleses Gloster Meteor, estacionados no hangar da Quinta Zona Aérea de Canoas, armados para a operação. A tropa de elite da Companhia de Guardas do III Exército também já estava de prontidão para um confronto com os soldados da Brigada Militar que, por determinação de Brizola, guarneciam a Ilha da Pintada, local em que estava situado o cristal da torre de transmissão da Rádio Guaíba. A força do rádio junto à população era tão intensa que o Exército calculou que a única forma de silenciar Brizola e impedir a posse de Jango seria promover esta batalha e impedir a transmissão das ondas da emissora. Confronto este que acabou não acontecendo, eis que o general Machado Lopes mudou de ideia ao tomar conhecimento de que os experientes integrantes da Brigada dificilmente seriam derrotados por jovens militares que recém haviam ingressado no Exército.

Devido ao fato de ser considerado por muitos como o episódio mais marcante da história do rádio brasileiro, a Cadeia da Legalidade merece um estudo mais profundo a respeito da reação provocada pelos seus microfones, bem como dos bastidores que caracterizavam o cenário dos porões do Piratini. Lauro Hagemann, reconhecido nacionalmente em virtude da apresentação do antigo “Repórter Esso”, na rádio Farroupilha, justifica que o tema ainda precisa ser mais debatido entre diversos setores da sociedade, argumentando que o episódio ainda é pouco conhecido perante a população.

“A Legalidade é um processo histórico muito importante para nós. Tenho participado de palestras em escolas, e percebo que a Legalidade é pouco conhecida, por incrível que pareça, não a ordem cronológica, mas o que significou e o que pode significar ainda. Nós esperamos que a Legalidade ainda produza resultados, pois estamos em um processo de construção da sociedade, e a Legalidade contribuiu muito, pois foi um tijolo muito forte para armar a equação desta sociedade que nos queremos. A Legalidade ainda pode servir para consolidar de maneira efetiva a nossa democracia” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

A professora Christa Berger, em palestra proferida no ano do cinquentenário da Cadeia da Legalidade, destacou que o acontecimento merece um estudo mais aprofundado, em virtude da sua ampla repercussão:

Esta experiência [...] é suficientemente forte para merecer registro nos estudos de política e de comunicação como mais um exemplo do potencial deste meio de comunicação. A Rede da Legalidade exemplifica [...] o poder de mobilização do rádio já descrito por Bertold Brecht na década de 1920 através das rádios operárias, na Alemanha, e com tantas contribuições nos processos revolucionários na América Latina e na África; e [...] um meio apropriado para emitir discursos. Basta lembrar do recente filme “O Discurso do Rei”, em que o rei George VI usa o rádio para se comunicar com seus súditos. Ele diz: “Nunca antes um rei recém-coroadado pôde falar com todos os seus povos, em suas próprias casas, no dia de sua coroação” (DO RÁDIO à internet, 2011).

O jornalista Flávio Tavares, na época editor do jornal “A Última Hora”, que acompanhou todos os fatos envolvendo a Legalidade, sempre de revólver na cintura, lembra que

todos aqueles que estavam no Piratini obviamente tinham medo do poder bélico do Exército, mas não sabiam que o Exército tinha mais medo da arma mais poderosa existente naquela época e que estava nas nossas mãos, no caso o rádio (KUHN, 2004, p. 13).

Tavares afirma que “Brizola foi o primeiro a entender que o rádio era capaz de remover montanhas e anular distâncias naqueles tempos em que a política se fazia, ainda, em nome de doutrinas” (KUHN, 2004, p. 13). O receio que o rádio causava aos militares ficou explícito quando Tavares tomou conhecimento, no começo da noite de 27 de agosto de 1961, através de um informante radiotelegrafista do seu jornal, que decidiu entrar nas frequências

reservadas à fonia do III Exército e captou uma comunicação entre o comandante militar de Brasília, general Orlando Geisel, e o chefe do Estado Maior do III Exército, general Muricy, na qual Geisel sugeria a prisão de Brizola para “manter a ordem pública”, em decorrência das proclamações radiofônicas do governador conclamando o povo a defender a posse de Jango. Tão logo Tavares ficou sabendo do contato entre os generais, redigiu um bilhete a Brizola explicando que seria preso devido aos seus pronunciamentos no microfone. O governador reforçou ainda mais a guarda dos transmissores da Guaíba na Ilha Pintada e no próprio Piratini. Este é só um exemplo dos inúmeros episódios que ficaram registrados durante aqueles 12 dias em que a Praça da Matriz foi o palco do levante do povo gaúcho na defesa da Constituição, cujas práticas radiofônicas serão aprofundadas nesta pesquisa.

Nesta dissertação aprofundar-se-ão os relatos em torno deste acontecimento registrado em agosto de 1961, bem como dos fatos por ele gerados, principalmente no Rio Grande do Sul. O capítulo 2 trata das características que o rádio possui no que tange à aproximação com o ouvinte, bem como suas vantagens em relação aos veículos impressos. O conteúdo também salienta a importância da história oral como mecanismo para a obtenção das informações junto aos entrevistados, explicando quais são os métodos utilizados pelo pesquisador na hora da conversa com os cidadãos que vivenciaram a Legalidade. No capítulo 3, tendo como base a teoria de Brecht, será resgatada uma pouco da vinculação entre o rádio e a mobilização social, recordando também a utilização deste veículo por políticos que marcaram sua trajetória na história da América Latina. Já no quarto capítulo, o mais extenso desta pesquisa, apresenta-se um resumo dos principais fatos que marcaram a formação da Cadeia da Legalidade, demonstrando ainda como ocorreu a cobertura jornalística dos principais periódicos naquela época. Também neste item, o pesquisador revela as palestras semanais de Leonel Brizola transmitidas pelo rádio, reforçando as técnicas utilizadas pelo governador no microfone, bem como os motivos da requisição da Rádio Guaíba e a reconstituição dos bastidores da Cadeia da Legalidade nos porões do Palácio Piratini. O trabalho revela como era o comportamento de Brizola na edição e veiculação das notícias pela Cadeia Legalidade, bem como uma possível influência de Che Guevara na decisão tomada pelo trabalhista de utilizar o rádio para a divulgação de seus

ideais. O capítulo 5 conta detalhes sobre a mobilização promovida pela Legalidade a partir do uso do microfone e o engajamento dos jornalistas na causa defendida por Brizola.

2 HISTÓRIA ORAL E METODOLOGIA

A utilização do rádio como ferramenta de esclarecimento da população sempre esteve na pauta dos debates em torno do veículo. Até porque o aparelho tornou-se um forte meio de comunicação de massa, presente em grande parte dos domicílios do Brasil, e pode ser ouvido até mesmo onde não há energia elétrica. Torna-se notório que a radiodifusão, em comparação com a mídia impressa, sempre apresenta ampla vantagem. Este pesquisador fez uma coleta para fins teóricos, como forma de embasamento de sua tese, através de pesquisas bibliográficas. A partir deste ponto inicial, o texto passará para a sua parte empírica, valendo-se de pesquisas documentais englobando consultas a sites e obras específicas em torno da Legalidade, além de entrevistas que podem ser caracterizadas com métodos pertinentes à história oral.

Cassiano Ferreira Simões (2006) lembra que os meios impressos sempre estiveram atrás na largada em busca do ineditismo da informação, pois o rádio fala diretamente com o ouvinte, tornando-se uma fonte de informação para um enorme contingente de pessoas que não têm acesso à leitura de jornais.

As vantagens do rádio como mídia de massa são grandes, e a principal delas é tornar desnecessária a habilidade da leitura, fazendo incluídos os analfabetos, grupo dentre os que a mídia impressa nunca teve acesso. Como vantagem sobre o meio jornal, é importante também o impacto que causa a palavra falada, cômoda, que prescinde do desgaste do exercício da leitura (SIMÕES, 2006, p. 68).

Sônia Virgínia Moreira (2006) também destaca a diferenciação entre o rádio e os meios impressos, enfatizando que a radiofonia é um serviço gratuito, eis que o cidadão não precisa pagar para conseguir a informação, forma característica dos jornais e revistas:

O que eu acho que é mais importante registrar é que radiodifusão é difusão de dados, som e imagem, e eles estão destinados à livre recepção pelo público. Não se cobra. É livre. Você escuta o que você quiser e não tem que pagar por isso. A ampla cobertura, o acesso fácil, e a linguagem simples, fazem a popularidade do rádio (MOREIRA, 2006, p. 14).

Sandra de Deus (2002) dá ênfase à possibilidade de trabalhar a informação do rádio por intermédio da palavra falada. Ela diz que as mensagens ganham mais vida, de uma forma mais intensa, pois a fala garante uma realidade muito mais ágil às informações, uma das mais importantes características do veículo. Por falar com o ouvinte, o locutor se aproxima da audiência levando-a de certa forma, para mais perto da notícia.

No rádio, as palavras constroem diferentes apelos e dão mais densidade para o discurso. Os apelos e a densidade do discurso justificam o fato do rádio ser o meio de comunicação que melhor reflete a relação entre mídia e política. A mensagem radiofônica é resultado de um conjunto de técnicas e operações complexas que implicam o conhecimento da força das palavras e a utilização de recursos técnicos (DEUS, 2002, p. 01).

Valci Zuculoto (apud MEDITSCH, 2005) enfatiza também a aproximação que o ouvinte tem com o rádio, que consegue manter-se firme no cenário da comunicação, mesmo com o surgimento de outros meios alternativos. Segundo a autora, “o rádio continua tendo o potencial para ser o veículo mais popular e de maior alcance público, pois garante maior imediatismo e instantaneidade de transmissão e a aproximação com o ouvinte” (ZUCULOTO apud MEDITSCH, 2005, p. 53). Ela entende que

o rádio tem, hoje, a possibilidade sempre maior de ser o meio de expressão, se explorar e adaptar seus recursos técnicos, de linguagem e de conteúdo às novas tecnologias e aos novos tempos da humanidade (ZUCULOTO apud MEDITSCH, 2005, p. 53).

Para a autora, falar em comunicação democrática implica em que nenhuma parte da sociedade pode ser deixada de fora do debate, pois na democracia todos têm direitos iguais, independente, principalmente, de classe social. De acordo com a sua tese, o rádio surge como mediador neste processo:

A sociedade, na sua pluralidade, na sua diversidade, realmente se expressa pelas ondas do rádio. [...] Para que haja a participação da população na produção das mensagens ou no cerne da programação é obrigatório que o ouvinte exerça seu direito de cidadão e tenha o interesse de transformar a sociedade (ZUCULOTO apud MEDITSCH, 2005, p. 55).

Sandra de Deus (2002) salienta a existência de dois tipos de ouvintes, sendo que um deles tenta interagir com o que está sendo transmitido pelas ondas do rádio:

O ouvinte de rádio pode ser dividido em duas categorias: passivo, que simplesmente ouve o rádio, e ativo, que procura interferir no que está ouvindo. Trata-se aqui da segunda categoria, do ouvinte que participa da programação do rádio seja por telefone, e-mail, carta ou fax não apenas para buscar assistência ou por fascinação com o que está sendo veiculado. É aquele que expressa uma necessidade de ser escutado e de exercer o direito de participar, esperando assim uma resposta ou a solução do problema narrado. Este ouvinte se autodenomina ouvinte-cidadão e participa no rádio por diferentes motivações. O impulso tem a mesma origem, ou seja, a necessidade de ultrapassar o espaço doméstico para ser reconhecido (DEUS, 2002, p. 06).

A autora explica que a relação entre rádio e ouvinte tem dois lados: o de quem procura o meio para compreender o que acontece no poder público e o do próprio rádio, que tenta veicular a notícia de forma clara, exercendo, assim, seu papel de mediador democrático:

A relação rádio/ouvinte pode ser vista por dois lados: da perspectiva do ouvinte, que diante da incapacidade do poder público procura o rádio onde busca auxílio, quem sabe uma mediação diante deste poder público; da perspectiva do rádio, que transforma a angústia, o problema individual em acontecimento, notícia, espetáculo, retorno econômico e disputa de poder (DEUS, 2002, p. 06).

A base composta pela coleta de materiais empíricos sobre a Cadeia da Legalidade, mencionada anteriormente, engloba trechos dos discursos proferidos por Leonel Brizola nos porões do Piratini, e entrevistas concedidas ao pesquisador por jornalistas, radialistas, amigos e parentes de Brizola que vivenciaram os fatos em 1961, além de materiais disponíveis nos sites da internet e as reportagens publicadas pelos principais jornais naquela época. O trabalho busca, por intermédio dos depoimentos, revelar aspectos e detalhes até então desconhecidos do grande público a respeito do episódio, fazendo valer os métodos utilizados em pesquisas embasadas pela história oral, cujas entrevistas representam o eixo central das investigações e possíveis descobertas. Tendo em vista que se trata de um acontecimento que representou um marco na história do Brasil, as fontes orais podem auxiliar, através da evocação voluntária de

lembranças, na busca de particularidades que possam contribuir na descoberta de percursos que tenham ocorrido de maneira despercebida, e também como fonte de inspiração para novos rumos que possam surgir numa nação democrática. Marluza Marques Harres (2008) explica o caráter memorial utilizado nas pesquisas ligadas à história oral:

Quando falamos em história oral, estamos falando de pesquisa histórica que utiliza uma fonte de caráter memorial, produzida, normalmente, pelo pesquisador em diálogo e interação com os entrevistados; uma fonte que, como outras selecionadas na pesquisa, deve ser submetida a um tratamento analítico [...]. Creio que estamos realmente avançando, aproveitando e experimentando muitas das possibilidades abertas pelo uso das fontes orais. Sem dúvida, a maior dessas possibilidades refere-se ao fato de que podemos estudar e interpretar a história de modo mais complexo na medida em que incorporamos esse tipo de fonte no processo de investigação (HARRES, 2008, p. 08).

Esta nova interpretação da história através das fontes orais, defendida no trecho acima por Marluza, vem ao encontro da manifestação de Lauro Hagemann, que foi uma das figuras mais importantes da Cadeia da Legalidade, atuando como locutor da rede instalada no Piratini. Para ele, o movimento ocorrido em agosto de 1961 ainda pode ser analisado de maneira mais ampla e servir como base para futuras ações democráticas:

“A Legalidade foi um episódio histórico de consequências e de origens diversas que estamos procurando estabelecer. Trata-se de um movimento cívico-militar que ainda não foi totalmente esmiuçado e nós estamos à procura deste processo. É preciso estudar e analisar mais a fundo o que a Legalidade produziu e não o que aconteceu. As coisas, os fatos históricos estão aí, os próprios livros contam. Não se sabe ainda explicar porque isto foi determinado, como eclodiu e onde foi parar” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

Outro exemplo de que os métodos da história oral podem trazer à tona descobertas capazes de modificar os motivos do surgimento de um feito da dimensão que teve a Legalidade pode ser ilustrado através da conversa que este pesquisador teve com o jornalista Carlos Bastos. Ele acompanhou toda a carreira de Leonel Brizola. Seu primeiro emprego, inclusive, foi como redator no jornal “Clarim”, que Brizola lançou em 1955, durante a sua campanha para a

Prefeitura de Porto Alegre. O periódico era um vespertino concorrente da antiga “Folha da Tarde”, da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Sua aproximação com o trabalhista aumentou durante a Legalidade, pois já na condição de repórter do jornal “Última Hora” acompanhou de perto todos os detalhes do levante promovido nos porões do Piratini. Para ilustrar ainda mais o vínculo que o jornalista sempre teve com Brizola, Bastos conta que é casado com a sobrinha de Neusa Goulart Brizola, que era esposa do ex-governador. Durante a entrevista, ao ser questionado se o possível fascínio que Leonel Brizola tinha pelo ex-presidente Getúlio Vargas, considerado um dos maiores incentivadores do rádio no Brasil, não teria sido uma das causas da aproximação do governador com este meio de comunicação e, por consequência, da ideia de reunir uma cadeia de emissoras em defesa da posse de Jango, Bastos admitiu que, em todos os anos de convivência com Brizola, nunca havia pensado nesta hipótese:

“Acho que realmente o estilo getulista pode ter influenciado o governador. Brizola não tinha muita convicção política na sua juventude quando ainda era estudante. Ele era fascinado pela figura do Getúlio Vargas. Admito que nunca tinha me ocorrido o que colocaste agora. Muito interessante a tua pergunta. Getúlio tinha o rádio como instrumento. Só que, é claro, o Brizola usou o rádio com maior intensidade do que Getúlio. Mas o embrião pode ter sido sim em função do Getúlio” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

Cabe lembrarmos da definição de entrevista, publicada por Isabel Travancas, afirmando que “no âmbito científico, ela é uma técnica de obter informação através de uma conversa profissional com uma pessoa especializada para um estudo ou investigação. É vista como um método de pesquisa” (TRAVANCAS, 2011 apud MAROCCO, 2012, p. 15). As entrevistas desta pesquisa foram abertas, nas quais cada indivíduo teve todo o tempo necessário e a liberdade para responder da forma como quisesse, usando as suas palavras e expressões. Não foi aplicado nenhum roteiro prévio utilizado nos diálogos com as pessoas que colaboram com seu depoimento em torno da Legalidade, tentando transformar cada entrevista em uma conversa. Este indagador somente iniciava a abordagem pedindo que o escolhido recordasse as principais práticas jornalísticas da Cadeia da Legalidade, bem como o seu funcionamento nos porões do Piratini. Porém, de acordo com as respostas, foram introduzidas

perguntas que trouxeram à tona descobertas importantes na recuperação de um dos fatos marcantes da história do Brasil, no que tange à radiodifusão. Todos os entrevistados vivenciaram os principais acontecimentos da Legalidade. A maioria dos entrevistados são jornalistas ou radialistas. Neste ponto, o pesquisador levou em consideração a peculiaridade de entrevistar pessoas que também atuam na área da comunicação. Como explica Fábio Henrique Pereira:

Entrevistar jornalistas envolve, antes de tudo, uma situação bastante peculiar de interação: conversamos com pessoas que também conhecem e utilizam da entrevista como forma de produzir conhecimento sobre o mundo. [...] Por um lado, isso é vantajoso. O uso do gravador é visto como um procedimento normal pelos jornalistas entrevistados e não inibe tanto o registro de respostas como acontece quando entrevistamos outro tipo de profissional (PEREIRA apud MAROCCO, 2012, p. 38).

Todas as entrevistas foram gravadas e, logo em seguida, transcritas, em consonância com a tese levantada por Bertaux (1993) e comentada por Jairo Grisa (2003):

Para cada 15 minutos de gravação gasta-se, em média 1 hora para a transcrição [...]. Entretanto, apesar de ser considerada uma etapa menor dentro do projeto de história oral, é imprescindível a sua realização, a fim de facilitar a manipulação do relato. [...] A sugestão de Bertaux (1993) é que o procedimento de transcrição seja feito logo após a coleta. [...] Em uma pesquisa concreta, Bertaux se deu conta que, deixando todo o material para ser transcrito e analisado posteriormente, causou dois problemas básicos: determinados processos que já apareciam nas primeiras entrevista de forma satisfatória, continuaram a ser estimulados pelos pesquisadores, enquanto processos que apareceram de forma tangencial no início e depois não mais, acabaram não sendo explorados. Assim, só se tem a ganhar com a transcrição imediata, enfatiza Bertaux (GRISA, 2003, p. 309).

Todas as entrevistas foram feitas pessoalmente, nas residências ou locais de trabalho dos colaboradores, indo ao encontro da opinião do escritor Rafael Guimaraens et al. (2012):

As entrevistas devem ser presenciais- para usar um termo de hoje [...]. Entrevista é olho no olho. Não interessa apenas o que o sujeito diz, mas “como” diz, suas reações, pausas, impositões e, especialmente, a capacidade de observação do repórter e seu direito de mudar o rumo da conversa (MAROCCO, 2012, p. 12).

Uma das teses defendidas por especialistas que abordam as técnicas de entrevista diz respeito à importância de uma empatia e clima de confiança na hora da conversa. Segundo Carla Mühlhaus:

Um depoimento, seja num contexto terapêutico ou jornalístico, só pode ser verdadeiro se houver, na relação entrevistador-entrevistado, o sentimento de confiança. E não há confiança sem empatia. [...] (MÜHLHAUS apud MAROCCO, 2012, p. 12).

Isabel Travancas também apresenta a mesma tese:

Quando alguém dá uma versão de um acontecimento, está dando a sua versão do mesmo. É a sua visão de mundo, a sua forma de entender, analisar e sentir que interessam ao pesquisador [...]. É fundamental que se estabeleça um clima amistoso e de confiança para que o entrevistado fique à vontade e fale com toda a liberdade, até sobre assuntos não perguntados (TRAVANCAS apud MAROCCO, 2002, p. 21).

Jairo Grisa (2003) explica que a hipótese de o entrevistado contar somente o que a sua consciência entender, não prejudica a pesquisa:

Como a entrevista se aproxima de uma situação de vida semelhante às demais relações que mantemos com outras pessoas ao longo da vida (ALBERTI, 1990), é necessário que o diálogo produzido tenha por base a sinceridade, a franqueza e a cumplicidade. [...] Os entrevistados devem ser vistos como pessoas e não mera fonte de dados. É fundamental que se reconheça que entrevistador e entrevistado são pessoas diferentes, com experiências e visões de mundo diferentes e que, em um determinado momento, se encontram (GALINDO CÁCERES, 1997). Enquanto o entrevistador tem um objetivo, controla um gravador e tem a possibilidade de recortar partes do relato para a análise subsequente, o entrevistado pode narrar somente o que sua consciência ditar. Mas tal relação não invalida a pesquisa, pois configura-se como característica geral das relações sociais, sendo impossível isolá-la (GRISA, 2003, p. 308).

Este pesquisador, principalmente devido à atuação em meios de comunicação social, ao formular lista com os possíveis entrevistados, passou a buscar contatos que pudessem conhecê-los, a fim de facilitar o processo, e

garantir maior confiança na hora da conversa. Alguns dos entrevistados já foram antigos colegas de veículos de imprensa. Desta forma, o clima amistoso defendido acima por Isabel Travancas (apud MAROCCO, 2002) foi facilitado, o que deixou os escolhidos à vontade para que pudessem conversar calmamente sobre as suas experiências na Legalidade e o convívio com Leonel Brizola.

A ênfase da pesquisa é a escuta destes entrevistados que atenderam ao nosso pedido e também a recuperação de depoimentos feitos anteriormente aos veículos de comunicação por personagens importantes já falecidos. Desta forma, tentar-se-á reconstituir o ambiente jornalístico que existia nos porões da Piratini durante os dias da Legalidade e o poder que o rádio exerceu no engajamento de diversos segmentos da sociedade unidos em torno do mesmo ideal, ou seja, a defesa da Constituição Federal.

A ideia é reescrever um acontecimento a partir destes depoimentos citados anteriormente. A vertente de pesquisa é a qualitativa, ou seja, atuando de maneira subjetiva com o intuito de buscar particularidades a respeito do episódio e a atuação do rádio naquele período, recapitulando também o ambiente midiático daquela época. O trabalho visa a possibilitar, através destas entrevistas com personalidades envolvidas ou que acompanharam o episódio, narrativas ricas e interpretações individuais sobre o papel do meio de comunicação de massa no episódio. Torna-se importante salientarmos que estes depoimentos também podem representar opiniões divergentes a respeito de episódios ou conceitos ligados à Cadeia de Legalidade que já se tornaram amplamente conhecidos pelo público que adotou os mesmos como premissas verdadeiras. O trabalho teve o intuito de investigar o que realmente ocorreu nos bastidores da Legalidade, mostrando o que funcionou bem, mas também trazendo à tona eventuais conflitos e controvérsias no que se refere ao processo comunicacional.

Nossos observáveis empíricos, que serão detalhados no decorrer da pesquisa, pretendem citar os segmentos sociais que aderiram e foram influenciados pela legalidade, a mobilização do público na Praça da Matriz e os trechos importantes dos discursos de Brizola no microfone da Rádio Guaíba. O objeto empírico é o uso do rádio a partir das práticas jornalísticas utilizadas na Legalidade, analisando as técnicas que o governador utilizou no rádio para convencer os cidadãos ouvintes na defesa da Constituição Federal. A pesquisa

pretende estudar as interações surgidas a partir da Legalidade, proporcionando uma intersecção entre os campos midiático, social e político.

3 O RÁDIO E SEU POTENCIAL MOBILIZADOR

Antes de tratarmos a respeito da utilização deste veículo de massa no contexto nacional, como meio de mobilizar milhões de cidadãos, torna-se imperioso promovermos o resgate às práticas utilizadas pelos nazi-fascistas na Europa em torno do tema. Desde suas origens, no começo do século XX, estudiosos sempre se preocuparam em mostrar a importância do rádio como meio de mobilização. Esta capacidade do rádio de unir as pessoas em torno de um ideal, fazendo com que milhares de ouvintes acabem tornando-se seguidores, já foi muito explorada por governantes. Haussen (1998) exemplifica tal fato:

Um breve olhar sobre a metade do século de 30 permite, de imediato, a percepção de alguma das causas do poder de mobilização do rádio naquele momento. As nuvens da Segunda Guerra Mundial acumulavam-se na Europa e eram divulgadas nos Estados Unidos e no resto do mundo. O rádio despontava como grande novidade na área da tecnologia da comunicação e começava a ter suas características melhor exploradas [...]. Em 1933, os nazistas já começaram a utilizar o rádio para fazer propaganda [...]. Na mesma época, o presidente americano Franklin Roosevelt divulgava as suas “Conversas ao Pé do Fogo”, e Mussolini, na Itália, também já percebera o poder do veículo [...]. Neste sentido o veículo era o elemento comum utilizado para a mobilização das massas (HAUSSEN, 1998, p. 23).

3.1 BRECHT E A TEORIA DO RÁDIO

O dramaturgo alemão Bertold Brecht (1898-1956) foi um dos primeiros a pensar o meio de comunicação. Entre 1927 e 1932, desenvolveu a “Teoria do rádio”. Suas ideias são, até hoje, difundidas e analisadas. Em sua tese, o alemão frisa a importância do rádio como meio de democratização da informação, afirmando que esta mídia deve ser uma ferramenta de interação através da qual o ouvinte possa intervir na emissão e não apenas receber informações. Se for produzido com esta intenção, o rádio terá assegurado o papel social do veículo. Ele destacou a sua importância como meio de comunicação e não apenas transmissão de informação. Segundo ele, a principal função do rádio é a mobilização social. Para Brecht, a radiodifusão permite, além de informar, fazer com que o ouvinte também possa participar da produção da informação.

Analisou, ainda, a capacidade de alcance do público pela popularidade e destacou as características, próprias deste meio, que favorecem seu funcionamento. Para ele, o rádio teria a capacidade de aproximar-se dos ouvintes por meio da instantaneidade, pois tudo pode entrar no ar no momento em que acontece, e a dinâmica do veículo favorece a resposta rápida.

É preciso transformar o rádio, convertê-lo de aparelho de distribuição para aparelho de comunicação. O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria, se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber, portanto se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele (BRECHT apud MEDITSCH, 2005, p. 53).

Em outras palavras, Brecht considerava que o ouvinte deve participar da produção da mensagem. E entendia o uso do rádio como um instrumento de democratização e de construção de cidadania. Conforme Ortriwano (1998), “é impossível pretender discutir a *interatividade* no rádio sem considerar as reflexões de Brecht sobre o primeiro meio de comunicação eletrônico da história que, com o passar do tempo, tornam-se cada vez mais atuais”. Segundo ela, “Brecht imagina o rádio com *dupla mão-de-direção*”, alertando que a hoje denominada *interatividade* é um anseio antigo do ouvinte. A questão é tratada muito mais sob a ótica da política, da organização democrática da sociedade e do relacionamento entre cidadãos, do que sobre a exclusividade de uma ou outra tecnologia de informação. Os textos contrariam uma visão desenvolvimentista e lembram que o rádio, antes de ser um meio de comunicação de massa, era um *meio interativo de comunicação*, que se viu limitado em sua capacidade bidirecional na medida em que se constituía o sistema econômico de sua exploração. E poderia ser um excelente meio de entretenimento, dando suporte a diferentes manifestações culturais.

Muitas das potencialidades antevistas – ou sonhadas – por Brecht só agora, incorporando os novos recursos tecnológicos, começam a ser exploradas.

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, constituiria um fantástico sistema de canalização, se fosse capaz, não apenas de *emitir*, mas também de *receber*. O ouvinte não deveria apenas *ouvir*, mas também *falar*: não isolar-se, mas ficar em comunicação com o rádio. A radiodifusão deveria afastar-se das fontes oficiais de abastecimento e transformar os ouvintes nos grandes abastecedores (BRECHT apud ORTRIWANO, 1998).

A preocupação de Brecht com as *duas mãos-de-direção* possíveis ao rádio é explícita em seus escritos. Porém, até hoje a *interatividade* continua controlada: a participação do ouvinte é limitada a pequenas intervenções, seja por telefone, seja ao vivo. Com a introdução das tecnologias baseadas na informática, novas possibilidades de interação surgiram, como o correio eletrônico, o *e-mail*. Da mesma forma, o controle é sempre do *emissor*, nunca do *receptor*.

Quando formulou sua teoria, Bertolt Brecht identificava um rádio que, a par das naturais deficiências técnicas, só não se completava artística, social e politicamente devido à limitação do elemento humano envolvido no processo. Se vivesse na atualidade, além de ver confirmados muitos de seus prognósticos e atendidas muitas de suas recomendações, ele iria constatar que acertara, também, ao condicionar o uso eficiente do rádio à visão de seus dirigentes. Diante da atual parafernália técnica, a cada dia enriquecida com novos e mais eficientes recursos, ele certamente iria sentenciar que tudo isso é inútil se não existir uma conexão *ouvinte/rádio* tão efetiva quanto a já existente *rádio/ouvinte* (BRECHT apud ORTRIWANO, 1998).

Ela completa seu pensamento afirmando que, para Brecht, o papel do rádio é o de estar em perfeita sintonia com as aspirações da sociedade, *transmitindo/recebendo* informações de todos os tipos.

Neste diálogo promovido através das mensagens, aproximando pessoas oriundas de distantes localidades, torna-se importante recordarmos de um marco na história da interatividade da comunicação: o radioamadorismo. Em virtude da inexistência de fábricas de rádio naquela época, centenas de pessoas, residentes nos países mais desenvolvidos, começaram a montar seus próprios equipamentos, com antenas de fabricação caseira, tendo o objetivo de desenvolverem uma espécie de hobby, sem fins lucrativos, que foi fundamental para o fortalecimento da radiodifusão. Nos Estados Unidos, em janeiro de 1909, surgiu o primeiro “rádio clube” mundial, o Junior Wireless Club. No Brasil, como

conforme citamos na introdução, o padre Landell de Moura foi o precursor deste segmento importante para a consolidação das emissoras de rádio. Ele inclusive patenteou, no Brasil e nos Estados Unidos, seus inventos de transmissão da voz humana através das ondas eletromagnéticas.

3.2 O USO POLÍTICO DO RÁDIO: DE VARGAS A PERÓN

Uma parte deste processo defendido por Brecht, de informar a sociedade do que está realmente acontecendo, criando uma mobilização social promovida pelo rádio, pode ser ilustrada por iniciativas tomadas pelo presidente Getúlio Vargas, que sempre reconheceu a importância do rádio. Haussen (1997) lembra que Getúlio, ao incentivar a expansão do veículo, em 1937, aconselhando os estados e municípios a instalarem aparelhos de rádio com alto-falantes em praças públicas, já tinha noção do poder que o microfone exerce junto ao público, tentando fazer com que os brasileiros tomassem conhecimento das ações do seu governo, buscando a adesão do grande público em torno dos seus ideais:

[...] o governo da União procurará entender-se, a propósito, com Estados e Municípios, de modo que mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos radiorreceptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informações úteis aos seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da Nação. [...] a iniciativa mais se recomenda quando consideramos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes as zonas do interior e maioria deles dispõe de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de caráter regional. À radiotelegrafia está reservado o papel de interessar a todos por tudo quanto se passa no Brasil (HAUSSEN, 1997, p. 23).

Convicto da importância deste “canal direto” entre o governo e a população, Vargas cria o programa “A Hora do Brasil”, no qual o presidente falava direto ao povo, com um estilo paternalista. Criado em 1935, o espaço perpetuou-se não apenas por interesse dos presidentes e de políticos oriundos dos grotões distantes, que passaram a utilizá-lo como canal de comunicação com suas bases. A “Hora do Brasil”, que décadas mais tarde passaria a ser denominada “A Voz do Brasil” foi criada por Armando Campos, amigo de infância

de Getúlio, com a intenção de ajudar o presidente, colocando suas ideias para a população escutar, e assim ser a favor de seu governo. Passou a ser transmitido em 22 de julho de 1935, com o nome de “Programa Nacional”, sendo apresentado pelo locutor Luiz Jatobá de 1935 a 1962, foi levado ao ar com o nome de Hora do Brasil com o objetivo de “Centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, e servir como elemento auxiliar dos ministérios, entidades públicas na parte que interessava à propaganda nacional”. Estima-se que existiam 77 emissoras de rádio no País.

A partir de 10 de novembro de 1937, com a ascensão do Estado Novo, Getúlio Vargas passou a utilizar intensamente o programa, então chamado “A Hora do Brasil”, em suas mensagens à população, como carro-chefe do antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Para atrair o público ouvinte, este departamento convidava artistas famosos para se apresentarem no programa “A Hora do Brasil”, que era formado por quadros de notícias, de caráter geral, entretenimento e informes políticos. Através desse programa, o governo pretendia personalizar a relação política com cada cidadão sem que necessitasse montar um sistema de emissoras próprias. E foi através do rádio, no programa “A Hora do Brasil”, que Vargas, em novembro de 1937, anunciou à população a criação do Estado Novo e a nova Constituição. O plano Cohen, documento escrito por integralistas com a intenção de simular uma revolução comunista no Brasil, para justificar um golpe de Estado que permitisse a permanência de Vargas na presidência por muito tempo, foi amplamente divulgado pelo rádio.

A utilização do rádio pelos ditadores da época e pelos aspirantes a ditador era algo que já estava no ar. Mussolini dava o exemplo de como utilizar o novo meio de comunicação para dirigir e controlar a opinião pública. Getúlio valeu-se do rádio e mandou divulgar o Plano Cohen, em partes e com grande alarde, através de “A Hora do Brasil”. A maioria do povo brasileiro já estava preparada para absorver e aceitar o golpe concebido por Getúlio, com todas as minúcias políticas e todos os respaldos militares (SOUZA, 1986, p. 210).

Em 1938, “A Hora do Brasil” passou a ter veiculação obrigatória, somente com a divulgação dos atos do Poder Executivo, sempre das 19 às 20 horas da noite, horário de Brasília. Vargas começava a tornar-se popular em vários

estados. Seus discursos radiofônicos passaram a ser escutados nas mais distantes localidades do país, usando muitas vezes o jargão “trabalhadores do Brasil”. De acordo com Sônia Virgínia Moreira (2006), sua popularidade somente foi alcançada graças ao poder do rádio:

[...] eu posso afirmar, sem exagero nenhum, que a gente hoje, de alguma forma, sofre ainda uma influência muito grande daquilo que foi desenhado na legislação para o rádio na década de 30, por Vargas. Ele foi uma pessoa que ficou no imaginário do brasileiro, e eu acho que de uma certa maneira ele está presente até hoje. São muitas pessoas no interior que se chamam Getúlio, né? A gente tem indícios da força que o nome de Vargas teve no Brasil inteiro. Foi uma figura importante para a história do Brasil, mas o rádio ajudou muito em tudo (MOREIRA, 2006).

Ao estatizar a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, em 1940, durante o Estado Novo, Getúlio demonstrou toda a sua intenção em promover um “canal direto” entre o seu governo e a população. A emissora tornou-se eclética, sendo pioneira no lançamento de radionovelas e radiojornalismo no país. Mais interessado no poder e na penetração do rádio como instrumento de propaganda, Getúlio permitiu que os lucros auferidos com publicidade fossem aplicados no aperfeiçoamento da estrutura do veículo, o que permitiu que a Rádio Nacional mantivesse o melhor elenco de músicos, cantores e radioatores da época, além da constante atualização e melhoria de suas instalações e equipamentos. De acordo com Sônia Virgínia Moreira (2006), a emissora chegou a ser instalada diretamente no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro.

Quando ele volta ao poder, eleito na década de 1950, a Rádio Nacional tinha um lugar tão cativo, digamos assim, no coração de Vargas, que o Palácio do Catete é adaptado e é montado um estúdio dentro do Palácio do Catete. Também é uma outra mostra do tipo de relação que Vargas tinha com o rádio. Na época quem dirigia a rádio era Vitor Costa, próximo de Vargas, e era ele quem cuidava desse estúdio da Rádio Nacional no Palácio do Catete (MOREIRA, 2006).

As condutas de Vargas no que se refere ao rádio talvez possam ter servido de inspiração para o comandante do país vizinho, no caso o presidente argentino Juan Perón. Na época em que tomou posse em Buenos Aires, a radiodifusão no país estava vivendo o seu auge. Assim como Vargas fez em relação à Rádio Nacional, Perón resolveu também adotar o sistema de

estatização de emissoras, porém através de um método ainda mais arrojado. Vargas encampou somente uma rádio, enquanto que Perón, tão logo assumiu o poder, em 1946, resolveu estatizar as principais emissoras argentinas, alegando que era preciso regular um meio de comunicação que havia crescido muito rapidamente e sem o devido controle. Entretanto, na realidade, também utilizou o veículo para o fortalecimento de seus projetos e ideais. Também de maneira semelhante a Vargas, com “A Hora do Brasil”, ele criou um programa nacional, determinando que todas as emissoras deveriam entrar em cadeia, todas as noites, às 20h30min, para a divulgação dos conteúdos elaborados pela equipe de comunicação do governo federal. O próprio Perón (1951) descreveu a importância do rádio e sua ligação direta com a política e a mobilização do público:

Os políticos nunca haviam utilizado o rádio para a sua ação. Utilizam mais os comícios onde as pessoas os viam. [...] A ação da presença e a influência direta do condutor é importante, mas a maior parte das massas já havia me visto e eu, então, lhes falei pelo rádio, que era como me seguissem vendo. De maneira que eu falava a todos. Quando atuamos num ato único, nos basta falar a todo o país pelo rádio, e não fica nenhum argentino sem conhecer o que terminamos de dizer. Isto antes era impossível, e hoje o fazemos em um minuto. [...] Assim foi como nós derrotamos nossos adversários, aferrados às velhas normas dos comitês e das transmissões por intermediários, que eram os caudilhos políticos. Nós tomamos o rádio e dissemos a todos: “Há que fazer alguma coisa” e a fizeram. Esta unidade de ação se obteve aproveitando esse meio. Às vésperas da eleição de 24 de fevereiro nós demos pelo rádio a ordem a todos os peronistas e no dia seguinte todos a conheciam e a executavam (PERÓN, 1951, p. 230).

Mas a primeira-dama da Argentina, Evita Perón, talvez tenha conseguido ser mais bem sucedida no rádio do que o marido presidente. Ex-atriz de teatro e de radionovelas, Evita já tinha muito conhecimento com o microfone e sabia usar a linguagem popular quando as emissoras transmitiam seus discursos inflamados na sacada da Casa Rosada, em Buenos Aires. A Fundação Eva Perón, destinada à distribuição de alimentos, remédios e roupas para crianças, mães solteiras e idosos carentes, teve ampla divulgação dos seus feitos pelas ondas do rádio. Tornou-se um verdadeiro mito na história da América do Sul, em virtude de sua meteórica carreira política como líder dos “descamisados”. Devido à sua popularidade, Evita foi convidada para concorrer a vice-presidente da

Argentina na chapa liderada pelo marido Juan Perón. Porém, Evita não aceitou a missão e preferiu ficar atuando junto aos trabalhos de assistência social, e auxiliando Perón nos comícios e discursos transmitidos ao vivo pelas emissoras de rádio que faziam a cobertura integral dos eventos na Casa Rosada. Vítima de um câncer fulminante, acabou falecendo aos 33 anos de idade. Durante muitos meses, as emissoras argentinas, na hora exata de sua morte, diariamente lembravam do ocorrido afirmando que, naquele instante, Eva Perón havia passado à imortalidade. De acordo com o radialista Enrique Mancini (1991), o próprio horário de veiculação diária do noticiário produzido pelo governo foi alterado para que os argentinos sempre recordassem do falecimento de Evita.

Nós tivemos um noticioso desde 1943, pela Rádio do Estado, e que entrava em cadeia com as demais emissoras, transmitindo um boletim informativo oficial, das 20h às 21h. Depois da morte de Eva Perón, em 1952, esse boletim passou a ser irradiado às 20h25min e dizia-se “hora em que Eva Perón passou à imortalidade”. A seguir vinha uma marcha e o noticioso (MANCINI, 1991).

Segundo Dóris Fagundes Haussen (1997), ao analisar a postura dos governos Vargas e Perón a respeito da comunicação, “o rádio, assim, inserido no projeto nacional-populista, contribuiu, de alguma forma, com esta nacionalização e, por consequência, com o processo de conquista da cidadania”. E este processo, pelo menos parcialmente, vem ao encontro das teses em torno da necessidade de o rádio estar adaptado à mobilização social na busca da cidadania. Haussen (1997) acrescenta que

o rádio foi, então, usado como instrumento de mediação de Perón e Vargas com as massas, dentro de determinados projetos políticos. O veículo, no entanto, era anterior aos dois governantes, não foi uma criação de ambos, como na Itália, onde Mussolini ascende ao poder em 1922, juntamente com o período do início da radiodifusão. [...] Perón, e principalmente Vargas, souberam utilizar melhor o veículo, mantendo uma programação mais livre, utilizando-o quando necessário. O que, por um lado, auxiliou os projetos e, por outro, deixou o meio de comunicação mais livre (HAUSSEN, 1997, p. 142).

4 BRIZOLA E A LEGALIDADE

A Cadeia da Legalidade foi um movimento popular liderado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, em agosto de 1961, para garantir a posse do então vice-presidente da República, João Goulart, em decorrência da renúncia do presidente Jânio Quadros. Em sua carta elaborada para dar esclarecimentos ao povo brasileiro, ele alegava que

forças terríveis se levantaram contra mim e me infamam ou me intrigam até com a desculpa de colaboração. Se permanecesse, não manteria a consciência e a serenidade indispensáveis ao exercício da nossa autoridade. Creio, mesmo, não manteria nem mesmo a paz pública [...] (TAVARES, 2011, p. 13).

Os três ministros militares de Jânio, Gabriel Moss, Odílio Denys e Silvio Heck, posicionaram-se contra a posse do vice João Goulart, acusando o mesmo de manter relações com o comunismo internacional e de querer implantar uma espécie de república sindicalista no Brasil.

Durante as comemorações do Dia do Soldado, ocorridas no Parque Farroupilha, em Porto Alegre, na manhã chuvosa de 25 de agosto, Brizola percebeu uma movimentação estranha entre os integrantes do Terceiro Exército, e passou a desconfiar do que estava realmente acontecendo, eis que a solenidade foi encerrada de maneira abrupta, pelo Comandante do Terceiro Exército, general José Machado Lopes. O governador ainda estava no palanque quando recebeu a informação de seu assessor de imprensa, jornalista Hamilton Chaves, sobre a renúncia de Jânio. Brizola não retornou para o Piratini, e preferiu partir para a sede da antiga Caixa Econômica Estadual, um lugar mais tranquilo, no centro da capital, a fim de começar uma série de telefonemas para saber da real situação que estava ocorrendo em Brasília. Ele retorna ao Piratini e realiza um discurso de improviso, para cerca de 300 pessoas que estavam aglomeradas na Praça da Matriz. Em sua manifestação, o governador faz um apelo para que Jânio reconsidere a decisão e que se instale no Rio Grande do Sul, alegando que em solo gaúcho ele teria garantias de poder continuar exercendo a Presidência da República.

Lembro-me que dirigimos, das janelas térreas do Piratini, nossas primeiras declarações aos manifestantes e aos jornalistas que, sequiosos por informações, perseguiam os acontecimentos. Passamos a noite em vigília (GUIMARAENS et al., 1986, p. 53).

A manifestação de Brizola não surtiu efeitos e Jânio partiu de navio do porto de Santos para Londres, acompanhado pela esposa. Brizola telefonava para outros governadores e também para generais, porém a maioria negava apoio à ideia do confronto contra a decisão dos ministros militares de impedirem a posse de Jango. O Marechal Henrique Teixeira Lott, que fora derrotado por Jânio Quadros no pleito presidencial, manifesta seu apoio à tese de Brizola na defesa da Constituição, e divulga um manifesto defendendo a imediata posse de Jango, que estava na China, representando o governo federal em evento internacional. Pelas 3 horas da manhã, o governador entregou aos jornalistas presentes no Piratini uma cópia do manifesto de Lott e, logo em seguida, fez um pronunciamento para as emissoras de rádio que estavam no local, alertando a população gaúcha sobre o golpe militar que estava sendo planejado em Brasília, deixando claro que o governo do Rio Grande do Sul não aceitaria tal conduta, e passaria a brigar pela defesa da Constituição Federal, garantindo a posse do vice-presidente João Goulart.

O Rio Grande não permitirá atentados. A renúncia do Sr. Jânio Quadros é definitiva. Resta agora dar posse ao presidente constitucional do Brasil e entregar a presidência ao senhor João Goulart. Isto é o que determina a lei maior, a Constituição (TAVARES, 2011, p. 21).

Ainda na madrugada do dia 27, o jornalista Hamilton Chaves redige uma nota pública, baseada nas declarações de Lott e Brizola, manifestando repúdio à tentativa de golpe militar. Nas emissoras de rádio, o governo estadual resolveu pagar espaços na mídia para repetir o pronunciamento de Brizola. Pouco tempo depois, ao clarear de domingo, as Rádios Gaúcha e Farroupilha foram retiradas do ar, por determinação do Chefe do Estado Maior do Terceiro Exército, Antônio Carlos Muricy. Das maiores emissoras do Rio Grande do Sul, somente a Guaíba permanecia no ar, pois não havia divulgado os manifestos de Lott e Brizola. O diretor da Empresa Jornalística Caldas Júnior, Breno Caldas, tinha restrições políticas em relação ao governador do Rio Grande do Sul, e achou melhor não

divulgar maiores informações sobre o levante que estava começando a acontecer tendo como origem justamente o Palácio Piratini.

O governador, após trocar ideias com seus assessores diretos, pediu que o Secretário do Interior e Justiça, Francisco Brochado da Rocha, redigisse um decreto requisitando a Rádio Guaíba. Brochado da Rocha, jurista renomado, ponderou que o Estado não teria competência para requisitar uma emissora de rádio por tratar-se de uma concessão federal. Brizola não aceitou o argumento de Brochado, e explica que “até que eles consigam o direito deles na Justiça, nós já usamos a rádio”. O documento, após ser assinado por Brizola, foi entregue a Breno pelo secretário da Fazenda, Gabriel Obino, justamente porque ambos eram amigos. A única exigência feita por Breno Caldas, que não demonstrou resistência ao receber o comunicado oficial do governo, foi que o estúdio no qual Brizola se manifestaria não fosse o da própria Caldas Júnior, pedindo que a instalação de uma linha direta entre os transmissores da emissora, na Ilha da Pintada, e o Palácio Piratini. Como explica o técnico Celso Costa:

“A requisição da Guaíba foi feita no domingo, 27, pela manhã. A equipe técnica estava quase toda nos estúdios e ia acontecer um Grenal no Olímpico e estávamos apostos. O diretor Breno Caldas telefonou para o departamento técnico pedindo a presença do engenheiro Homero Simon. Eu subi com o Alcides Krebs e disse que Homero estava em Carazinho, visitando a mãe dele que estava doente. Ele perguntou se eu tinha visto a movimentação da Brigada em frente ao prédio. Me mostrou um ofício do governador requisitando a Rádio Guaíba e pediu que eu tomasse conta disso. Disse ele: Sobe ao Palácio, veja o que precisas, e eu só tenho um pedido para te fazer, pois eu quero que o som saia do Piratini, mas as linhas não passem pela Caldas Junior, que sigam direto para os transmissores na Ilha da Pintada. Foi uma ordem do Dr. Breno para que passasse direto para os transmissores. Nos já tínhamos duas linhas instaladas no Palácio porque o presidente Jânio iria visitar o Estado na semana seguinte. Fui até o Palácio, sendo recebido pelo chefe de imprensa, Hamilton Chaves. Depois me desloquei até a Companhia Telefônica Riograndense, na Salgado Filho com a Borges, e falei com o distribuidor geral de linhas, e pedi para que as linhas do Palácio fossem transmitidas direto para a Ilha. Ele disse que precisaria de uma autorização do Palácio. Voltei e falei com o Hamilton Chaves que fez e deu para o governador assinar. Voltei à Companhia e entreguei. E em seguida foi feito o ‘jamp’. Eu neste tempo fui em casa almoçar. Peguei o meu equipamento próprio. Um toca-discos e um amplificador que eu usava em serviços de bailes que eu fazia muito, um serviço meu

particular. Eu morava a um quarteirão do Palácio. Testei as linhas com a Ilha da Pintada, instalei o toca-discos, voltei à rádio para pegar discos e microfones. E disse para o Hamilton que em seguida a rádio já estaria pronta. Duas e meia da tarde eu entreguei a rádio pronta para o Hamilton, com o som testado. O Grenal que iria acontecer foi cancelado por falta de segurança, inclusive por determinação do governo do Estado. E eu fui sozinho para o Palácio. Nenhum colega me ajudou. O Dr. Breno deixou todo mundo à vontade. Disse ele quem quiser ajudar o Celso está liberado. Mas ninguém foi. Fui sozinho para lá” (Celso Costa, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 14/11/2011).

Tudo estava preparado para o começo das transmissões que iriam mobilizar o estado em torno da defesa da Constituição.

Às 14h23min de domingo, 27 de agosto, entrava no ar a Rádio da Legalidade. Brizola fez um discurso improvisado de dez minutos, denunciando a trama para impedir a posse de Jango e conclamando a população a resistir. Às 15h assumiu o comando do microfone o locutor Naldo de Freitas. Nas primeiras horas de funcionamento da rádio, a programação se restringiu à leitura dos manifestos de Lott e Brizola, intercalada por hinos e marchas (KUHN, 2004, p. 49).

O Terceiro Exército passou a criar maneiras de tentar impedir a continuidade dos pronunciamentos de Brizola no microfone da Guaíba. Os militares temiam que o poder do rádio acabasse mobilizando milhares de gaúchos em defesa da causa defendida pelo ex-governador. O escritor Luiz Artur Ferrareto (2007) conta as manobras que os militares fizeram com a intenção de interromper as transmissões do Piratini:

Temendo que a Telefônica Nacional fosse tomada pelo Exército, Simon estabeleceu uma ligação direta por ondas VHF, a partir do transmissor do Piratini. Quando a Brigada Militar ocupou a telefônica, essa alternativa foi abandonada. Algumas antenas foram improvisadas. Concentrou-se mais energia através das ondas dirigidas, para atingir áreas povoadas no Paraná, Santa Catarina e sul do Mato Grosso. A cobertura em ondas curtas permitia enviar o sinal para muito longe e dificultava as tentativas de interferência por parte do governo federal. Mesmo assim houve uma verdadeira guerra eletrônica. O Exército passou a erguer antenas rômbricas iguais às que russos e americanos usavam para interferir nas transmissões uns dos outros, tonando o sinal inaudível. Os técnicos comandados por Simon reagiram, mudando a antena constantemente de posição (FERRARETO, 2007, p. 105).

Tendo em vista que os militares não conseguiram impedir que o som da Cadeia da Legalidade fosse interceptado, partiram então para uma iniciativa mais radical. Foi quando o general Machado Lopes, no começo da madrugada do dia 28 de agosto, chamou o capitão Pedro Américo Leal, que comandava a Primeira Companhia de Guardas do Exército, situada no bairro Santana, em Porto Alegre. Durante encontro ocorrido no Quartel General do Terceiro Exército, no centro da cidade, Machado Lopes determinou que Pedro Américo coordenasse uma tarefa de retirar o cristal da torre de transmissão da Rádio Guaíba, localizada na Ilha da Pintada. Pedro Américo tentou convencer Machado Lopes para não realizar tal operação, argumentando que os 100 integrantes da Brigada Militar que guarneciam o prédio da Guaíba na Ilha estavam muito preparados, e que isto acabaria causando muitas baixas entre os soldados do Exército. Pedro Américo conta que sugeriu outra alternativa que acabou sendo rejeitada pelo general:

Sugeri ao general que cortássemos a água e a luz da cidade, deixando tudo às escuras. Nestas condições quem iria lutar? Mas a ideia foi recusada pelo general que me disse: “Capitão, cumpra as suas ordens!” Aceitei a decisão, mas reafirmei ao general que enfrentaríamos uma tropa com muita tradição e que teríamos baixas. O general repetiu a frase “Capitão, cumpra as suas ordens!” Fui para a sede da minha Companhia, na rua Vieira de Castro, e determinei a preparação da tropa. Eram recrutas preparados, escolhidos no posto de recrutamento por mim, entre os que eu considerava os melhores (PAIM, 2011a).

Pedro Américo começou então a conduzir os recrutas para o confronto que deveria ocorrer contra a Brigada Militar na Ilha da Pintada. No mesmo horário, o técnico Celso Costa foi chamado pelo diretor da Caldas Junior, Breno Caldas, para que fosse até o local onde estavam instalados os transmissores. Ele relata como tudo ocorreu naquele começo de madrugada:

“O Dr. Breno pediu para que eu fosse até os transmissores e retirasse aqueles que tinham parentes, e levasse os funcionários para casa. Quem não tivesse parentes, eu levaria para o City Hotel, que era da família dele. Então eu fui de Kombi até os transmissores. Na ponte da Ilha da Pintada tinha um caminhão do Exército com cerca de 50 militares. Era frio. E tinha um sargento. Eu parei a Kombi e o sargento veio me perguntar se tinha brigadianos dentro dos transmissores. E eu disse que tinha uns 100 brigadianos armados com metralhadoras e disse que eles não se aproximassem porque a Brigada não daria o

primeiro tiro, mas o segundo eles dariam. Na hora em que respondi ao sargento do Exército, os soldados ouviram. E alguns soldados começaram a chorar e gritaram pedindo para que o sargento não avançasse por causa da Brigada lá dentro. A intenção deles era dar cobertura para a chegada de um oficial do Exército que iria retirar o cristal e fechar a rádio Guaíba. Já estava tudo armado para silenciar a rádio. Mas se entrassem iria ter uma guerra lá dentro. Quem comandava o Regimento era o Pedro Américo Leal, mas não estava no caminhão. Ele já havia conversado com o general Machado Lopes e disse que não tinha condições de entrar nos transmissores porque o perigo era muito grande em função do número de brigadianos, mas o general Machado Lopes não aceitou. Mandou que cumprisse a missão” (Celso Costa, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 14/11/2011).

A situação estava ficando a cada minuto mais tensa, eis que além dos tanques do Exército, estacionados nas imediações da Usina do Gasômetro, o Estado Maior da Aeronáutica já havia encaminhado ordem à Quinta Zona Aérea de Canoas, no final da tarde de domingo, dia 27, para que fossem efetuados voos de intimidação sobre o Palácio Piratini, com o intuito de silenciar Brizola nas suas manifestações pelo rádio. Tudo isto já fazia parte do plano dos ministros militares de impedirem o retorno de Jango ao Brasil, pois inclusive já estava definido que tão logo o vice-presidente retornasse da China, acabaria sendo preso caso insistisse em assumir a Presidência da República. A decolagem dos caças a jato ingleses Gloster Meteor estava prevista para as seis horas da manhã de segunda, dia 28. Porém, a determinação foi ao poucos sendo boicotada por integrantes da Base Aérea de Canoas que tinham parentes e amigos que estavam em vigília em frente ao Palácio Piratini, atendendo ao chamamento feito por Brizola pelas ondas da Cadeia da Legalidade, que já contava com a adesão de dezenas de dezenas de emissoras. Sargentos inclusive esvaziaram os pneus dos aviões que estavam sendo preparados.

Por volta das 06h, Muricy foi chamado pelo major Álcio da Costa e Silva para atender a uma ligação urgente. Naquele instante, começam a ser transmitidas pelo general Orlando Geisel as ordens do marechal Odílio Denys para por fim de vez ao movimento legalista. [...] Entre as determinações estava a de calar imediatamente Brizola, pondo fim à “ação subversiva” com o deslocamento de tropas e concentração em Porto Alegre. Também foi comunicado que uma força-tarefa da Marinha estava a caminho do Rio Grande do Sul. [...] A prova de que os ministros militares pretendiam ir até as últimas consequências para reprimir a mobilização estava na terceira das sete instruções: “Empregue

a Aeronáutica, realizando inclusive o bombardeio, se necessário” (KUHN, 2004, p. 58).

Em torno das 3 horas da madrugada do dia 28, o capitão Pedro Américo recebeu uma ligação do Quartel General do Terceiro Exército mandando suspender a operação de retirada do cristal dos transmissores da Guaíba. Pedro Américo recusou ordens por telefone e disse que somente aceitaria por escrito. Poucos minutos depois, o capitão recebeu em mãos, de um ajudante-de-ordens de Machado Lopes, a contra-ordem determinando a suspensão da retirada. Imediatamente o capitão recolheu a sua tropa de volta para o quartel no bairro Santana.

O general Machado Lopes pediu uma audiência com Brizola, no final da manhã do dia 28, no Palácio Piratini.

Tudo indicava que o III Exército iria aderir à campanha legalista, mas na hora foi tomado pela incerteza. Orientou os oficiais da Casa Militar a formarem um anel de policiais em frente à porta do gabinete. Se o general viesse propor a renúncia, a ordem era para retê-lo. O encontro foi marcado para as 11h30min. Um clima de histeria espalhou-se pelas dependências do Palácio. Pouco antes das 11h, Brizola recebeu das mãos do capitão Walter Nique uma metralhadora INA, que havia apreendido a manusear horas antes, colocou-a a tiracolo e se dirigiu aos porões. Foi caminhando, concentrado, pensando no quealaria naquele pronunciamento. Com um cigarro entre os dedos, murmurava: “Agora é tudo ou nada!” (KUHN, 2004, p. 60).

O jornalista Flávio Alcaraz Gomes em depoimento na Rádio Guaíba, contou que estava no Quartel General do Terceiro Exército quando Machado Lopes decidiu apoiar a Legalidade. As relações entre Alcaraz e Brizola, naquela época, não eram das mais amistosas. Alcaraz havia criticado o governador no Correio do Povo por iniciativas do Executivo, que por sua vez retribuía as críticas durante entrevistas nas emissoras de rádio. Mas na hora em que ficou sabendo da adesão do Terceiro Exército, ele não se conteve e foi contar ao governador.

“Saí do Quartel General, fui até a Caldas Júnior, chamei o Arlindo Pasqualini, diretor da Rádio Guaíba e Folha da Tarde e subimos para o Palácio. Quando chegamos, Brizola estava no ar, se despedindo do povo, dizendo que o Palácio seria bombardeado. Tivemos um grande trabalho em fazê-lo calar, anunciando-lhe que o general Machado Lopes estava chegando para aderir. Brizola se emocionou e nos

abraçou” (Flávio Alcaraz Gomes, depoimento concedido na Rádio Guaíba, realizado em 27/08/2001).

Após o anúncio da adesão do Terceiro Exército, Brizola convidou Machado Lopes para se dirigir à sacada do Piratini, onde cerca de 50 mil gaúchos estavam concentrados na Praça da Matriz, e deliraram acenando ao governador e ao general. A partir da adesão, aumentou o número de emissoras em cadeia, chegando a 104, espalhadas por todo o Brasil, e também de radialistas e jornalistas engajados na campanha. As Rádios Farroupilha e Gaúcha voltaram a funcionar normalmente, porém, é claro, participando da Cadeia da Legalidade. Mas tudo estava sendo preparado para um possível confronto entre o Rio Grande do Sul, agora fortalecido pelo Exército, e os demais estados brasileiros. Goiás foi o único estado que apoiou o movimento e chegou a armar uma resistência contra a iniciativa dos ministros militares de impedirem a posse de Jango.

O governador Brizola começou, então, os preparativos para o retorno de Jango ao Brasil, buscando uma forma segura, apesar das ameaças dos militares em Brasília. Na manhã do dia 31 de agosto, ele desce aos porões do Piratini e convoca os jornalistas para que se dirijam a Montevideú a fim de recepcionarem Jango que estaria desembarcando na capital uruguaia, regressando, por etapas, de sua viagem à China. Um grupo de 30 profissionais de rádio, jornais e revistas embarcou para o Uruguai no avião da Varig, juntamente com o advogado Ajadil de Lemos, amigo de Brizola, que teria a missão de conversar com Jango e repassar informações ao governador.

Nas últimas horas cresciam as suspeitas de que a Força Aérea pretendia abater o avião que conduzia o vice-presidente tão logo entrassem em território brasileiro. Ao colocar um batalhão de jornalistas no encalço de Jango, Brizola tentava impedir a execução da chamada “Operação Mosquito”, planejada por um grupo de oficiais da Aeronáutica. Às 18h50min, ao desembarcar do DC-3 da Transcontinental, o vice-presidente encontrou o saguão do Aeroporto de Carrasco entupido de autoridades e jornalistas brasileiros e estrangeiros (KUHN, 2004, p. 78).

Suas declarações aos jornalistas foram comedidas, sendo que num primeiro momento chegou a recusar a concessão de uma coletiva. Mas no dia seguinte, chegava a Montevideú uma figura que acabaria sendo importante na

consolidação do parlamentarismo, sistema que Brizola sempre foi contrário. Trata-se do ex-ministro Tancredo Neves, emissário do presidente interino Ranieri Mazzilli, no sentido de tentar convencer Jango a mudar o destino do Brasil através da troca do regime vigente. Seria a condição para que o vice pudesse assumir a Presidência da República, porém atrelado ao parlamentarismo. Brizola telefonou várias vezes a Jango tentando impedir que o vice firmasse acordo com Tancredo. João Goulart prometeu a Brizola que não faria nada antes de conversar com o governador gaúcho. Mas tudo já estava praticamente acertado entre Jango e Tancredo. O vice-presidente avisou Brizola que Tancredo, em seu retorno para Brasília, iria fazer uma escala em Porto Alegre. Porém, o mineiro, enquanto o avião sobrevoava o Aeroporto Salgado Filho, desconfiou por não ter percebido nenhum esquema de segurança especial e policiamento na pista e mandou o piloto não pousar e seguir direto para a Capital Federal. A intuição de Tancredo estava certa, eis que Brizola pretendia prender Tancredo na sua chegada a Porto Alegre.

No dia 1º de setembro, um fato premeditado pela bancada do PTB na Câmara dos Deputados iria causar repercussão nacional: a tentativa de um sequestro de um voo da Varig, inicialmente previsto para fazer o trajeto Brasília-Rio de Janeiro, deveria mudar sua rota e seguir direto para Porto Alegre, levando um grupo de parlamentares liderados pelo deputado Tenório Cavalcanti, que ficou conhecido nacionalmente como o “Homem da Capa Preta”, sempre acompanhado de sua inseparável metralhadora “Lurdinha”. O deputado Neiva Moreira foi o autor desta iniciativa, buscando a criação de mais um fato que causasse repercussão em todo o Brasil. Moreira convidou Tenório para assumir o controle da ação. O “Homem da Capa Preta” carregava um abaixo-assinado de 100 deputados federais favoráveis à posse de Jango, e pretendia entregá-lo a Brizola. O jornalista Amir Domingues, da Rádio Guaíba, estava neste voo, pois se encontrava em Brasília fazendo a cobertura jornalística da repercussão da Legalidade no Congresso Nacional. Tenório foi à cabine do piloto e determinou a mudança da rota. Porém foi convencido pelo comandante da aeronave de que não havia condições técnicas para a modificação do trajeto. A solução foi a manutenção do pouso no Rio de Janeiro, no Aeroporto Santos Dumont, de onde os parlamentares partiram para São Paulo. Na capital paulista, um avião fretado trouxe o grupo para Porto Alegre.

Já em Montevidéu, tudo estava pronto para o embarque de Jango para a capital gaúcha. Um Caravelle da Varig, sempre com as luzes apagadas, trouxe Jango para Porto Alegre, após realizar um voo tenso em decorrência das ameaças de ataque dos oficiais da Aeronáutica. Desembarcou às 20h35min no Salgado Filho acompanhado de alguns jornalistas e profissionais de imprensa brasileiros, entre eles o técnico Celso Costa:

“Eu voltei no mesmo vôo que o presidente Jango. Ele decolou no final da tarde. Tinha pouca gente a bordo do Caravelle da Varig. Tinha jornalistas como Castello Branco e Carlos Bastos. Falavam na tal Operação Mosquito. Luzes apagadas. O avião veio bem mais alto. Chegamos aqui em Porto Alegre com mais de 5 mil metros de altitude. Então fez um zigue-zague e desceu no Aeroporto Salgado Filho” (Celso Costa, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 14/11/2011).

Com o intuito de disfarçar a chegada de Jango a Porto Alegre, em função das ameaças feitas pela Aeronáutica, Brizola utilizou a Cadeia da Legalidade para inventar que o vice estaria retornando de carro do Uruguai.

Aos jornalistas brasileiros e estrangeiros, o governador informou que Jango partiria de Montevidéu por terra. A Rádio da Legalidade passou a divulgar o suposto trajeto que o vice-presidente estaria percorrendo por terra, acompanhado por uma caravana de carros. Um grupo de cavaleiros vestidos a caráter se postou na altura de São Jerônimo para dar as boas-vindas ao futuro presidente (KUHN, 2004, p. 81).

Mas Jango acabou sendo convencido, no Uruguai, por Tancredo de que a adoção do parlamentarismo seria a única alternativa viável que pudesse garantir a sua posse na Presidência, acalmando os ânimos dos militares. E Brizola já estava desconfiado de que isso ocorreria. Sua decepção ficou evidente quando ouviu a negativa de Jango em realizar manifestação na sacada do Piratini, que seria transmitida para a Cadeia da Legalidade. Jango havia prometido para Tancredo que não iria se manifestar publicamente, aceitando esta que era uma das solicitações feitas pelos ministros militares. Cinquenta mil pessoas na Praça da Matriz ficaram decepcionadas, pois Jango apenas acenou à multidão que esperava, após vários dias de vigília em defesa da Constituição, por um discurso forte do vice-presidente. Na madrugada do dia 2 de agosto, o Congresso Nacional aprovou em dois turnos a emenda parlamentarista, iniciativa

que revoltou Brizola, pois sabia que tal sistema acabaria retirando os poderes de Jango no governo brasileiro.

No sábado pela manhã, por volta das 06h, Jango telefonou para Machado Lopes, convidando-o a ir até o palácio. Disse que seu cunhado não lhe permitira um só minuto de descanso durante a madrugada, tentando convencê-lo a não aceitar o parlamentarismo (KUHN, 2004, p. 82).

Ao longo do dia, o governador constatou que realmente o vice-presidente tinha aceitado assumir com poderes limitados. Brizola, que liderou o movimento em defesa da posse de João Goulart, sentia que parte do seu esforço tinha sido em vão. No final da tarde de sábado, o governador disse a Jango que a partir daquele momento cada um iria seguir o seu próprio caminho. À noite, o Senado aprovou a emenda parlamentarista, tornando o ambiente ainda mais carregado no Piratini. O vice-presidente permanecia sem a intenção de se manifestar aos jornalistas. Porém, foi alertado que os repórteres estavam muito revoltados com a situação, eis que há dias estavam de prontidão nos porões do Piratini. Jango foi convencido a conversar rapidamente com a imprensa.

Durante o sábado, uma multidão na praça havia aguardado o pronunciamento de Jango. Os que resistiram debaixo da chuva até o início da madrugada de domingo voltaram para casa revoltados. Vaias e palavrões foram dirigidos ao vice-presidente, faixas e bandeiras foram enroladas, cartazes queimados. Choro dentro e fora do palácio (KUHN, 2004, p. 84).

O jornalista e publicitário Mário de Almeida, que participou ativamente de todos os episódios ocorridos no final de agosto de 1961, na condição de diretor do Teatro de Equipe, integrava a coordenação do Comitê de Artistas e Intelectuais Pró-Legalidade. Ele recorda que o clima ficou tenso em frente ao Palácio Piratini quando Jango se recusou a discursar na sacada.

“Eu lembro bem que no dia em que o Jango apareceu na sacada do Palácio, e não discursou, milhares de gaúchos que estavam na Praça ouvindo rádio, já sabendo que o vice-presidente iria ceder aos apelos dos parlamentaristas, começaram a gritar palavras muito ofensivas contra ele, incendiados que foram pelas notícias do rádio” (Mário de Almeida, entrevista concedida no Rio de Janeiro, realizada em 21/06/2011).

Jango pretendia embarcar para Brasília na noite de domingo. Contudo foi informado que os militares, mesmo com a garantia do parlamentarismo, continuavam tentando impedir sua posse, e que a Operação Mosquito poderia ser efetivada. Ele resolve então partir para a Capital Federal somente na terça-feira, dia 25, em voo que decolou do Salgado Filho às 17h20min, no Caravelle PP-VJD da Varig. O técnico Celso Costa, que foi para Brasília ajustar os detalhes para a transmissão da posse pela Cadeia da Legalidade, revela os detalhes do embarque.

“O presidente Jango saiu daqui dia 05 de setembro. Neste dia, pela manhã, o Dr. Homero pediu para que eu fosse para Brasília levando os aparelhos sem fio. O avião iria decolar em seguida. E ele disse que eu iria embarcar junto para transmitir a posse. Eu disse que estava somente com a roupa do corpo e sem dinheiro. Ele respondeu: ‘Tua família eu aviso, o dinheiro está aqui e roupas tu compras em Brasília’. O Caravelle já estava ligado, e no interior do avião encontrava-se o Rubem Berta. O voo foi cancelado porque o presidente resolveu que iria somente à noite. Eu fui para casa mudar de roupas e voltei para o aeroporto. Nesse meio tempo o Jango resolveu mudar os planos e decolou. E quem estava lá no aeroporto acabou indo junto. O Amir Domingues e o Jaime Keuneck, o JK, embarcaram. Eu não consegui embarcar e fomos à noite para Brasília. Toda a cerimônia de posse foi transmitida ao vivo pela Rede da Legalidade, com vários jornalistas, no dia 07 de setembro” (Celso Costa, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 14/11/2011).

Durante todo o trajeto, a aeronave trafegava com as luzes apagadas, que somente foram acesas minutos antes do pouso, que ocorreu às 20h20min.

Brizola não viajou para Brasília. A explicação oficial era de que precisava ficar na retaguarda, pronto para debelar qualquer crise que pudesse surgir até a hora da posse. A Jango fora sincero: não pretendia homologar um sistema de governo que era resultado de um ato de violação à Constituição (KUHN, 2004, p. 86).

No feriado de 7 de setembro, às 15h30min, João Goulart assumiu a Presidência da República. Nesta mesma data, à noite, foi desfeita a Cadeia da Legalidade, que chegou a reunir 104 emissoras espalhadas pelo Brasil e também em alguns outros países.

4.1 CIRCULAÇÃO INTERATIVA E COBERTURA DOS JORNAIS

Infere-se que a circulação proporciona a criação de novas formas de interações, descritas por Fausto Neto (2009), entre produtores e receptores de mensagens, com o surgimento de novas maneiras de interfaces, além de analisar os efeitos causados na sociedade. A ação do rádio junto aos receptores, no caso os ouvintes, é instantânea. Sua portabilidade intensa facilita ainda mais a interatividade proporcionada por este meio de comunicação de massa. E esta interatividade somente existe quando se percebe a influência e participação mútua entre as partes, numa circulação imediata proporcionada pelo rádio, fato que, por exemplo, não pode ser atribuído a um livro, por não ser algo interativo, tendo em vista que não possui retorno imediato (BRAGA, 2006).

Pretendemos explorar este fato, resgatando a importância que Brizola sempre deu ao veículo rádio, justamente por ser o mais próximo da população. Desta forma, um dos observáveis empíricos desta pesquisa surge através desta percepção de que a circulação pela via radiofônica dos ideais defensores da Constituição Federal incentivou o surgimento de verdadeira “mola propulsora” que garantiu o sucesso na empreitada de Brizola. A circulação promovida pelo rádio na “Cadeia da Legalidade” pode ter sido o instrumento que garantiu a transformação de uma realidade, tornando o abstrato, no caso a vontade popular em garantir o que estava previsto na Constituição, em algo concreto, ou seja, a posse do então vice-presidente João Goulart.

Na época do movimento da Legalidade, a televisão no Brasil já havia sido implantada há cerca de 10 anos. Ainda era uma novidade, em decorrência de ser um produto da elite nacional, jamais servindo de parâmetro para a popularidade massiva criada pelo rádio. Por exemplo, a primeira propaganda eleitoral feita na televisão ocorreu através da candidatura de Jânio Quadros, quando venceu a eleição para a Presidência da República, em 1960. O professor de História, Nilo de Castro, doutorando em Ciência Política na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), que estuda a relação entre televisão e política, no período 1950-64, lembrou que a inauguração de Brasília, em 1960, foi transmitida pela tevê, numa época em que o raio de alcance era de cerca de 100 quilômetros. No Rio Grande do Sul, a primeira emissora foi a TV Piratini, em 1959. Castro revela que tal fato já foi marcado desde o começo pelo debate

severo entre o proprietário Assis Chateaubriand e o governador Leonel Brizola. Segundo o professor, o que motivava a divergência era a contrariedade do empresário à encampação que o governo estadual fizera das empresas de energia e telefonia, pois um dos grupos estrangeiros por trás delas era seu patrocinador. Assim que, já na primeira transmissão, Chateaubriand fez um discurso forte, ao vivo, que foi respondido posteriormente por Brizola.

A respeito da cobertura jornalística dos fatos relacionados à Legalidade, Castro relembra que a televisão acompanhou, dentro do possível, os principais acontecimentos do movimento liderado por Brizola. Cita como exemplo a atuação do cinegrafista Odilon Lopes, dos Diários Associados, que documentou os fatos com sua câmera, oriunda da época da II Guerra Mundial, que permitia filmar dois minutos e 30 segundos na sequência, porém sem som. Jango ainda daria uma entrevista à televisão, em Montevideu, ao repórter conhecido como Tico-Tico, da TV Tupi. Mas ao recordar o ambiente midiático daquela época, Castro reforça a tese da importância do rádio para o sucesso da posse de Jango.

“Não se usou a televisão em 61 porque o Rio Grande do Sul era uma ilha, não tinha ligação com o centro do país a não ser mandando-se as imagens nas latas de filme por avião. Durante a Legalidade, não tínhamos ainda o videotape no Rio Grande do Sul. Já havia no Rio de Janeiro, na TV Continental. Mas custava muito caro. Todas as reportagens de rua eram filmadas sem som, feitas com câmeras inventadas ainda na segunda guerra mundial, filmadas à manivela” (Nilo de Castro, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 09/05/2013).

Nilo revela que até mesmo o cinegrafista Odilon Lopes andava pelo Piratini com uma arma na cintura recebida pelo comando da Legalidade:

“Na cobertura da Legalidade, o Odilon esteve no Palácio, recebeu uma arma, e começou a filmar, gastando vários rolos. Alguns materiais ele conseguiu contrabandear para o Rio de Janeiro, com o apoio de um jogador de futebol do Santos que levou o material para ele até o centro do País. Os jogadores tinham esta facilidade maior para transitarem com objetos e bagagens sem maiores restrições. Por vias normais, um rolo de filme levava uns dois dias para chegar até o Rio de Janeiro. [...] Em Porto Alegre, existia um consulado dos Estados Unidos. O cônsul pediu emprestado o material ao Odilon e não devolveu os filmes de volta, que somente foram encontrados no setor de revoluções latinoamericanas numa biblioteca do Congresso de Washington há poucos anos. Então o que se viu na televisão foi uma pequena parte

das filmagens do Odilon Lopes. Mas é importante lembrarmos também que a Legalidade não podia ser muito divulgada pela televisão por orientação dos generais que tentavam impedir a posse de Jango” (Nilo de Castro, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 09/05/2013).

Mas este pesquisador partiu em busca de informações em torno da cobertura feita pelos principais jornais na época, usando como parâmetro a renúncia de Jânio, em 25 de agosto de 1961. As grandes manchetes anunciavam no dia seguinte: “Jânio renunciou”. A imprensa registrava a perplexidade dos brasileiros em função do ocorrido, demonstrando preocupação com a crise política que se desenrolava naquele momento.

No mesmo dia 25, em edição extra, o vespertino Folha da Tarde, da Empresa Jornalística Caldas Júnior, destacava o que havia ocorrido pela manhã, em Brasília: “*Renunciou o presidente Jânio Quadros*”. A manchete ocupava toda a primeira página do tabloide, com um texto pequeno e a foto do mandatário. Nessa edição extra, o diário já dizia: “*Mazzilli assumiu a presidência*” e, ainda: “*Jango assumirá o governo!*” Brizola também se manifestava: “*Governo do Estado não compactuará com golpe*”.

O Correio do Povo, também da Caldas Júnior, iria noticiar no dia seguinte, 26 de agosto: “*Abalado o país com a surpreendente renúncia de Jânio Quadros à presidência da República*”. No Diário de Notícias, a manchete era “*Jânio Quadros vítima de Lacerda*”. Já o jornal “Ultima Hora”, na sua sucursal gaúcha, publicou em 27 de agosto: “*Golpe contra Jango*”.

Já no Rio de Janeiro, Carlos Lacerda utilizava seu jornal, Tribuna da Imprensa, para criticar de todas as formas o governo Jânio, mesmo tendo apoiado sua candidatura à Presidência. No dia 28 de agosto, a Tribuna publicava: “*Denys, agora é escolher: comunismo ou democracia*”, referindo-se ao ministro da Guerra, Odílio Denys, e à situação que achava que estava se delineando.

O professor da UFRGS, Luiz Alberto Grijó, fez uma pesquisa histórica envolvendo a cobertura jornalística de três periódicos naqueles 12 dias de Cadeia da Legalidade. Em sua publicação, o docente fez uma análise da atuação da Revista “O Globo” e dos jornais “Ultima Hora” e “Correio do Povo”. A Revista “O Globo” era de generalidades e destinada a um público das classes

médias e altas mais letradas. O periódico “Última Hora”, controlado por Samuel Wainer, sempre foi ligado aos ideais de Getúlio Vargas e seus seguidores e herdeiros políticos. Já o “Correio do Povo” era caracterizado, naquela época, como um veículo mais alinhado com a posição conservadora, vinculado às elites das grandes propriedades rurais. Era uma das leituras preferidas das mais altas classes sociais do Rio Grande do Sul naquela época. A respeito daquele, ao começar o seu trabalho, Grijó (apud NOLL, 2011) destaca:

O perfil do jornalista da década de 1960 era também o do ativista, do militante, do batalhador. Mas não em nome de uma suposta causa jornalística, mas em nome das posições distribuídas entre os principais partidos, entre os agentes das disputas políticas e ideológicas (GRIJÓ apud NOLL, 2011, p. 30).

Leonel Brizola aparece sozinho na capa da edição número 803, de 16 a 29 de setembro de 1961, com a única manchete: “Rio Grande do Sul: O Baluarte da Legalidade”.

As páginas da revista contavam essa história sob o ponto de vista já da sua transformação em evento histórico, em efeméride e em mito. [...] Em suma, para a Revista do Globo, Porto Alegre, o Palácio Piratini e o governador Leonel Brizola foram escolhidos como os marcos e o foco de sua narrativa das ações daqueles 12 dias que são por ela postos em relevo. [...] De modo geral, a Revista do Globo retratou aqueles acontecimentos de modo extremamente laudatório. A Legalidade foi mostrada como uma séria de atos heroicos e épicos capitaneados e catalisados pelo governador do Estado do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Além disso, aparece desde o princípio como uma luta gloriosa e depois se torna igualmente uma “festa”. A Legalidade fora uma catarse cívica. A revista assim contribuía para produzir e reproduzir a imagem que os próprios articuladores e líderes do movimento pretenderam fixar e legar daqueles eventos que protagonizaram (GRIJÓ apud NOLL, 2011, p. 32).

O jornal Última Hora foi considerado um dos mais engajados na bandeira defendida pela Legalidade. Com um formato popular, sempre veiculava a versão do governo do Estado e servia como um instrumento de mobilização. A própria manchete da edição do dia 27 de agosto, citada anteriormente, com acréscimo do editorial em primeira página com o título “Constituição ou Guerra Civil”, revelava a linha de atuação do periódico.

Pelas páginas do jornal, é retratada a mobilização crescente, as adesões que o movimento obtinha, os perigos que poderia correr, notadamente aqueles que vinham dos ministros militares e daquele que era tido como o golpista por excelência, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O regionalismo é ressaltado e exaltado. [...] Em geral os destaques eram para a participação de Leonel Brizola e João Goulart com várias manchetes em seu favor e também do ponto de vista da mobilização popular. [...] A sede de Última Hora foi fortemente garantida por soldados da Brigada Militar, tornando-se “QG da resistência democrática”. [...] Brizola acabou por ser heroicizado e canonizado nas páginas de Última Hora como o grande líder do movimento (GRIJÓ apud NOLL, 2011, p. 47).

Já o Correio do Povo resolveu manter sua linha mais comedida no registro dos acontecimentos. Durante o período da Legalidade, muitas vezes o movimento liderado por Brizola sequer constava entre as manchetes do jornal. Na edição do dia 26 de agosto, um dia após a renúncia do presidente Jânio Quadros, o jornal não citou nenhuma declaração de Brizola, mesmo com toda a repercussão já existente na sociedade em torno da reação promovida pelo governador, ainda na véspera da formação da Cadeia da Legalidade, surgida no dia seguinte.

Nem uma palavra sobre Brizola, sobre Jango, ou mesmo sobre a posição dos ministros militares que àquela altura já era conhecida e noticiada nas próprias páginas do Correio. O editorial se põe explicitamente ao lado da manutenção das instituições pela via do respeito à Constituição. Em paralelo a Brizola, portanto. Quer dizer, ao contrário de a Última Hora, a qual se situava como seguidora irrestrita do movimento capitaneado pelo governador, o Correio se posicionava em paralelo a este, embora nominalmente as posições convergissem no sentido do respeito à lei e à Constituição. Porém, para Brizola e seus seguidores, Legalidade significava pura e simplesmente a necessidade de que Goulart assumisse a presidência, enquanto que para o Correio isto não estava muito bem explicitado, embora subentendido. [...] Na leitura do Correio daqueles dias, pois, fica patente o seu conservadorismo um tanto difuso ao insistir na ordem pública, na paz interna, na lei e na Constituição, bem como na crítica explícita ao radicalismo, à “ação insidiosa de agitadores profissionais”. Esse repertório, não se pode esquecer, justificaria em parte a ação golpista militar e civil de março-abril de 1964. [...] As evidências levam a concluir que o Correio de fato buscava distanciar-se do governador, o que não queria dizer que fosse contra a solução constitucional para a crise. O Correio do Povo era, enfim, um jornal conservador. No mais amplo sentido do termo (GRIJÓ apud NOLL, 2011, p. 52).

Grijó (apud NOLL, 2011) também destaca a maneira discreta através da qual o Correio do Povo publicou a notícia em torno da requisição da rádio Guaíba por Leonel Brizola, apesar de a emissora fazer parte do mesmo grupo empresarial, a Companhia Jornalística Caldas Júnior. Segundo ele, a nota do Correio diz somente:

Por volta das 12h de domingo, um grupo de choque da Guarda Civil, armado de metralhadoras, ocupou os estúdios da Rádio Guaíba [...]. O Dr. Gabriel Obino, secretário da Fazenda, apresentou à direção daquela emissora, um ofício assinado pelo próprio Governador do Estado, Sr. Leonel Brizola e no qual comunicava que a partir daquele momento a Rádio Guaíba passava à disposição da Secretaria de Segurança Pública. Acrescentava que a emissora passaria a ser operada diretamente da sala de imprensa do Palácio Piratini (GRIJÓ apud NOLL, 2011, p. 54).

Ele comenta no seu artigo a forma como o Correio divulgou o engajamento da Guaíba na Legalidade:

É importante notar o laconismo da reportagem, muito curta, aliás, quase uma “nota”. A rádio do próprio grupo empresarial do Correio fora encampada pelo governo do Estado e nem no editorial do dia e nem nos dias que se seguiram, ao menos até 7 de setembro, quando termina a Cadeia da Legalidade, se pode ler alguma palavra sobre o assunto, nem contra e muito menos a favor (GRIJÓ apud NOLL, 2011, p. 54).

O jornalista Mario de Almeida também relembra a linha de atuação dos principais jornais daquela época:

“A imprensa foi militante na crise de 1961. E dos dois lados: Tribuna da Imprensa, Agência Nacional e até o Repórter Esso, do lado dos ministros militares, e outros veículos como Última Hora, Jornal do Brasil e Correio da Manhã, do lado da Legalidade. [...] A Última Hora entrou ‘de sola’ no processo. Foi participativa dando o aval à causa da Legalidade. Os demais que apoiavam agiam somente como jornais. No Rio Grande do Sul, não teria como um dono do jornal ou até mesmo de uma rádio mandar um repórter se omitir em meio ao movimento. A palavra Legalidade era muito forte e servia para afirmar a cidadania gaúcha. A Última Hora defendeu a cidadania antes mesmo de fazer jornalismo” (Mario de Almeida, entrevista concedida no Rio de Janeiro, realizada em 21/06/2011).

Flávio Tavares atuava como editor da sucursal do jornal “Última Hora” em Porto Alegre. Ele recorda que a edição extra que circulou no domingo dia 27 de agosto foi produzida nos porões do Piratini.

“Como a redação da Última Hora ficava perto dos quartéis militares, na rua 7 de Setembro, temia-se que o Exército interviesse, pois no Rio de Janeiro o governador Lacerda já havia censurado a imprensa. O jornal contava com um serviço de moto para levar o material redigido até a redação, a fim de fazer a edição final, e dali às oficinas, na rua Duque de Caxias. [...] A Última Hora contrabalançava a posição mais conservadora dos jornais da Caldas Junior, começando pelo seu editorial, que falava que o golpe era uma bofetada na face do Rio Grande, referindo-se à posição dos ministros militares de vetar a posse de Jango. [...] O jornal saiu às ruas protegido pela Brigada Militar, numa Kombi e num jipe, para garantir sua efetiva distribuição” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

Tavares relata que algumas pessoas questionavam a adesão integral do veículo ao movimento, entendendo que não estava sendo realizado jornalismo.

“Nos diziam que estávamos perdendo a autonomia e a independência jornalística. Nós respondíamos que não era isso. Fizemos uma opção pelo não delito ao invés do golpe que era um delito. Ficamos contra o crime. Se pegares a Última Hora e o Correio do Povo da época um é o oposto do outro. Agora sem o rádio não teria acontecido nada. Nem no Rio Grande nem no Brasil” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

4.2 AS PALESTRAS SEMANAIS DE BRIZOLA

Quando falamos a respeito da importância do rádio na trajetória de Leonel Brizola, logo pensamos na Cadeia da Legalidade. Seu modo de falar no microfone, sempre através de um método coloquial, utilizando metáforas, despertava o interesse de integrantes das mais diversas classes sociais. Mas um detalhe importante que nunca foi divulgado nas obras que tratam sobre o tema diz respeito ao contato de Brizola com a rádio antes da Legalidade. A sua ligação com a radiofonia é anterior à Cadeia da Legalidade. Na época em que era prefeito de Porto Alegre, tendo sido eleito em 1955, ele já tinha um espaço semanal na rádio Farroupilha. Todas as sextas-feiras à noite, durante cerca de duas horas, Brizola utilizava o microfone para fazer um balanço da sua administração municipal. Eram as tradicionais “palestras de sextas-feiras”

proferidas ao vivo, diretamente do diretório municipal do PTB, localizado naquela época em frente à Praça da Alfândega, no centro da cidade. Elas serviram para o líder trabalhista aperfeiçoar suas técnicas nos discursos radiofônicos, utilizando jargões e palavras de fácil compreensão do público em geral. De acordo com o técnico da rádio Guaíba, Celso Costa, alguns anos antes do levante promovido na Praça da Matriz, Brizola já tinha experiência no microfone, proferindo palestras semanais, todas as sextas-feiras à noite, pela rádio Farroupilha, na época em que era prefeito de Porto Alegre.

“Ele já tinha utilizado muito a rádio Farroupilha nas palestras das sextas-feiras, quando ele era prefeito. O pessoal da Folha da Tarde apelidou o programa dele de ‘A Praça da Matriz é o limite!’ pois na época tínhamos na Guaíba um programa patrocinado pela Paner ‘Paris é o limite’, e o Brizola teve o seu programa com apelido semelhante, entendendo que ele já estava pensando no governo do Estado. [...] As palestras eram feitas de improviso. Ficava cerca de duas horas das 22h até a meia-noite. E todo mundo sintonizado. Ele continuou fazendo depois da Legalidade. Teve o movimento contra o Parlamentarismo e ele usava estas palestras contra o sistema” (Celso Costa, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 14/11/2011).

O jornalista Flávio Tavares, ao destacar que poucas pessoas relembram as famosas palestras de Brizola na Farroupilha, enfatizou que a linguagem utilizada pelo governador provocava reações entre os catedráticos contrários ao uso de expressões mais comuns que tivessem a aceitação e a compreensão das classes sociais menos favorecidas da sociedade.

“A simbiose do Brizola e o rádio começa na palestras dele como prefeito na rádio Farroupilha e que depois se transformam nas palestras como governador. A Farroupilha era dos Diários Associados e era a mais potente do Rio Grande do Sul. O rádio não tinha nem um competidor. A televisão era incipiente, estava apenas começando. No Rio Grande do Sul havia somente a TV Piratini, canal 5, com pouco prestígio. Só uma elite é que tinha televisão. Não era a cores. Em 1964 Brizola fazia na rádio Mayrink Veiga, no RJ, as mesmas palestras semanais que ele fazia em Porto Alegre pela Farroupilha, que atingiam o país inteiro. Até os antibrizolistas ficavam ligados ouvindo suas palestras. Nunca tivemos um instrumento tão politizador no Brasil como foram as palestras do Brizola. Ele foi o único político brasileiro que se interessou em transmitir ao povo educação política e social. [...]” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

O ex-deputado Romeu Barleze, amigo pessoal de Brizola desde a época da juventude, em Carazinho, acredita que o governador não teria promovido toda a rebelião contra os militares na Cadeia da Legalidade se ele já não tivesse a certeza da força do rádio comprovada através das suas palestras na Farroupilha. Barleze destaca ainda a importância do rádio como o “centro das atenções” da comunidade gaúcha desde o tempo das palestras até a posse de Jango:

“O rádio de pilha foi o veículo extraordinário e que gerou o êxito da Legalidade. Naquele tempo o rádio de pilha permitia que o cidadão andasse com ele no bolso, caminhando e ouvindo as notícias. Principalmente no interior do Estado, em localidades em que as pessoas não tinham condições de comprar os tradicionais rádios elétricos que reuniam as famílias em sua volta. E essa importância do rádio de pilha já havia sido destacada na época das palestras de Leonel Brizola nas sextas-feiras na rádio Farroupilha. As transmissões das palestras nas sextas-feiras eram sagradas. Brizola ia para a emissora pelas 20 horas e fazia um balanço do governo e suas ações. O pessoal no interior se reunia com os rádios de pilhas ouvindo os discursos do Brizola. A Legalidade sem a força da comunicação jamais sairia. E Brizola tinha a certeza de ter ouvintes, baseado nesta premissa de comunicação do sucesso das suas palestras que eram transmitidas todas as sextas-feiras” (Romeu Barleze, entrevista *concedida* em Carazinho, realizada em 15/09/2011).

O presidente da Associação Riograndense de Imprensa, Batista Filho, que em 1961 participou, no Palácio Piratini, do credenciamento dos jornalistas que fizeram a cobertura dos fatos que antecederam a posse de Jango, também concorda que as palestras da rádio Farroupilha serviram para aprimorar a capacidade de comunicador de Brizola e foram muito importantes para que o sucesso da Cadeia da Legalidade.

“Torna-se indispensável falarmos destas palestras quando tratamos deste movimento popular chamado Legalidade. Antes da Rede da Legalidade, Brizola, com absoluta intuição, soube como ninguém usar o rádio para esclarecer e mobilizar a sociedade. O rádio era o grande veículo da época, e as pessoas se reuniam para ouvir rádio, as famílias ficavam em volta do aparelho e a Farroupilha era a mais ouvida. Propositadamente Brizola contratou a Farroupilha para a transmissão das suas palestras das sextas-feiras. Ele soube fazer-se conhecido em todo o Estado falando de forma massiva da educação nas suas palestras. Era um comunicador convincente. Os 270 mil votos que ele fez no Rio de Janeiro, tornando-se o deputado federal mais votado do Brasil, em 1963, foi fruto da sua biografia como líder

da Legalidade, mas também ao seu papel como comunicador de rádio. Depois de ser governador, ele contava com o apoio da Rádio Mayrink Veiga, onde lá no Rio de Janeiro ele usou aquela emissora da mesma forma como fez com a Farrroupilha, em Porto Alegre, nas suas palestras. Ele falava semanalmente aos cariocas através da Mayrink Veiga” (Batista Filho, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 10/11/2011).

Brizola não levava nenhum texto por escrito para proferir suas palestras radiofônicas. Somente tirava do bolso um papel com palavras anotadas que serviam como base para a sua manifestação. Carlos Bastos, que acompanhou várias palestras, destaca o improvisado do governador na hora de seus discursos:

“Era sempre no improvisado. Ele levava apenas um pequeno papel com anotações dos temas que ele ia abordar, como educação, diretrizes do partido, projetos do governo, era uma série de itens que ele iria falar nas palestras. Mas o conteúdo das palestras era feito ali na hora, no improvisado” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

Mesmo após a Legalidade, Brizola continuava proferindo as palestras semanais. E o sucesso do programa radiofônico não despertava somente o interesse a audiência de milhares de gaúchos simpatizantes de suas ideias, que escutavam de maneira atenta os jargões do trabalhista pelas ondas do rádio. A iniciativa também causou uma reação dos partidos oposicionistas ao governo. Porém, não criaram um novo estilo ou programa para combater Brizola, mas acabaram utilizando o seu mesmo método. Mais do que isso, um ano depois da Legalidade, em 1962, a ala liderada pelo candidato Ildo Meneghetti resolveu copiar o formato das palestras, e também passou a utilizar o microfone da rádio Farrroupilha. Eram as “Palestras do João”, interpretadas pelo jornalista José Bachieri Duarte, que naquela época era assessor de Meneghetti. Ele explica como iniciou esta contrapartida lançada pela oposição:

“O Dr. Brizola falava sempre às sextas-feiras. Falou dois ou três anos. E quando começou a campanha de 62, na qual o Dr. Meneguetti era o candidato do PSD e eu atuava como seu secretário, eu disse aos companheiros de partido que alguém tinha que começar a falar também, pois era só o Dr. Brizola que falava às sextas-feiras. Então ficou acertado que eu iria falar às segundas-feiras” (Bachieri Duarte, depoimento concedido na TV Guaíba, realizado em 10/07/2005).

Bachieri revela que a oposição resolveu, inclusive, ocupar o mesmo espaço publicitário pago por Brizola no jornal “Correio do Povo” para a divulgação das palestras.

“Eu criei um personagem, o João. O Dr. Brizola sempre publicava no Correio do Povo, às sextas-feiras, um anúncio no Correio do Povo, na última página, informando que à noite o governador falaria, na sede do PTB, às 21 horas, sobre tais assuntos e que seu pronunciamento seria transmitido pela Rádio Farroupilha. O título era este: Palestra do Governador. Um dia saiu no Correio do povo, era um domingo, no mesmo lugar, última página embaixo à esquerda, a publicação de um anúncio ‘Palestra do João’. Dizia o anúncio que o João, que ninguém sabia quem era, iria falar sobre problemas vividos pelo Rio Grande do Sul e, ao término do anúncio, também era informado que a palestra seria transmitida pela Rádio Farroupilha, a mesma utilizada pelo Dr. Brizola, inclusive o mesmo horário, 21 horas. Todo o Estado ficou indagando, formou-se o questionamento sobre quem seria o João. Na segunda-feira eu fui falar na Farroupilha, criando o personagem” (Bachieri Duarte, depoimento concedido na TV Guaíba, realizado em 10/07/2005).

O jornalista conta que inclusive imitava o tom de voz e o estilo que Brizola falava no microfone.

“Eu tentei imitá-lo, com voz pausada e jargões que ele usava. Assim como ele se dirigia aos ‘mais longínquos recantos do Rio Grande, aos mais distantes fogões desta terra’, eu também dizia a mesma, tentando falar parecido com ele, e comecei a dizer ‘olha, governador, até agora o senhor tem falado sozinho, mas de hoje em diante o João vai falar também” (Bachieri Duarte, depoimento concedido na TV Guaíba, realizado em 10/07/2005).

As “palestras do João” foram transmitidas apenas nos meses que antecederam as eleições. Mas durante a sua veiculação ao vivo, eram também gravadas pela coordenação de campanha de Meneghetti, que utiliza os programas durante os comícios no período eleitoral de 1962.

“O programa tornou-se uma verdadeira sensação. Foi uma verdadeira explosão, pois durante os comícios do Dr. Meneghetti, no interior do Estado, eram transmitidas nos postes através de alto-falantes. Eu nunca fiz uma ofensa pessoal ao Dr. Brizola, sempre o respeitei muito, mas eu era duro com ele. E acho que ele cometeu um erro. Acontece que na sexta-feira seguinte à palestra de estreia do João ele foi para o diretório, e ao invés de ignorar o programa, ele falou na rádio sobre a

nossa palestra, dizendo que ‘tem aí agora um tal de João Bachieri me imitando, inventando coisas, eles vão inventar muito, vão me botar barba, vão dizer que sou parecido ao Fidel Castro, eles vivem na ociosidade, não tem nada o que fazer’. Então ele acabou avalizando o programa, e eu dei a resposta no programa seguinte dizendo que eu não estava debochando dele, com todo o respeito, não estava ironizando ninguém, apenas estava lhe respondendo, coisa que ele não estava acostumado a ouvir, pois ficava sempre falando sozinho. Lembro que falei ‘deboche, Dr. Brizola, são as coisas ruins do Estado, como o atraso de sete meses dos salários dos professores’. E então começava a falar sobre os problemas existentes no Rio Grande do Sul. Realmente, o Dr. Meneghetti acabou ganhando a eleição contra o candidato do governo da situação, do PTB, o Michaelsen, e eu contribui com esta minha participação que foi muito saudada naquele momento” (Bachieri Duarte, depoimento concedido na TV Guaíba, realizado em 10/07/2005).

O jornalista Carlos Bastos, que conviveu durante muitos anos com Brizola, revela que o ex-governador, quando recordava a época de suas palestras semanais, gostava de contar uma história de um casal de trabalhistas que eram seus ouvintes assíduos.

“O Brizola, quando voltou do exílio, em 1979, participou de encontro regional para a criação do PDT em Santa Maria. Naquela ocasião, o ex-deputado João Luiz Vargas, que é natural de São Sepé, apresentou ao Brizola um casal de velhos trabalhistas. Brizola e o casal começaram a conversar, e eles falaram que eram getulistas. Os dois disseram para o ex-governador: ‘A gente ouvia suas palestras nas sextas-feiras, e ficávamos embevecidos, pois o senhor falava sem parar, começava às oito da noite, passava das dez da noite, às vezes a gente pegava no sono, acordávamos uma hora depois e o senhor continuava falando’. Brizola gostava de contar esta história, e dizia, em tom alegre, que os ouvintes dormiam e acordavam enquanto ele continuava discursando sem parar” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

4.2.1 Técnicas radiofônicas no Microfone da Legalidade

Redigir para o rádio é bastante diferente de escrever para um jornal. No caso do rádio, escreve-se para ouvir, ou seja, a pessoa que está no microfone precisa “escrever para o ouvido”. Mais do que fazer sentido para quem os lê, os textos radiofônicos têm de fazer sentido para quem os ouve. Para isso, existem regras que necessitam ser cumpridas. No que diz respeito à linguagem radiofônica, é necessário levar em consideração alguns fatores para que a

transmissão da informação ou notícia tenha boa receptividade junto do público. Assim sendo, para que um conteúdo seja compreendido pelo ouvinte, é necessário que a linguagem se torne curta e concisa. Trata-se de um “estilo próprio” de escrita para ser divulgada pelos radiodifusores, com uma linguagem que deve ser sempre a mais clara e simples possível. No entanto, conforme Nuno Crato (1998, p. 112), “clareza não significa banalização, nem simplicidade e abastardamento da língua”.

Adriano Duarte Rodrigues (1999) sintetiza as principais características que o discurso na rádio deve apresentar:

Frases curtas, eliminação dos silêncios, simplificação sintáctica e semântica, débito sincopado, supressão das expansões complexas são alguns dos processos esteticizantes destinados a assegurar o fluxo, a corrente normalizada das vozes, a sua tradução em mercadoria, o alargamento indefinido dos circuitos de difusão (RODRIGUES, 1999, p. 75-79).

Rodrigues (1999) também fala dos “braços invisíveis do rádio”, como se o aparelho tivesse o poder de abraçar o receptor em sua casa e colocá-lo em cena nos mais diversos palcos:

Corpo abstrato, a voz da rádio é plasticidade pura, modulação sonora etérea incorporal, virtualidade admirável de se substituir ao corpo, máscara falante na ausência do ator. [...] O rádio tem a capacidade de criar realidades a partir das expectativas individuais, uma vez que se transforma em corpo abstrato que vem integrar o nosso mundo, apelando para a totalidade da nossa experiência sensorial, imagética e intelectual (RODRIGUES, 1999, p. 75-79).

O estudo das técnicas utilizadas na linguagem radiofônica apresenta vários conceitos sobre o estilo adotado por este veículo de comunicação de massa. A linha deve ser coloquial, de fácil compreensão, eis que os ouvintes são oriundos das mais distintas camadas sociais. Muñoz e Gil (1990, p. 21) também afirmam que “a linguagem radiofônica deve provocar no ouvinte a criação de imagens mentais construídas a partir da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio”. Camargo (1980) explica que:

A linguagem radiofônica difere da impressa, eis que o texto oral-escrito tem uma única chance de ser ouvido. Com isso, deve explorar sua única oportunidade de emissão ao criar imagens mentais, que projetem as palavras, e ao criar ideias, frases, situações, com um conteúdo tão claro e expressivo que, praticamente, não exijam esforço do ouvinte (CAMARGO, 1980, p. 159-173).

Muñoz e Gil (1990, p. 57) salientam que a linguagem radiofônica também é caracterizada pela seleção de palavras eufônicas, e que a voz, rica em inflexões e persuasiva, deve contemplar a clareza. Tais conceitos foram citados por este pesquisador com o intuito de analisar as técnicas utilizadas por Leonel Brizola no rádio, tomando posteriormente como base seus discursos radiofônicos veiculados pela Cadeia da Legalidade.

Cunha (1999, p. 144) afirma que:

O rádio, por estar ligado à Oralidade primária da vida humana e, exatamente, por não apresentar a imagem, deixando o comando nas mãos do narrador, é capaz de conduzir com maior força o pensamento do seu público.

Diz ainda que:

Trabalhado com intensidade em torno da Oralidade ligada ao rádio, com argumentos fortes na transmissão das informações, os apresentadores fazem com que, muitas vezes, os ouvintes fiquem limitados apenas à sua versão dos fatos. Por seu formato e credibilidade, dada pela própria audiência, os comunicadores exercem forte poder ideológico sobre os ouvintes que idealizam. A credibilidade é manifestada pelos elevados índices nas pesquisas de audiência. Se existe, então, uma afinidade entre emissor e receptor, é possível descrever, a partir dos próprios discursos emitidos, o perfil do público ouvinte (CUNHA, 1999, p. 144).

Cunha (1999, p. 147) também explica que

nos rumos da Oralidade, a presença da Retórica tem, sem dúvida, marcas muito fortes. [...] Tem sido explicada como a arte de falar bem ou a arte da oratória, isto é, a arte de usar todos os recursos da linguagem, com o objetivo de provocar um efeito determinado nos ouvintes. A Retórica estuda tudo o que há de persuasivo no discurso.

Leonel Brizola sempre foi reconhecido como um grande comunicador muito ligado ao microfone. Até mesmo os seus adversários políticos reconheciam esta virtude. Mas será que ele estudou técnicas radiofônicas ligadas à retórica para alcançar o sucesso que obteve através do rádio? Amigo pessoal de Brizola, com quem conviveu durante muitos anos, Flávio Tavares relembra o começo de sua ligação com o ex-governador:

“Eu convivi com Brizola por muitíssimos anos, desde quando ele era deputado estadual, por volta de 1951. Depois ele assume a Secretaria de Obras do Rio Grande do Sul e eu era naquela ocasião presidente do Grêmio Estudantil Júlio de Castilhos, que tinha muito prestígio. Naquela época foi que conheci Brizola como deputado estadual, depois Secretário de Obras Públicas, mas não tinha afinidade política naquele tempo com ele, pelo contrário, era um crítico tanto do Brizola como do PTB. Eu era do Partido Socialista e quanto ao PTB nós tínhamos críticas ao trabalhismo, pois eram no fundo nossos adversários. Mas no fundo pensávamos igual, a diferença que existia é que os trabalhistas tinham eleitorado e nós não tínhamos. [...] Depois o Brizola, quando prefeito de Porto Alegre, eu era da Federação dos Estudantes da UFRGS e tivemos uma briga feia com ele por causa do aumento da passagem dos bondes e interrompemos as linhas da Azenha, com as mesas do restaurante universitário, que ligavam Teresópolis, Glória e toda a parte da zona norte. E Brizola nos atacou pelo rádio durante as suas palestras, chamando a gente de ‘estudantes irresponsáveis’. Daí nós alugamos um espaço na rádio Gaúcha, comprado, para responder o Brizola. E eu fui designado para responder o Brizola, por 40 ou 50 minutos. Ali foi uma ruptura violenta com o Brizola. [...] Depois que ele se elegeu governador, seu primeiro ato foi à encampação do serviço de eletricidade pelo governo do Estado. Quando o Brizola encampa, eu era filiado do Partido Socialista fomos até o Palácio cumprimenta-lo. [...] Já na condição de editor político da Última Hora, eu não era mais filiado a partido, começou a minha real aproximação com Brizola. A ordem veio do Samuel Wainer, lá do Rio de Janeiro e era ‘você tem que grudar no Brizola’, ‘você só vai dormir quando o Brizola dormir’... e era o que eu fazia. E aí eu acabei vencendo as ressalvas que o Brizola tinha com relação a mim. Brizola era uma figura ímpar, como não há duas no mundo, com suas grandes virtudes e seus pequenos grandes defeitos. [...] Depois do governo dele, participei sempre com posição independente, mas com total intimidade, com livre acesso ao Brizola todo o tempo. Eu sempre estive grudado nele como jornalista e depois em Brasília e também quando ele vai para o Uruguai e participo, chamado por ele, da resistência armada, porque ele foi o primeiro a se rebelar contra a ditadura militar. [...]. E o Brizola foi expulso do Uruguai e eu preso no Uruguai. Depois em Lisboa, morávamos no mesmo hotel, e as coisas se solidificaram. [...] A última aparição pública do Brizola foi no lançamento do meu livro ‘O dia em que Getulio matou Allende’, duas

semanas antes da morte dele. Foi a sua última aparição pública, ele numa foto comigo e com o ator Paulo José. Ele foi lá e eu nem esperava que fosse em função da agenda. E ocorreu uma coisa muito engraçada. O Brizola, ao invés de me chamar de Flávio me chamou de Felix, que era meu nome de luta armada, e ele não me chamava assim desde 1967, numa coisa estranha que ninguém entendeu, só ele e eu. Um inconsciente. Algo interessante” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

Em razão de todo este convívio que teve com o trabalhista, este pesquisador perguntou a Tavares sobre possíveis técnicas utilizadas pelo governador. E o jornalista garante que Brizola nunca se deteve a teorias, baseando sua linha sempre no empirismo.

“Brizola nunca estudou técnicas de rádio. Tudo no Brizola partia de algo empírico. Ele não era um estudioso no sentido livresco. Mas era um estudioso nos sentidos da observação e na escuta. Ele mesmo dizia ‘eu leio pouco, mas leio bem’. [...] Eu acho que esta simbiose entre o rádio e Brizola explica o sucesso da trajetória estadual e nacional dele. Eu lembro que naquela época muitos criticavam o estilo das palestras dele. Estavam acostumados com outro estilo dos políticos de forma professoral, doutoral, e o Brizola inaugura a forma coloquial. Ele sempre foi coloquial e metafórico. Ele discursava falando com as pessoas e atingia todas as classes. Mas no início, nós, os politizados, achávamos que o Brizola era um primário. Mentira, o Brizola não era um primário. Na realidade, ele possuía a didática que nenhum dos acadêmicos tinha [...]. Brizola tinha uma figura de linguagem. Era muito metafórico, usava muitas metáforas. Ele falava que o imperialismo era a nossa bomba de sucção. Nunca ninguém tinha dito isso. Os acadêmicos nunca tinham falado isso. Eles falavam numa linguagem enrolada que ninguém entendia e o Brizola fazia o povo entender. Só o rádio fez o Brizola atingir a dimensão que ele atingiu” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

Mesmo não sendo considerado pelo jornalista um estudioso das técnicas radiofônicas, Brizola acabava utilizando métodos idênticos às teorias defendidas por Robert McLeish (1999). Eis que o governador, de acordo com o depoimento de Tavares, sempre usava metáforas nos seus discursos radiofônicos, ou seja, expressões que produzem sentidos figurados por intermédio de comparações implícitas. Brizola também usava a linguagem coloquial, outra tese defendida por McLeish (1999), quando fala sobre a necessidade de aproximar o ouvinte através de palavras de fácil compreensão:

E se, entre o início e o final, evitaste algum tipo de prosa literária que tão facilmente sai da caneta para o papel, e ao invés usas-te palavras de um estilo que tenha o sentido da vivência da linguagem falada - e se o ouvinte percebeu a linguagem ele pode perceber o seu conteúdo. Poderá ainda aproximar-se da tua compreensão. Na verdade comunicas-te (McLEISH, 1999, p. 75).

Durante seus discursos no rádio, com suas figuras de linguagem, muitas vezes como se estivesse narrando uma história, o trabalhista também se aproximada de um dos argumentos defendidos por McLeish (1999, p. 83): “Para melhor compreender o que é escrever e falar para o ouvido é preciso [...] pintar imagens, contar histórias e apelas a todos os sentidos”.

Tavares revela maiores detalhes sobre a personalidade de Brizola, com quem conviveu durante quase 40 anos, lembrando que o lado intuitivo do governador, ao perceber a movimentação dos militares nas comemorações do Dia do Soldado, no Parque Farroupilha, foi fundamental para o surgimento da Legalidade. O jornalista argumenta que a intuição do governador sempre o auxiliava nos seus discursos:

“Eu sempre dizia para o Brizola que gostava dele nos momentos de perigo e não nos momentos de vitória. O Brizola nos momentos de vitória era o eco de si mesmo. E nos momentos de perigo, ele refletia, agia bem, e ouvia, o que ele não fazia de um modo geral. Brizola era intuitivo e ouvia muito pouco, uma figura genial, com uma intuição fantástica, que ele põe em evidência durante o golpe de 61, abortado a partir da Legalidade por ele promovida. [...] E o Brizola destruiu a tentativa de golpe, só que com a conivência de Jango, que no final se aliou aos que queriam derrubá-lo e aceita o parlamentarismo” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

O jornalista Carlos Bastos revela que Brizola sempre insistia na repetição das palavras e das suas ideias no rádio. Segundo ele, essa era a sua única técnica, acrescentando que o ex-governador não tinha o poder de síntese.

“Ele era intuitivo em tudo, na política, no rádio, na forma de administrar, e sacava as coisas. No rádio eu argumentava com ele, e dizia quando surgiu a televisão que ele deveria se preparar para usar a síntese, pois a televisão era diferente do rádio. Ele dizia que não dava para usar síntese, pois repetia várias vezes à mesma coisa para que as pessoas pudessem fixar melhor suas ideias. Ele me disse ‘tu podes perceber que eu repito minha argumentação, porque é com a insistência é que eu coloco na cabeça das pessoas. Quando defendendo minhas bandeiras como a reforma agrária e a educação eu não posso

me limitar a dizer uma frase. Eu tenho que dizer uma frase bem ampla para explicar isso e depois lá adiante eu repito a mesma coisa com outras palavras'. Então esta era a grande técnica que ele utilizava, a sua tática de repetição para que as pessoas pudessem incutir na cabeça os seus ideais. Era sua estratégia” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

Brizola não levava nenhum texto por escrito para proferir suas palestras radiofônicas nas sextas-feiras. Somente tirava do bolso um papel com palavras anotadas que serviam como base para a sua manifestação. Carlos Bastos, que acompanhou várias palestras, destaca o improvisado do governador na hora de seus discursos:

“Era sempre no improvisado. Ele levava apenas um pequeno papel com anotações dos temas que ele ia abordar, como educação, diretrizes do partido, projetos do governo, era uma série de itens que ele iria falar nas palestras. Mas o conteúdo das palestras era feito ali na hora, no improvisado” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

Tal depoimento do jornalista também demonstra a sintonia entre a prática de Brizola e mais um argumento de McLeish (1999, p. 83) dizendo que “para melhor compreender o que é escrever e falar para o ouvido é preciso [...] fazer uma lista dos pontos por ordem lógica”. Como podemos perceber na declaração de Bastos, Brizola, em suas palestras, quando apenas anotava pontos em um papel que levava na hora do discurso, fazia exatamente o que o teórico defende.

Muñoz e Gil (1990, p. 21) afirmam que “a linguagem radiofônica deve provocar no ouvinte a criação de imagens mentais construídas a partir da palavra, da música, dos efeitos sonoros e do silêncio”. Camargo (1980) explica que

a linguagem radiofônica difere da impressa, eis que o texto oral-escrito tem uma única chance de ser ouvido. Com isso, deve explorar sua única oportunidade de emissão ao criar imagens mentais, que projetem as palavras, e ao criar ideias, frases, situações, com um conteúdo tão claro e expressivo que, praticamente, não exijam esforço do ouvinte (CAMARGO, 1980, p. 159-173).

Brizola, através dos seus discursos na Cadeia da Legalidade, utilizava também métodos capazes de criar estas imagens mentais a partir do que ele

narrava a respeito dos últimos acontecimentos. Na sua principal manifestação, em 28 de agosto de 1961, quando denunciou o plano dos militares de bombardearem o Piratini, fez uma narração dos fatos que estavam ocorrendo, de maneira com que o ouvinte pudesse imaginar, como se estivesse vendo um filme:

Hoje, nesta minha alocução, tenho os fatos mais graves a revelar. O Palácio Piratini, meus patrícios, está aqui transformado em uma cidadela, que há de ser heroica [...] contra o absolutismo, contra os atos dos senhores, dos prepotentes. No Palácio Piratini, além da minha família e de alguns servidores civis e militares do meu gabinete, há um número bastante apreciável, mas apenas daqueles que nós julgamos indispensáveis ao funcionamento dos serviços da sede do Governo. [...] Aqui se encontram os contingentes que julgamos necessários, da gloriosa Brigada Militar - o Regimento Bento Gonçalves e outras forças. Reunimos aqui o armamento de que dispúnhamos. Não é muito, mas também não é pouco para aqui ficarmos preocupados frente aos acontecimentos. Queria que os meus patrícios do Rio Grande e toda a população de Porto Alegre, todos os meus conterrâneos do Brasil, todos os soldados da minha terra querida pudessem ver com seus olhos o espetáculo que se oferece [...]. Desde ontem organizamos um serviço de captação de notícias por todo o território nacional. É uma rede de radioamadores, num serviço organizado. Passamos a captar, aqui, as mensagens trocadas, mesmo em código e por teletipos, entre o III Exército e o Ministério da Guerra. As mais graves revelações quero vos transmitir. Ontem, por exemplo - vou ler rapidamente, porque talvez isso provoque a destruição desta rádio -, o Ministro da Guerra considerava que a preservação da ordem "só interessa ao Governador Brizola". Então, o Exército é agente da desordem, soldados do Brasil?! É outra prova da loucura! Diz o texto: "É necessário a firmeza do III Exército para que não cresça a força do inimigo potencial". Vejam o que diz o General Orlando Geisel, de ordem do Marechal Odílio Denys, ao III Exército: "Insisto que a gravidade da situação nacional decorre, ainda, da situação do Rio Grande do Sul, por não terem, ainda, sido cumpridas as ordens enviadas para coibir ação do Governador Brizola" (GUIMARAENS et al., 1986, p. 176).

A locução de Brizola demonstra um dos trunfos da prática radiofônica, ou seja, a elaboração das imagens mentais, por intermédio dos ouvintes, alimentadas pela narração, de uma forma emotiva e passional, de um fato. Os cidadãos que escutavam a Cadeia da Legalidade conseguiam imaginar as cenas do que estava acontecendo dentro do Piratini.

Carlos Bastos reforça mais uma vez a capacidade de improviso que Brizola tinha, inclusive durante as entrevistas concedidas na sua trajetória política:

“Eu queria te dizer da capacidade de repentista que ele usava no rádio e também na televisão. Lembro em 1989, quando a Globo dava o registro dos principais candidatos à Presidência da República, o então governador catarinense Espiridião Amim estava apoiando o Brizola, mas depois passou a apoiar o Collor no final do primeiro turno. Naquela semana, o Brizola estava chegando ao aeroporto Hercílio Luz, em Florianópolis, fazendo campanha, e o repórter da Globo veio entrevistar-lhe sobre a atitude de Amim. Ele respondeu, olhando para o lado, e disse: ‘O amigo está vendo aquela biruta do aeroporto? Pois então, o governador Amin é igual a uma biruta, muda de acordo com o vento...’. Fiquei tão curioso com aquele sacada dele que eu, um mês depois, falei com Brizola em Porto Alegre e perguntei sobre a questão da biruta, ou seja, como que ele sacou isso. E ele me respondeu que na hora da pergunta estava observando a biruta em cima do aeroporto e aproveitou para fazer uma comparação com a biruta” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

Mas os relatos históricos levantados por este pesquisador demonstram que Brizola sempre se preocupava em saber como era o seu desempenho no rádio. Gostava de ouvir as suas manifestações, após serem veiculadas, para analisar se realmente estava conseguindo transmitir ao público suas ideias principais. O técnico Celso Costa, logo após a Cadeia da Legalidade, passou a trabalhar também no setor de rádio do Palácio Piratini, acumulando com as funções que sempre desempenhou na Rádio Guaíba. Ele conta que Brizola sempre pedia para que ele gravasse suas palestras proferidas na Rádio Farroupilha.

“Depois da Legalidade, consegui um Cargo em Comissão no Palácio Piratini e eu acompanhava as palestras de Brizola na Farroupilha. Eu ia gravar as palestras dele. As palestras eram às sextas-feiras, e aos sábados ele sempre estava no Palácio para despachar no gabinete e me chamava para colocar a fita com a palestra do dia anterior. Ele ouvia as gravações enquanto assinava os documentos. De vez em quando mandava voltar os trechos, querendo ver o desempenho dele” (Celso Costa, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 14/11/2011).

A voz de Brizola no discurso radiofônico, citado anteriormente como exemplo, é modificada por diversas inflexões com o intuito de conclamar o povo

gaúcho a lutar contra o golpe que os militares estavam tentando introduzir no Brasil. São muitas as oscilações de voz e a utilização de jargões que contribuíssem para o engajamento do povo, bem como reforçar os laços que ele possuía com o seu Estado, de maneira com que os ouvintes pudessem enquadrá-lo como um amigo que estava do outro lado do rádio, defendendo uma bandeira apoiada por todos. Brizola trabalha com a oralidade em larga escala, utilizando diferentes tons de voz, de acordo com a necessidade do momento e da informação que estava sendo repassada através do seu relato sobre a situação enfrentada. Confiante de que o general Machado Lopes estava lhe ouvindo, e que momentos após o discurso ambos teriam reunião no Piratini, naquela manhã do dia 28 de agosto de 1961, o governador começa a usar técnicas de persuasão, pelas ondas da Cadeia da Legalidade, no sentido de sensibilizar o comandante do III Exército para que aderisse ao movimento, usando frases que inviabilizariam a continuidade do general em solo gaúcho caso ele tentasse impedir a Cadeia da Legalidade.

Era isso, meus conterrâneos. Estamos aqui prestes a sofrer a destruição. Devem convergir sobre nós forças militares para nos destruir, segundo determinação do ministro da Guerra. Mas tenho confiança no cumprimento do dever dos soldados, oficiais e sargentos, especialmente do general Machado Lopes, que, esperamos, não decepcionará a opinião gaúcha. Assuma, aqui, o papel histórico que lhe cabe. Imponha ordem neste país. Que não se intimide ante os atos de banditismo e vandalismo, ante esse crime contra a população civil, contra as autoridades. É uma loucura (KUHN, 2004, p. 125).

Brizola usava com frequência os jargões “meus patrícios”, “meus compatriotas” e “meus amigos do Rio Grande do Sul” dando a entender naquele momento, através de sua retórica, que a Pátria dos gaúchos não seria o Brasil, mas sim o Rio Grande do Sul. Tais citações incentivaram milhares de gaúchos a acharem que o nosso Estado seria o único capaz de promover um levante a favor da Constituição. Como demonstra o trecho do discurso radiofônico do governador de 28 de agosto:

Povo de Porto Alegre, meus amigos do Rio Grande do Sul. Não desejo sacrificar ninguém. Mas venham para a frente deste palácio, numa demonstração de protesto contra essa loucura e esse desatino. Venham, e se eles quiserem cometer esta chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado! Poderei ser destruído! Poderei ser morto! Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa! Ficaré o nosso protesto, lavando a honra desta Nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que a vida sem honra, sem dignidade e sem glória! Podem atirar. Que decolem os jatos, Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo. Já fomos dominados pelos trustes e monopólios norte-americanos. Estaremos aqui para morrer, se necessário! (KUHN, 2004, p. 125).

A voz de Brizola era reconhecida pelos ouvintes em virtude das suas flexões, e os diferentes tons que utilizava nos discursos radiofônicos. Entende-se por tom de voz a altura ou elevação da voz resultante da frequência da vibração das cordas vocais. Barthés (1981) reforça esta ideia, acrescentando o componente psicológico inseparável da voz, e ainda descobre na fala a presença de uma variável linguística:

Os indivíduos são assim identificáveis através do que dizem, mas mais do que isso, expõem-se consoante se expressam e como a sua voz é levada até aos com quem interagem. Uma única palavra pode “denunciar”, revelando imediatamente a sua posição social e até a sua experiência de vida (BARTHÉS, 1981, p. 67).

Tavares (2011), que acompanhou o momento da manifestação do governador, lembra do momento em que Brizola fez este discurso nos porões do Piratini:

Brizola fala quase sem pausas. A metralhadora portátil descansa atrás, numa toska estante improvisada, junto a uma garrafa d'água e um copo. A seu lado há, pelo menos, sessenta pessoas – o secretariado, jornalistas, oficiais da Casa Militar – e o ar rarefeito do porão o obriga, às vezes, a tomar fôlego. E, nesses instantes, observa a lâmpada vermelha no alto da parede: “Enquanto estiver acesa, é sinal de que os transmissores estão funcionando e de que estamos no ar!”, lhe havia explicado o engenheiro Homero Simon, segundos antes de que começasse a falar (TAVARES, 2011, p. 79).

Carlos Bastos, que conviveu durante quase toda a sua vida profissional com Brizola, acredita que o discurso proferido por Brizola na cadeia da

Legalidade em 28 de agosto, quando denuncia o plano dos militares de bombardearem o Piratini, foi o mais importante de toda a trajetória política do ex-governador:

“Mas eu entendo que o sucesso do movimento da Legalidade, o êxito da Legalidade, foi única consequência da utilização do rádio pelo Brizola. Irei te citar um exemplo concreto disso. O famoso discurso de Brizola na manhã de 28 de agosto quando ele denunciou a ordem de bombardear o Piratini. Quando ele começou a falar eram 11 horas e 8 minutos. Eu estava lá dentro no porão do Piratini. Quando ele começou a falar tínhamos 5 mil pessoas em frente ao Palácio. Era um número comum e normal até aquele momento. Só que o Brizola começou a falar, um discurso antológico, que o Brizola em toda a sua carreira, com seus discursos brilhantes, mesmo assim ele nunca repetiu aquele discurso. No decorrer do discurso, quando ele terminou de falar, tínhamos mais de 50 mil pessoas em frente ao Palácio, por causa do poder do rádio, pessoas que estavam ouvindo o discurso e correram rumo ao Palácio. Eu chego a me emocionar quando falo isso. (pausa). O rádio foi fundamental. E também levantou o estado. As rádios começaram a repetir o que era transmitido pela Guaíba. O Brizola sabia usar o rádio e o rádio foi fundamental no sucesso da Legalidade” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

A musicalidade era outra característica que sempre marcava as manifestações do governador na Cadeia da Legalidade. Foi iniciativa dele solicitar a um grupo de artistas, o Teatro de Equipe, a composição de uma marcha que pudesse incentivar ainda mais os gaúchos sobre a importância do engajamento na batalha pela defesa da posse de João Goulart. Mário de Almeida, que dirigia o Teatro de Equipe, lembra que o Hino da Legalidade foi elaborado em apenas um dia pela poetisa Lara de Lemos e o ator Paulo César Pereio, componentes do grupo por ele liderado:

“Sabedor do nosso Comitê no Teatro de Equipe, apoiando a Legalidade, o governador e sua assessoria nos convocou para irmos ao Palácio porque ele sabia que tínhamos artistas e um material humano muito qualificado. Fizemos alguns pedidos, entre os quais, a criação do Hino da Legalidade. No mesmo dia eu levei a gravação em acetato e pedi uma eletrola para mostrar ao governador, que ficou emocionado ao escutar a música. Brizola somente fez uma ressalva na letra, que estava escrito ‘gaúchos de pé’ e ele pediu que fosse modificado para ‘brasileiros de pé’, porque ele tinha um feeling muito grande e já sabia que o movimento teria ampla repercussão. Brizola era chamado de ‘Comandante’ pelo pessoal, pois assumiu realmente o

comando de tudo até o ponto de conquistar o engajamento do próprio Comandante do III Exército, General Machado Lopes” (Mario de Almeida, entrevista concedida no Rio de Janeiro, realizada em 21/06/2011).

Já com a alteração solicitada por Brizola, o Hino da Legalidade estava pronto e servia de fundo na leitura de várias notícias e, principalmente, para anunciar os discursos do governador:

Avante brasileiros de pé,

Unidos pela liberdade,

Marchemos todos juntos com a bandeira

Que prega a lealdade!

Protesta contra o tirano,

E recusa a traição,

Que um povo só é bem grande

Se for livre sua Nação!

A ideia de Brizola de criar o Hino da Legalidade para colocá-lo massivamente na programação da rede, com o intuito de engajar os gaúchos em torno do levante promovido no Piratini, vem ao encontro da teoria de Yves Lavoigne (1986):

A música desempenha um papel decisivo para a determinação do tipo de audiência de cada estação de rádio [...]. Longe de ser um inocente fundo sonoro, a música veicula valores. Os cânones estéticos que regem as suas diversas formas correspondem à cultura dos grupos sociais utilizadores (LAVOINE, 1986, p. 89-101).

O locutor Lauro Hagemann lembra que os discursos de Brizola na Cadeia da Legalidade causavam alvoroço em toda a sociedade, acrescentando que a mobilização crescia cada vez mais em torno da causa levantada pelo governador:

“Ele era um comunicador nato. Cada discurso do Brizola era uma bomba que se jogava na sociedade. Isto ajudou bastante” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

4.2.2 Os motivos da requisição da Rádio Guaíba

Dentre os pesquisadores e autores que escreveram seus textos em torno da Cadeia da Legalidade, existe praticamente um consenso sobre as divergências que existiam entre o proprietário da Rádio Guaíba, Breno Caldas, e o governador Leonel Brizola. Em decorrência deste fato, a emissora foi a única que não transmitiu o manifesto do marechal Lott. E Brizola acabou reagindo e fez a rádio tornar-se a emissora oficial do movimento. Mas ao levantar depoimentos, este pesquisador levantou divergências a respeito deste tema. O jornalista Flávio Alcaraz Gomes, que na época era diretor da Rádio Guaíba, em depoimento pela passagem do quadragésimo aniversário da Legalidade, em 2001, deu uma versão um pouco diferente sobre o motivo da requisição da emissora de Breno. Segundo ele, quem convenceu o governador da ideia de requisitar a Guaíba foi o diretor da Rádio Gaúcha, Maurício Sirotsky Sobrinho, buscando um motivo para que a sua concorrente também fosse retirada do ar, garantindo desta forma o equilíbrio entre as principais emissoras.

“O movimento de rebeldia do povo gaúcho contra o golpe militar que visava impedir a posse de Jango teve dois autores. Um físico e outro intelectual. O primeiro foi o engenheiro Homero Simon, diretor da rádio Guaíba e diretor da CRT. Graças à sua diligência e de seus técnicos, como Celso Costa, poucas horas depois de requisitada, a rádio já estava falando do Palácio. O autor intelectual foi Maurício Sirotsky Sobrinho, diretor da rádio Sociedade Gaúcha. Vendo sua emissora e a Farroupilha fora do ar e a Guaíba falando sozinha, com sintonia absoluta, teve uma ideia maquiavélica, a de sugerir ao governador Brizola que requisitasse a Guaíba, o que faria os militares tira-la do ar também ficando todos no zero a zero. Mauricio perguntou ao governador porque não requisitaria a Guaíba. Brizola iluminou-se e ali nascia a Rede da Legalidade. Guaíba foi requisitada às pressas por um decreto feito pelo secretário Francisco Brochado da Rocha” (Flávio Alcaraz Gomes, depoimento concedido na Rádio Guaíba, realizado em 27/08/2001).

Alcaraz salientava que a estratégia de Maurício Sirotsky acabou dando errado, eis que a Guaíba foi mantida no ar e tornou-se, em função da tentativa

frustrada do dirigente em meio à “guerra pela audiência”, a emissora oficial da Legalidade. Já o jornalista Flávio Tavares (2011) relembra a conduta da Guaíba em relação aos fatos que estavam ocorrendo, destacando que a emissora, antes da requisição, sempre foi resistente à causa liderada por Brizola, e que Breno Caldas não ficou satisfeito com a decisão tomada pelo Palácio Piratini:

[...] a Rádio Guaíba esmerava-se nas músicas e silenciava as notícias. Parecia demonstrar que nada tinha a ver com a “subversão das duas outras, fechadas na madrugada por ordem direta do Chefe do Estado Maior do III Exército”. A única notícia no ar com leve perfume de política era o comunicado do Conselho Regional dos Desportes suspendendo o Gre-Nal, em vista “da gravidade da situação nacional”, lido de trinta em trinta minutos em espaço pago pelo governo estadual. A Rádio Guaíba, propriedade de um dos adversários do governador, calava-se e jamais transmitiria nada que ele dissesse (TAVARES, 2011, p. 54).

O escritor Luiz Artur Ferrareto (2007) enfatizou inclusive como teria sido o diálogo inicial entre Breno Caldas e Brizola, no qual o dono da Rádio Guaíba demonstrou sua indignação com a iniciativa do governador encampar a emissora:

Com certa simpatia pelo Partido Conservador e pela causa dos grandes produtores rurais, - integrante, portanto o que, na época, se chamava de classes conservadoras-, o empresário Breno Caldas, proprietário da Guaíba, mantém uma atitude discreta desde os primeiros momentos da crise. Não é simpático nem à figura nem às idéias do governador. Por sua vez, Brizola sente-se acuado e, mesmo sendo alertado pelo seu secretário do Interior e Justiça, João Caruso, de que apenas o governo federal tem poder para requisitar uma emissora de rádio, decide colocar a Guaíba a serviço da segurança pública. Em uma ligação telefônica para a casa do proprietário da emissora e da Companhia Jornalística Caldas Júnior, comunica categórico:

- Doutor Breno, eu quero avisá-lo que eu resolvi encampar a Rádio Guaíba. Já ocupei os transmissores lá na ilha e vou ocupar agora aqui no centro, e que lhe dar conhecimento disso.

É Breno Caldas irritado que responde ao governador do Estado:

- Isso aqui é uma concessão federal e é uma propriedade privada. O senhor está invadindo uma propriedade privada e, ao mesmo tempo, esbulhando um direito de exploração de uma concessão regularmente concedida. Depois de muita discussão e tendo que

aceitar o ato do governo, o empresário pede uma garantia por escrito:

- Então o senhor faz o seguinte, me manda uma carta ou um ofício... um documento oficial... o senhor assumira toda a responsabilidade deste gesto. Assim, da minha parte, não haverá problema, eu não posso fazer nada, só posso me conformar com o fato consumado, mas, ao menos, quero me resguardar. No final da manhã daquele domingo, dia 27, da janela junto ao estúdio da Rádio Guaíba, o diretor comercial da emissora, Flávio Alcaraz Gomes, vê duas Kombis da guarda civil estacionarem bruscamente. Delas, sai uma dezena de cardeais, como o povo apelidou os homens de choque em seus uniformes de cor caqui e seus quepes vermelhos. Quem traz a informação é o secretário estadual da Fazenda, Gabriel Obino, escolhido por Brizola devido às boas relações com a família de Breno Caldas. Consultado via telefone por Gomes, o empresário recomenda:

- Podes entregar a rádio, desde que ela seja operada de outro lugar (FERRARETO, 2007, p. 103).

O relato feito por Ferrareto (2007) vem ao encontro do depoimento do próprio Breno Caldas ao jornalista e escritor José Antônio Pinheiro Machado, autor de um livro que conta a história do Correio do Povo. Na obra, publicada dois anos antes de seu falecimento, Breno contou o mesmo diálogo inicial que teve com Brizola, divulgado acima por Ferrareto (2007), acrescido de alguns detalhes:

Eu fui lá para a rádio e, de fato, estava tudo cercado pela Polícia de Choque, aqueles de gorro vermelho. Não queriam nem me deixar entrar ali no nosso prédio da rua Caldas Júnior. Aí chegou o Gabriel Obino, com um ofício do Brizola, que eu tenho até hoje, dizendo que naquele instante estava assumindo a rádio, que se responsabilizava por todos os problemas daí decorrentes. Ele levou o chefe da parte técnica da emissora, o Homero Simon, que era correligionário dele, e instalou um estúdio lá, onde a Guaíba passou a transmitir, com músicas marciais, hinos belicosos e o Brizola discursando a cada meia hora (CALDAS; MACHADO, 1987, p. 70).

Durante o depoimento de Breno ao jornalista Pinheiro Machado, o proprietário da Caldas Júnior revela como era seu relacionamento com Brizola:

Pessoalmente eu sempre tive um relacionamento razoável. O Brizola era muito sabido. Ele me maltratava publicamente. [...]. Publicamente ele me destratava [...]. não eram propriamente agressões pessoais, eram ataques políticos. Ele mantinha um

certo nível [...]. Ele dizia: 'O Correio do Povo, que já foi um jornal do povo, hoje não é, o Correio do Povo agora é um órgão da oligarquia, dos monopólios, dos trustes internacionais [...]'. Tentava me jogar contra o povo dizendo essas coisas nas palestras que fazia todas as sextas-feiras na Rádio Farroupilha [...]. Ele se dirigia diretamente a mim, às vezes: 'Dr. Breno, eu sei que o senhor está me ouvindo aí no seu iate ancorado no Guaíba [...]'. Dizia também: 'O Dr. Breno é muito cabeçudo, muito teimoso, tenho tentado conversar com ele. Ele não aceita diálogo [...]'. Isso ele falava na sexta-feira. Domingo, ele pegava o carro e visitava o Pasqualini, em Ipanema. Quase todos os domingos de manhã vinha aí, pedir ao Major, como era o apelido do nosso primeiro diretor, Arlindo Pasqualini, para fazer uma aproximação, queria ficar bem comigo e com o Correio do Povo [...]. Era assim. Não posso dizer que ele me queria mal [...] (CALDAS; MACHADO, 1987, p. 70).

Mas tendo em vista que esta pesquisa tem como um dos enfoques a reconstituição histórica do episódio, baseada em depoimentos das pessoas que se envolveram diretamente neste acontecimento, buscamos uma entrevista concedida por Brizola à Rádio Guaíba, pela passagem do quadragésimo aniversário da Legalidade, na qual ele revelou uma versão diferente da maioria daquelas que são divulgadas. A manifestação do trabalhista, revelada com exclusividade à emissora, modificou a versão oficial do episódio. O governador quis dizer que, através de comum acordo, o Estado e a emissora resolveram preservar a Guaíba para uma possível reação contra o possível golpe que estava sendo armado pelos militares. Brizola lembrou, em detalhes, os bastidores da requisição da Guaíba:

“Ninguém sabe que quando chegou aqui na Guaíba o nosso texto pedindo para que fosse transmitido o manifesto do Marechal Lott houve aqui um diálogo entre o doutor Breno, o meu secretário da Fazenda, Gabriel Obino, e outros dirigentes da Caldas Junior, e daqui me ligaram para o Palácio. Me ponderaram o seguinte: ‘Queríamos explicar ao governador que, se divulgar este manifesto é algo imprescindível, nós divulgamos, mas sabendo que vamos ser fechados pelo Exército como as outras estações’. E me perguntaram se não seria melhor, já que o manifesto já havia sido difundido pelas outras emissoras, esperar e preservar a Guaíba para efeito de uma possível manifestação decisiva do Estado. Pelo menos teríamos uma emissora ainda no ar. Eu confesso que no momento, naquele meu fogo frente aos acontecimentos, eu custei um pouco a compreender, mas depois entendi. Aquilo era uma tática correta. E eu também tratei de achar que seria melhor assim, conservando uma emissora. Nós tratamos de fortalecer a segurança da emissora a partir daquele momento, nos

organizando de maneira discreta para, quando necessário, garantir a segurança da emissora de forma imediata. Foi isso que aconteceu” (Leonel Brizola, depoimento concedido na Rádio Guaíba, realizada em 28/08/2001).

Desta forma, este depoimento de Brizola acaba mudando a versão histórica de que a Guaíba acabou sendo requisitada “à força” em decorrência das divergências existentes entre Breno Caldas e o governador. De acordo com a entrevista, a iniciativa da emissora de não transmitir o manifesto de Lott teria sido planejada justamente com o intuito de preservar um potente canal de comunicação entre o governo estadual e a população.

4.2.3 Ressarcimento das emissoras

Ao realizarmos um estudo em torno dos relatos acerca da participação das emissoras na Cadeia da Legalidade, notamos que as obras ou os participantes do levante promovido por Brizola quase nunca falaram sobre os ressarcimentos que as rádios tiveram com o engajamento na causa defendida pelo governador. É constante a indicação do aspecto de patriotismo que as emissoras e seus proprietários tiveram quando ingressaram na “trincheira” da defesa da Constituição, porém torna-se raro algum relato mais detalhado sobre a devolução que o governo do Estado promoveu em virtude do sucesso da Cadeia da Legalidade. Breno Caldas, em seu depoimento, disse que a Guaíba não quis dinheiro do governo, porém apenas cobrou o equivalente às horas nas quais a emissora ficou à disposição do Palácio Piratini.

No início era só a Guaíba. Só a Guaíba foi requisitada, ou então “encampada”, como disse o Brizola. As outras estações ficaram no “ora veja”. Aquele fato político da Legalidade teve uma repercussão enorme, as pessoas acompanhavam cada passo, cada lance, a audiência era expressiva. Aí a Rádio Gaúcha resolveu aderir ao negócio, pediu para entrar e entrou. [...] Depois de tudo, aconteceu um fato curioso. Um dia apareceu lá na Guaíba um diretor do Banco do Rio Grande e queria me dar dinheiro. Disse que estava lá por ordem do governador para fornecer recursos, os recursos que eu precisasse, a título de indenização pela ocupação da rádio. Eu disse que não precisava, que não queria. Ele ficou surpreso: “Mas o que é que eu vou dizer ao governador?”. “Diga que eu não quero dinheiro. No fim da ocupação, eu vou mandar uma conta, uma conta detalhada, correspondente exatamente às horas que ele ocupou a rádio”. E,

realmente, quando terminou o negócio, nós fizemos lá as contas de quantas horas a rádio ficou no ar a serviço da Legalidade. Mande a conta e eles pagaram. [...] O nosso Maurício Sobrinho também resolveu mandar a conta da Gaúcha, embora a Gaúcha não tivesse sido requisitada ou encampada, mas sim tivesse aderido à Legalidade. Naquela época, o Maurício tinha comprado a TV Gaúcha do Balvé e lhe estava devendo 250 contos pelo período da Legalidade. Então, na prática, o governo do Estado pagou a aquisição da TV Gaúcha [...] (CALDAS; MACHADO, 1987, p. 71).

Este indagador também buscou declarações de Flávio Alcaraz Gomes, que naquela época era diretor da Guaíba, nas quais o jornalista contou, ele mesmo, ao lado de diretor da rádio Gaúcha, Maurício Sirotsky Sobrinho e de um dirigente da rádio Farroupilha, que foi buscar uma quantia paga pelo governo estadual às três principais emissoras da Capital. Porém, o valor era considerado baixo em relação ao que as rádios poderiam ter faturado com o tempo em que ficaram à disposição do Estado. Em decorrência do sucesso alcançado pela Guaíba graças à Cadeia da Legalidade, Gomes revela que Gaúcha também foi ressarcida, pois Sirotsky, vendo o destaque da rádio de Breno Caldas, pediu ao governador para que a sua emissora também fosse solicitada pelo Estado:

“Aquele altura, em Porto Alegre, onde se aguardava a chegada de Goulart vindo da China, a Rádio Guaíba continuava gloriosa no comando de uma rede já então formada por mais de cem rádios. Foi quando, reconhecido que o feitiço tinha virado contra o feiticeiro, Sirotsky foi novamente visitar Brizola e perguntou: ‘Doutor Brizola, não dá para o senhor requisitar também a Gaúcha?’. O pedido foi aceito, seguido da requisição da Farroupilha, passando as três maiores emissoras rio-grandenses a integrar a vitoriosa cadeia sob o comando da Guaíba. Duas semanas mais tarde, mostrando quão altruístas tínhamos sido, fizemos o cálculo e o apresentamos ao governo. Lembro que, dias mais tarde, junto com o Maurício e o Franklin Peres, diretor da Farroupilha, saímos do gabinete do secretário da Fazenda, cada um portando um embrulho de papel pardo, contendo 750 mil cruzeiros. Era o pagamento pela contribuição generosa das emissoras rio-grandenses, por terem salvo a democracia e permitido que João Goulart assumisse a Presidência” (Flávio Alcaraz Gomes, depoimento concedido na Rádio Guaíba, realizado em 27/08/2001).

4.2.4 Bastidores e programação da Cadeia da Legalidade

As obras a respeito da Legalidade abordam pouco sobre o funcionamento dos bastidores da rede instalada nos porões do Piratini. Seus

autores exploram bastante os acontecimentos em geral que entraram para a história naquele fim de agosto frio de 1961, porém não tratam, de maneira mais específica, como era a rotina da programação da Cadeia e do rádio como parte de um processo comunicacional que permitiu a mobilização social através da circulação das informações e mensagens do governo estadual. A programação da Rádio da Legalidade era composta somente por noticiários lidos pelos locutores, marchas nacionalistas, os Hinos Nacional, Riograndense e da Legalidade, e os discursos de Brizola ao vivo, que era o único político que fazia uso do microfone. Durante todo o período, a rede permanecia 24 horas por dia no ar. Às vezes eram lidos depoimentos de autoridades favoráveis à Legalidade, mesmo que fossem simpatizantes de partidos de oposição ao governo Brizola. Um dos exemplos foi o escritor Erico Verissimo, que mandou seu texto para o Piratini, que foi lido pelos locutores várias vezes. A manifestação dizia que, embora não tendo votado em Brizola e Jango, o escritor entendia que a Constituição deveria ser respeitada e o regime democrático precisaria ser cumprido. Declarações do governador de Goiás, Mauro Borges, que manifestava apoio constante à Legalidade, foram veiculadas várias vezes. A programação tinha também a leitura de telegramas. Uma verdadeira estação de guerra, 24 horas no ar, sem nenhuma intervenção comercial.

No domingo em que foi instalada a Rádio da Legalidade, o técnico Celso Costa carregou sozinho os equipamentos, da sede da Rádio Guaíba até o Piratini, para que a iniciativa pudesse ser implementada:

“Carreguei tudo sozinho, subindo a lomba duas ou três vezes. Duas e meia comecei a tocar música. O único pedido do governador era para não tocar marchas americanas. Programação diferenciada. Pelas 14h30min o governador desceu e fez o seu primeiro pronunciamento explicando o que estava acontecendo no estado e no Brasil. [...] Ele estava calmo no seu primeiro pronunciamento. Não tinha quase ninguém no Palácio, pois era domingo à tarde, Desceu com ele o capitão Nick, que era ajudante de ordens, o Hamilton Chaves, o jornalista Belmiro Sottier, da Zero Hora, e alguns setoristas do Palácio que foram chegando aos poucos, como o Carlos Bastos, da Última Hora, o Tarso de Castro, que depois atuou no Pasquim. Todos em volta do Brizola, o Flávio Tavares, o Índio Vargas, o JK, o Carlos Bastos. As primeiras 30 horas eu fiquei sozinho operando a rádio” (Celso Costa, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 14/11/2011).

Após o primeiro discurso radiofônico de Brizola, Celso continuou colocando hinos e marchas no ar, além do manifesto feito pelo Marechal Lott, favorável à Legalidade. Como ainda não havia locutores, o assessor de imprensa Hamilton Chaves informava o prefixo na Rádio Guaíba. Era um pedido feito pelo diretor da emissora, Breno Caldas. Na ausência de Hamilton, até mesmo Celso falava o prefixo. Foi quando surgiu, no meio da tarde de domingo, o primeiro locutor da Rádio da Legalidade, o radialista Naldo de Freitas, que atuava na Guaíba e também era funcionário da assessoria de imprensa do Piratini. Tavares recorda o primeiro dia de funcionamento da rádio:

“Durante no mínimo 6 horas ficaram só três pessoas colocando a rádio no ar: o Naldo, o Hamilton e o Celso. Para ir ao banheiro eles colocavam umas marchas militares. Um microfone só. Tudo feito às pressas. Somente o Brizola falava. Um discurso no primeiro dia e um no segundo. Depois que o III Exército se integrou na Legalidade encheu a rádio, todo mundo queria ser locutor da rádio. Lembro que até eu fiquei 2 ou 3 minutos na rádio locutor enquanto eles iram ao banheiro. Mas antes do III Exército aderir era só o Naldo e o Hamilton junto com o Celso” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

Depois da adesão do III Exército, no final da manhã do dia seguinte, 28 de agosto, o número de voluntários na Rádio da Legalidade aumentou gradativamente. O jornalista Batista Filho, escalado por Hamilton Chaves para ser o responsável pelo credenciamento dos radialistas, jornalistas e fotógrafos que faziam a cobertura do movimento, lembra que a solução foi fazer um revezamento entre os locutores.

“Começaram a surgir vários locutores voluntariamente. Fiquei encarregado pelo Hamilton de receber essas pessoas e fazer uma seleção, pois conhecia todo mundo. Logo que o comandante do III Exército aderiu, foi liberada a Rede da Legalidade, entrando as demais rádios. Os locutores passaram a fazer um revezamento no microfone, de uns 20 minutos para cada um: Lauro Hagemann, Ênio Rockembach, João Carlos Cardoso, Marino Cunha, Carlos Alberto Rockembach. O Lauro também passou a coordenar as transmissões ao exterior e levou a Erika Kramer para fazer boletins em alemão. Eram tantos e tantos candidatos a locutor, que Hamilton me disse: ‘veja quem é locutor mesmo e credencia’. Aqueles que não eram do ramo eu dizia que eram muito bem-vindos, e que deveriam ficar ali na frente do Palácio para apoiar o governo na mobilização das pessoas”

(Batista Filho, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 10/11/2011).

A respeito de Erika Kramer, mencionada acima por Batista Filho, cabe registrar que era a única mulher jornalista que passou a maior parte dos dias da Legalidade no interior do Palácio Piratini. Na época, ela tinha somente 24 anos de idade, e também participava da Patrulha Aérea Civil, que atuava em serviços comunitários. Ao ser convidada por Lauro Hagemann, Erika apresentou-se com seu uniforme, de saia, blusa e quepe azuis, permanecendo uma semana com o mesmo traje, sem deslocar-se para a sua residência, no bairro Ipanema, em Porto Alegre. Sua função inicial era recortar as matérias sobre a Legalidade publicadas pelos jornais para que passassem pela avaliação de Brusa Neto antes da divulgação pelo microfone da Legalidade. Também fazia escuta do programa “Voz da América”, veiculado por uma emissora norte-americana. Como seus pais eram alemães, a jornalista tinha domínio da língua germânica. Desta forma, Hagemann pediu para que ela começasse a ler os boletins traduzidos em alemão.

Havia também locutores em inglês, espanhol, francês e até russo. Um tradutor juramentado ajudava nos textos. As notícias eram lidas geralmente à noite, aproveitando o horário em que as ondas curtas tinham maior alcance. Primeiro Lauro Hagemann falava seu texto e, a seguir, vinham as diversas versões em língua estrangeira. Graças ao engenheiro Homero Simon, esse trabalho foi possível. [...] No estúdio apareciam também pessoas que nada tinham a ver com comunicação, iam tomar café e bater papo. Mas logo foi regulado sobre quem poderia entrar no local. [...] No porão havia mais curiosos do que profissionais (PAIM, 2011b).

Mas nem todos os protagonistas do grupo de jornalistas e radialistas voluntários possuem a mesma visão em torno das práticas comunicacionais adotadas pela Cadeia da Legalidade. Na coleta dos depoimentos feitos nesta pesquisa, dois personagens importantes da Cadeia da Legalidade fizeram relatos divergentes sobre o cotidiano da rede instalada nos porões do Piratini: o locutor Lauro Hagemann e o jornalista Batista Filho. Hagemann garante que a rede não tinha um regramento adequado e existia uma confusão entre os seus integrantes sobre o que deveria ser veiculado.

“Não havia uma programação na rede da Legalidade. Esta foi uma das razões que me levou a ingressar na cadeia como voluntário, tentando dar um pouco de ordem naquela bagunça. Porque aquilo parecia uma ‘bacia de água benta’, onde todo mundo aparecia e colocava um pouco a mão. Eu tenho um instinto de ordem do tempo do colégio Sinodal de Santa Cruz. A cultura alemã é muito ordenada e segmentada. Isto vem de berço. Eu via aquela bagunça que era a rádio no porão do Palácio e ficava imaginando o que não seria na cabeça do ouvinte. E me apresentei para botar um pouco de ordem. A partir dali o pessoal tomou consciência de que era preciso seguir uma ordem para alcançar os objetivos” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

Batista Filho, responsável pelo credenciamento de aproximadamente 400 jornalistas e profissionais de imprensa que fizeram a cobertura da Legalidade, fez um relato contrário ao de Hagemann. Apesar do fato de que ambos estavam atuando juntos, nos porões do Piratini, o depoimento de Batista discorda da descrição feita pelo locutor:

“Não está correto quem diz que era tudo desorganizado e amadorístico. Não era isso. Somente num primeiro momento é que foi tudo inesperado. A decisão de requisitar a Rádio Guaíba estabeleceu de forma organizada a transmissão, porque ali estava também a equipe da emissora da Caldas Júnior. A Rádio Guaíba, com Homero Simon, já era consolidada desde a Copa de 58. E o Homero Simon estava ali no Palácio, ao lado de Celso Costa, seu principal operador de rádio, para a captação e distribuição deste som, ao lado do seu locutor da Legalidade, Naldo de Freitas” (Batista Filho, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 10/11/2011).

4.2.5 Interferência de Brizola

Tão logo surgiu a necessidade de um resgate histórico dos bastidores da Cadeia da Legalidade, um dos primeiro pontos que este pesquisador resolveu analisar diz respeito à possível interferência de Brizola no conteúdo das notícias e na programação. Os depoimentos realizados com aqueles que vivenciaram de perto os doze dias da Cadeia revelam que o governador tinha como homens de confiança na rádio da Legalidade o seu assessor de imprensa, Hamilton Chaves, e o subsecretário de Ensino Técnico do governo estadual, João Brusa Netto, que depois acabou sendo eleito deputado estadual. Ambos cuidavam desta área e sabiam dos padrões que deveriam ser utilizados, cientes da linha de conduta do governador. Lauro Hagemann revela detalhes sobre o funcionamento:

“O Brizola não se metia nas notícias. O único que ficava supervisionando era o Brusa Neto, homem de confiança de Brizola, que atuava como secretário da redação. Ele fazia a triagem das notícias, apontando aquelas que precisavam ser lidas com maior ênfase, por exemplo. A rádio ficava 24 horas no ar e nós também ali, em vigília. Eu sempre cito alguns nomes importantes em todo este processo. São eles o Chefe da Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini naquela época, Hamilton Chaves, o engenheiro Homero Simon, que foi quem colocou a cadeia no ar e um dos seus auxiliares, o Celso Costa. E o Brusa Neto, que era professor, ex-deputado, e foi o secretário da cadeia da Legalidade. Era ele que ajudou muito e orientava sobre as notícias que deveriam ir ao ar. Esses nomes foram fundamentais na coluna vertical do processo de comunicação que foi vital para o sucesso da Legalidade” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

Flávio Tavares não concordava com certas iniciativas tomadas por Brusa Neto na coordenação da Cadeia. Ele entende que o ex-deputado censurava muito os textos divulgados. O jornalista também revela que Brizola não tinha o controle diário das notícias veiculadas pela Rede.

“O Brizola não fazia nenhuma interferência direta na rádio. Até a adesão do III Exército a rádio era um território livre. Tinha muito pouca gente, uns cinco ou seis integrantes. Eu falava enquanto os locutores iam ao banheiro. Chamava-se rádio da Legalidade. Depois que as demais emissoras se integraram passou a chamar-se Cadeia da Legalidade. Quando o comandante do III Exército vai ao Palácio e adere à Legalidade, a Última Hora sai em edição extra e publica uma manchete infeliz: ‘Terceiro Exército aderiu a Brizola’. Os integrantes do III Exército que eram contra, mas tinham ficado quietos, ao perceberem esta manchete reclamaram e começaram a dizer que Brizola estava mandando no Exército. Com isso, o Brizola resolveu nomear um censor na rádio, o João Brusa Neto, que foi um desastre. Ele era muito boa pessoa, mas não tinha experiência no jornalismo, tinha tido um pequeno jornal em Lajeado que ele fundou, nos anos 40, mas não tinha experiência. Mas o Brusa Neto podava muito. Às vezes eu mesmo apresentava textos elaborados pelo próprio Brizola que o Brusa Neto resolvia censurar e eu dizia que era o governador que havia redigido e ele ficava na dúvida e acho que ia confirmar com o governador. O Brusa Neto quis ser mais realista que o rei. O Brizola tinha tanta coisa para comandar que ele acabou sendo obrigado a delegar alguém para dirigir” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

Mas em alguns episódios ficou demonstrado que o governador tinha um certo controle em torno do que era divulgado na programação. Somente Brizola

discursava no rádio. Nenhum outro político, mesmo que apoiador da Legalidade, teve acesso ao microfone durante o período.

Ninguém estava autorizado a fazer discursos pela Rádio da Legalidade. O microfone era privilégio somente do governador que descia aos porões quando julgava conveniente. Brizola dava poderes aos assessores mais próximos para conduzir o trabalho com a mídia, mas ficava atento a tudo que saía na rádio e nos jornais (KUHN, 2004, p. 71)

Brusa Netto selecionava diretamente o conteúdo das manifestações e rubricava as notícias que deveriam ser entregues aos locutores. Por solicitação do governador, qualquer informação que pudesse incitar violência era vetada na programação, como forma de não despertar a indignação de autoridades civis e militares que fossem contrárias à Legalidade. Ele também não queria que fossem veiculadas notícias que pudessem vincular o movimento às atividades comunistas. Uma prova deste fato foi o veto de Brizola à veiculação na rádio de um texto encaminhado por Fidel Castro, elogiando a iniciativa do governador na defesa da Constituição. O líder cubano, assim que ficou sabendo do levante promovido no Rio Grande do Sul, fez um discurso sugerindo que Brizola ocupasse também as montanhas como forma de expandir o movimento, baseado no próprio sucesso desta estratégia por ele utilizada, juntamente com Che Guevara, que a partir da ocupação dos morros da Sierra Maestra conseguiu tomar o poder em Cuba. O discurso de Fidel chegou às mãos de Brizola, que não quis a sua veiculação.

Outro episódio que teve a decisão de Brizola, porém desta vez sendo favorável à divulgação, diz respeito à conversa que o Arcebispo Metropolitano Dom Vicente Scherer teve com a primeira-dama Neusa Brizola. Na manhã do dia 28 de agosto, ela estava com muito receio do possível bombardeio que o Palácio sofreria, e pediu que Dom Vicente comparecesse à ala residencial para conversarem. Na ocasião, Neusa solicitou o apoio do Arcebispo, concluindo que a sua presença inibiria a ação militar contrária ao governo. Durante o diálogo, Dom Vicente tranquilizou a primeira-dama, explicando que, se fosse preciso, sentaria numa cadeira em frente ao portão principal do Palácio para evitar uma tragédia. As declarações do Arcebispo chegaram ao conhecimento de Brizola, que imediatamente chamou Hamilton Chaves e mandou que fosse divulgada notícia dando conta que Dom Vicente estava declarando apoio à Legalidade.

Mas a informação, da forma como foi divulgada, dava a entender que o religioso estaria pronto para o combate na defesa da posse de Jango. O Arcebispo, que tinha restrições à conduta política do governador, diante da repercussão da notícia veiculada pela Cadeia, teve que se explicar sobre a sua real intenção de somente tentar acalmar Neusa Brizola e que buscava uma solução na qual não fosse preciso a utilização de armas, eis que não havia gostado da decisão do governador de colocar metralhadoras antiaéreas no telhado da cripta da Catedral. A repercussão da notícia informada pela Cadeia foi tão intensa que o Arcebispo chegou a divulgar uma nota na imprensa:

Ontem, quando mais se temia uma perturbação da ordem pública e uma luta fratricida, entrei em contato com o governador e o comandante do III Exército no intuito de evitar que a população sofresse as consequências trágicas de uma guerra civil. Também declarei-me a favor de uma solução dentro da ordem legal. [...] Deverá assumir o governo da República aquele que, segundo a lei constitucional, tiver o direito de fazê-lo. Manifestei-me, portanto, contrário a uma solução imposta pelas armas (TAVARES, 2011, p. 49).

4.2.6 Influência de Che Guevara

Uma questão que pode ser fruto de uma reflexão mais específica a respeito dos motivos que levaram Brizola a criar a Cadeia da Legalidade, requisitando a Guaíba, e utilizando de maneira frequente o microfone, diz respeito à possível influência da figura de um dos líderes da Revolução Cubana, Ernesto Che Guevara. Flávio Tavares acompanhou, em 1961, 15 dias antes da renúncia de Jânio Quadros, um encontro entre Brizola e Guevara. Tal fato ocorreu em Punta Del Leste, durante uma Conferência de Dirigentes Pan-Americanos, promovida pelo governo uruguaio.

No dia seguinte ao evento, Brizola pede a Tavares, que estava acompanhando a reunião pela Última Hora, se ele poderia promover um encontro entre ambos. O governador queria despedir-se do líder da revolução. Tavares foi até o hotel onde ele estava hospedado e encontrou Che em crise de asma, acionando uma bombinha. O líder aceitou o convite e foi junto com o jornalista ao encontro com o governador gaúcho. Segundo Tavares, o trabalhista ficou encantado com a postura e a firmeza de Che Guevara. Tendo em vista que Brizola já tinha conhecimento da existência da Rádio Rebelde, emissora criada

por Guevara em Havana para divulgar a guerrilha cubana, este pesquisador levantou a seguinte hipótese: Brizola teria sido influenciado por Guevara quando decidiu criar a Cadeia da Legalidade e usar o rádio para combater os militares? Guevara teria dito algo a Brizola e este, na hora do confronto, acabou utilizando uma possível ideia do líder da revolucionária? Tavares afirmou que é possível que a figura de Che tenha influenciado o trabalhista:

“O Brizola, assim como eu, que estava lá como jornalista, ficamos deslumbramos pela figura do Che Guevara. Ele era deslumbrante pela figura e coerência. Tudo do Che Guevara se aproveitava. Ele enfrentando sozinho os Estados Unidos. O único sem gravata. O único que falou de improviso. O único que falava de pé. Essa imponência do Che revolucionário se inculcou no Brizola, com essa disponibilidade a dizer não e não aceitar as verdades tidas como absolutas. O Che nunca falou com o Brizola especificamente sobre Legalidade nos dois encontros que eles tiveram, até porque ainda não havia ocorrido a renúncia de Jânio. Não sei se conversaram sobre a rádio cubana. Brizola não falava espanhol direito. Tinha dificuldade para idiomas. Fumava muito naquela época. Eu encontrei o Che a pedido do Brizola num hotel em Punta Del Leste e levei ao encontro de Brizola. Isso influenciou o Brizola quanto à sua disponibilidade psicológica. Ele servia de espelho para influenciar Brizola. Se Brizola não tivesse tido aquelas conversas com Che Guevara; se não tivesse conhecido o Che; se não tivesse sido influenciado pela mística do Che; se não tivesse, sob certos aspectos, tentado copiar ou imitar aquele mística do Che, bem ou mal, não teria havido aquela rebelião de 1961 no Rio Grande do Sul. Talvez não teria havido o Movimento da Legalidade” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

Leonel Brizola deixou o Brasil na primeira semana de maio de 1964, pouco mais de um mês após o golpe militar anunciado em 1º de abril. Durante este período, no qual já havia sido expedida sua ordem de prisão pelo governo federal, o ex-governador ficou recluso no apartamento de um amigo, localizado no centro de Porto Alegre, próximo ao Palácio Piratini. Mesmo sabendo do perigo de ficar instalado em imóvel situado perto da sede do governo, que estava procurando o trabalhista para prendê-lo, ele aceitou o convite do amigo. E mesmo nos dias em que estava trancado no apartamento, Brizola ficava acompanhando tudo o que estava acontecendo, ouvindo as principais emissoras de Porto Alegre. Sua sobrinha, Bariba Brizola, que conviveu durante muitos anos com o seu tio, tendo inclusive visitado algumas vezes o governador no Uruguai,

recorda que o rádio era o companheiro inseparável de Brizola enquanto estava escondido.

“Desde muito pequena eu tive a oportunidade de conviver com o tio Leonel. Eu ia a Porto Alegre e tinha muitos vínculos com a minha prima Neusinha, que tinha dois anos a menos que eu. Passamos muitos momentos da infância juntos, inclusive eu ficava hospedada no Palácio [...]. Lembro dele trancado no apartamento escutando rádio direto, preocupado com a situação vivida pelo povo nas ruas em função do golpe” (Bariba Brizola, entrevista concedida em Passo Fundo, realizada em 21/10/2011).

O governador deixou o Brasil rumo ao Uruguai durante um plano de fuga que contou com o apoio de amigos. Disfarçado com o fardamento da Brigada Militar, ele rumou ao país vizinho a bordo de um avião bimotor Cessna, de propriedade de Jango, comandado pelo piloto do ex-presidente, Manoel Leães, que aterrissou nas areias da praia de Cidreira e levou o líder da Cadeia da Legalidade para o exílio. Brizola ficou durante 15 anos no Uruguai, permanecendo a maior parte do tempo em Montevidéu, antes de ser expulso pelo governo e buscar novo exílio em Lisboa, capital de Portugal. Bariba Brizola visitou o seu tio em sua fazenda na província de Durazno, e conta que até no país vizinho ele não abandonava o contato constante com o rádio.

“Durante o tempo em que eu convivía com ele no Uruguai, ele tinha uma fazenda em Durazno, lembro que o tio Leonel ficava sempre escutando rádio no exílio. Pegava as emissoras brasileiras pelas ondas curtas para saber o que estava acontecendo” (Bariba Brizola, entrevista concedida em Passo Fundo, realizada em 21/10/2011).

5 MOBILIZAÇÃO SOCIAL E LEGALIDADE

A história da Cadeia da Legalidade também traz à tona as teorias levantadas por Brecht sobre o rádio e a mobilização social. Em suas teses, ele destacava a importância do rádio como meio de democratização da informação, acrescentando que o veículo deve proporcionar a interação entre os segmentos sociais. Para Brecht, o rádio tem a capacidade de aproximar-se dos ouvintes graças ao seu estilo instantâneo, que consegue atingir as mais variadas camadas da população. A Cadeia da Legalidade mobilizou milhares de gaúchos em diversos segmentos. Cada integrante fazia a sua parte, interagindo com os demais setores sociais, ampliando o engajamento da população na causa. Esta mobilização social provocada pelo rádio na Legalidade causou efeitos em todas as áreas. Desde os estudantes que se aglomeravam nas ruas em defesa da Constituição até mesmo os próprios militares da Aeronáutica, na base aérea de Canoas, que foram contrários à decisão dos ministros e decidiram esvaziar pneus dos aviões que, segundo determinações de Brasília, deveriam fazer voos rasantes em cima do Palácio Piratini. Desta forma, infere-se que a ideia da Legalidade pode ser inserida na definição feita por Scherer-Warren (2006) sobre as mobilizações na esfera pública. A autora compreende que tal estilo busca a mudança ou reação necessárias a respeito de um determinado tema, tentando alcançar o engajamento popular por intermédio da mídia:

As mobilizações na esfera pública são frutos da articulação de atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral, como uma forma de pressão política das mais expressivas no espaço público contemporâneo (SCHERER-WARREN 2006, p. 112).

Mário de Almeida relembra a mobilização garantida pela Cadeia da Legalidade:

“Em termos de massa aprofundou o sentimento de cidadania. O povo gaúcho, que sempre foi muito politizado, saiu convencido da velha frase ‘o povo unido jamais será vencido!’. Foi um movimento de massa. Todo mundo entendia essa situação. Nós do Teatro de Equipe

parávamos os carros nas ruas e pedíamos gasolina e tirávamos com uma mangueirinha. Nosso quintal ficou lotado de garrações de gasolina. Isso dá uma ideia de como esse movimento estava massificado e que todo mundo entendia. E quem não entendia ou era da reação mais absoluta somente tinha duas opções, devendo ou sair da cidade, pelo menos de Porto Alegre, ou se esconder, como foi o caso de um político famoso, que foi se refugiar na Catedral e procurou o Arcebispo. Os reacionários e os mais ricos se mandaram da cidade. A Legalidade levantou a moral do gaúcho no sentido de resgatar sua cidadania, na construção de uma ‘República de Hermanos’” (Mario de Almeida, entrevista concedida no Rio de Janeiro, realizada em 21/06/2011).

A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul também engajou-se na campanha pela Legalidade. A Casa resolveu proclamar “sessão permanente”, com vistas a acompanhar e debater o desenrolar dos acontecimentos. O ex-deputado Ney Ortiz Borges, na época integrante da bancada do PTB, que sempre estava em contato com o governador Brizola, revela como aconteceu a decisão do Legislativo:

Nós conversamos com o deputado Hélio Carlomagno, que era presidente da Assembleia. Tivemos uma reunião com ele, o pessoal da bancada do antigo PTB, a respeito da necessidade de haver uma união de todo o Rio Grande do Sul no sentido de João Goulart assumir. Felizmente, o Hélio Carlomagno passou a ser um dos líderes pela posse de João Goulart, embora ele não fosse trabalhista. Ele era do antigo PSD. Ele passou a defender a posse de João Goulart da mesma maneira que nós, trabalhistas, defendíamos, sem maiores explicações. E com aquela atitude houve a unanimidade da Assembleia em favor da posse do João Goulart. Era o respeito à Constituição [...]. Foi em uma reunião que as lideranças resolveram fazer a Assembleia permanente. Enquanto se discutia o assunto da posse do João Goulart, a Assembleia passou a ter reunião permanente. Era dia e noite funcionando, às vezes até a madrugada (BRANDALISE apud NOLL, 2011, p. 121).

O ex-presidente da Assembleia Legislativa, deputado Hélio Carlomagno, em depoimento ao escritor Rafael Guimaraens et al. (1986), revela que uma das iniciativas da Casa foi entrar em contato e mobilizar as câmaras municipais do interior do Estado:

A Assembleia Legislativa desde o primeiro momento declarou-se em sessão permanente. Foi uma decisão unânime dos deputados. Vivemos momentos de inigualável civismo, predicando junto com o governador Leonel Brizola a defesa da

Constituição. Ao lado do Poder Executivo, envidamos todos os esforços na defesa do princípio constitucional que conferia ao vice-presidente o direito de assumir a Presidência na vacância do cargo. Estávamos dispostos a tudo, inclusive pegar em armas. Por isso, foram formadas as milícias populares, cumprindo à Assembleia Legislativa o papel de coordenar o movimento de resistência e dar sustentação unânime à ação corajosa do governador Brizola. [...] A presidência da Assembleia recebeu milhares de mensagens de sindicatos, trabalhadores, profissionais liberais, que desejavam se alinhar como combatentes da defesa da Constituição. Os partidos políticos agiram coesos [...]. Fazíamos a chamada “ronda” das Câmaras de Vereadores. Durante dia e noite era feita a comunicação com as casas legislativas no interior do Estado (GUIMARAENS et al., 1986, p. 143).

O repórter Jaime Keunecke, que acompanhou todos os episódios da Legalidade atuando pelo jornal Diário de Notícias, lembra que o deputado Carlomagno trouxe um rádio potente, que conseguia sintonizar com perfeição as emissoras do Rio de Janeiro e São Paulo. Segundo ele, durante a noite, jornalistas, políticos e dirigentes sindicais se reuniam na Assembleia e acompanhavam os noticiários do centro do País:

“Eu recordo bem daquela época em que, à noite, vários jornalistas corriam para a Assembleia querendo saber o que estava acontecendo no centro do Brasil. Isto porque o Carlomagno trouxe um aparelho militar de rádio, de grande porte, que conseguia captar o som de São Paulo e até mesmo dos militares, quando se comunicavam entre eles. Era muito interessante, pois estávamos fazendo uma contra-espionagem do que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica estavam debatendo. [...] Alguns queriam chegar mais perto do aparelho para que pudessem escutar melhor o áudio” (Jaime Keunecke, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 22/03/2013).

O alcance da Legalidade junto à sociedade abrangeu também vários sindicatos. O jornalista Ony Nogueira, que na época era dirigente da União dos Trabalhadores da Orla Marítima, recorda até mesmo a criação do Comando Sindical Gaúcho:

O primeiro ato público teve lugar na escadaria da Prefeitura Municipal. Os oradores não fizeram alusão ao prefeito Loureiro da Silva, que se manteria afastado durante todo o tempo que durou a resistência que culminaria com a posse do vice-presidente Jango. As assembleias sindicais começaram a ser convocadas. Se multiplicaram. Não houve quem se pronunciasse contrariamente à Legalidade. Nenhum dirigente sindical, nem mesmo os chamados

“pelegos”, assim identificados por segmentos mais avançados. “nacionalistas”, que predominavam, deixaram de apoiar a Legalidade. Mas parecia pouco. Queríamos muito mais. Uma organização mais abrangente, uma entidade que coordenasse todo o movimento sindical naquele momento [...]. A necessidade de se concentrar forças nos levou à criação do Comando Sindical Gaúcho Unificado, que tinha por tarefa principal fundar os Comitês de Resistência Democrática nos locais de trabalho. [...] A participação dos trabalhadores cresceu e recebemos incumbências cada vez maiores do governador Brizola, como organizar reservas de alimentos, roupas, alistar voluntários para a resistência, distribuir armas e organizar os Batalhões Operários (GUIMARAENS et al., 1986, p. 122).

O próprio Brizola, durante toda a sua trajetória política, sempre comentava a impressionante mobilização popular alcançada pela Legalidade em todo o Estado. Revólveres da empresa Taurus foram requisitados pelo governo e distribuídos à população. Tornava-se comum nas imediações da Praça da Matriz a cena dos gaúchos ouvindo os pequenos radinhos de pilhas com revólveres a tiracolo na cintura prontos para o combate. Eram as interações promovidas pelo rádio, defendidas por Brecht ainda na década de 1930, ou seja, a união de integrantes oriundos de todos os setores da população, pois o movimento chegou a unir adversários tradicionais como gremistas e colorados, parlamentares da situação e opositores, todos tomados por uma voz vibrante do governador que era transmitida dos porões do Piratini e ecoava pelos rincões do Rio Grande. Brizola destacou que

a mobilização do povo gaúcho atingia um nível surpreendente. Em Porto Alegre e em todas as cidades, grandes e pequenas, já se formavam comitês de resistência e voluntariado. O espírito do povo gaúcho impregnava e ia atingindo e envolvendo a tudo e a todos. Em frente ao Palácio, uma multidão de dezenas de milhares de homens e mulheres de todas as idades e categorias sociais. Constituiu-se nesta hora uma unidade impressionante do povo riograndense, seus quadros e lideranças de todas as atividades (GUIMARAENS et al., 1986, p. 56).

O jornalista Carlos Contursi, que na época trabalhava na Assessoria de Imprensa do Palácio Piratini, lembra que tal mobilização foi tão forte que até mesmo os estudantes estavam dispostos a enfrentarem os tanques do Exército antes da adesão do III Exército ao movimento Legalista.

Foi o negócio mais impressionante que assistimos da janela do Palácio. Na hora em que a rádio avisou que os tanques estavam vindo da Serraria em direção ao Palácio, os estudantes, numa demonstração de solidariedade, pegaram aqueles bancos de pedra da Praça da Matriz e fizeram uma barreira nas vias de acesso ao Palácio. Além disso, empurraram os caminhões para a porta do Palácio, bloqueando todas as passagens. Foi um momento emocionante (GUIMARAENS et al., 1986, p. 92).

O povo estava disposto a partir para cima dos militares que tentavam impedir a posse de Jango. O jornalista Aduacto Vasconcellos, que era repórter de política da Última Hora, registra o momento da chegada do general Machado Lopes ao Piratini, quando a população ainda não sabia que o III Exército estaria anunciando logo em seguida a sua adesão à Legalidade.

Brizola ainda não encerrara seu pronunciamento e eu saía da redação com alguns companheiros e nos dirigíamos ao Piratini. Da rua Sete de Setembro, sede da Última Hora, à Praça da Matriz, assistimos cenas inenarráveis. Dezenas de pessoas chorando nas ruas. Mulheres do povo com os filhos no colo, jovens e idosos subiam às pressas a rua da Ladeira dispostos a resistir e morrer com o governador do Rio Grande. [...] Alguém da multidão deu o grito que poderia ter determinado uma tragédia: “Ali estão os golpistas”. O general Machado Lopes, comandante do III Exército, à frente de um grupo de oficiais, se aproximava do Palácio lentamente. A massa começou a deslocar-se na direção dos militares. Foram segundos da mais alta dramaticidade. O Hino Nacional, brotado da garganta de milhares de pessoas, petrificou os oficiais. Eles pararam e cantaram com o povo. Machado Lopes estava emocionado e trêmulo. O III Exército estava aderindo à Legalidade (GUIMARAENS et al., 1986, p. 66).

Esta mobilização intensa proporcionada pela Legalidade somente foi possível graças à iniciativa tomada por Brizola de comunicar a população a respeito do intuito dos ministros militares de impedirem a posse de Jango. Se o governador não tivesse a ideia de repassar a notícia ao público, provavelmente a Constituição seria desrespeitada e Goulart não assumiria a Presidência da República. Tudo isto por causa do poder da informação que, se não fosse a ação de Brizola, ficaria restrita a poucos grupos nos bastidores de Brasília e do Rio de Janeiro. Tal situação pode ser comparada ao que ocorreu na Revolução Francesa, citada por Ciro Marcondes Filho (2000) como um marco na história, pois até aquele acontecimento na França, em 1789, existia o controle da informação como forma de manter a dominação. A revolução termina com este

enclausuramento da notícia, e a sociedade passa a ter conhecimento de mazelas que antes eram ocultadas pela monarquia. As pessoas tiveram acesso às informações, e a aliança entre a burguesia e setores populares da sociedade conseguiu retirar os nobres do trono. Esta transformação acabou dando voz aos oprimidos. De acordo com Marcondes Filho (2000):

É o acesso à informação que vai proporcionar novas possibilidades à organização social [...]. A sociedade se transforma: nacionalismo, socialismo e liberalismo se disputam como opções políticas das massas. As lutas sociais ganham as ruas, a reforma eleitoral estende o direito de voto a todos os homens adultos. Os grandes partidos políticos, inclusive os operários reivindicam igualmente o poder da imprensa e meios de comunicação mais efetivos para a conquista de adeptos (MARCONDES FILHO, 2000, p. 12).

Antes da adesão do Terceiro Exército à Legalidade, ecoava no Brasil inteiro, inclusive no Rio Grande do Sul, entre os militares a necessidade de silenciar o Palácio Piratini, impedindo que a população pudesse tomar conhecimento, através das ondas do rádio, da intenção existente de promover um golpe contra a própria Constituição Federal. Conforme foi citado anteriormente, o comandante do Terceiro Exército, general Machado Lopes, antes da reunião com o governador Brizola, na qual mudou de ideia e passou a defender a posse de Jango, chegou a solicitar que o Comandante da Primeira Companhia de Guardas do Terceiro Exército, o então capitão Pedro Américo Leal, fosse com sua equipe até à Ilha da Pintada para a retirada do cristal transmissor da Rádio Guaíba. Porém, após a referida reunião com Brizola, o general Machado Lopes mandou o capitão Pedro Américo suspender a iniciativa. Mas os demais militares, da Marinha e da Aeronáutica, bem como o restante do Exército nos outros estados brasileiros, continuavam querendo impedir a “publicidade” das ações secretas que as Forças Armadas estavam planejando e pensaram até mesmo em bombardear o Palácio Piratini.

Desta forma, os movimentos sociais existentes em agosto de 1961, graças ao acesso à informação, tiveram força para o engajamento de seus integrantes nas ruas, enfrentando aqueles que tentavam o golpe contra Jango. A população que ocupava a Praça da Matriz ficava acompanhando tudo pelos radinhos de pilha, ou então pelo sistema de alto-falantes instalado em frente ao

Palácio Piratini. Muitos armados com revólveres que eram carregados na cintura, provenientes de uma requisição feita pelo governo estadual junto à Taurus. Claro que não havia armas para todos os manifestantes. A decisão de escolher quem receberia os revólveres ficou a cargo do Coronel Emílio Neme, considerado o braço direito de Brizola nos movimentos das tropas da Brigada Militar.

Os revólveres da Taurus fui eu que mandei buscar e distribuir à população. Tinha muitos companheiros valentes sem nenhum revólver. iam se defender a tapa? Pedi revólveres da Taurus e sabia para quem eu ia distribuir. O cara com revólver na mão se sente outra coisa, é diferente de enfrentar o Exército dando tapa (FACHEL; DOMINGUES, 2011, p. 49).

O Teatro de Equipe, além de promover a criação do Hino da Legalidade, também mobilizou seus artistas e intelectuais na busca de novas adesões voluntárias ao movimento. O prédio, que funcionava na rua General Vitorino, no centro de Porto Alegre, tornou-se um Comitê de Alistamento. Mario de Almeida relembra como surgiu a iniciativa:

“Em 1961, nosso Teatro tornou-se Comitê de Artistas e Intelectuais Pró-Legalidade. Tínhamos alistamento e uma das primeiras perguntas era ‘você tem arma?’. Tudo isso porque havia a possibilidade de surgir uma revolução. Eu era diretor-geral do Teatro de Equipe, e no período no qual eclodiu a Legalidade justamente estava em cartaz uma peça de minha autoria, renunciando o estrago que iria acontecer no nosso País com o equívoco da eleição de Jânio Quadros” (Mario de Almeida, entrevista concedida no Rio de Janeiro, realizada em 21/06/2011).

O Comitê de Artistas e Intelectuais também produzia desenhos, faixas, cartazes e slogan para o Movimento da Legalidade. Nos camarins masculinos, os atores ficavam criando slogans e textos para chamamento da população. Já as atrizes, nos camarins femininos, confeccionavam faixas e cartazes. Muitas pessoas levavam lanches e bebidas para alimentar os artistas, já que a maioria dormia no próprio Teatro. Os artistas plásticos Xico Stockinger e Carlos Scliar, o músico Bruno Kiefer, o arquiteto Milton Mattos e a jornalista Ivete Brandalise estavam entre os tantos nomes que participaram do Comitê. Um dos maiores problemas era a obtenção de combustível. Segundo Ivete Brandalise, o ator Paulo César Pereio e outros colegas saíam para a rua e pediam a ajuda de motoristas que passavam: “O Pereio puxou tanta gasolina com uma mangueira que, certa vez, ficou ‘de porre’ ao retornar para o prédio” (PAIM, 2011c).

Os contatos dos coordenadores do Comitê com o Palácio Piratini eram os jornalistas Josué Guimarães e Hamilton Chaves. Ivete, que morava perto da sede do Governo, quando ia em casa tomar banho, já aproveitava para levar ao Piratini o material produzido no Teatro e, de volta, buscava alguma requisição de trabalho. O arquiteto Milton Mattos, que participava do alistamento de voluntários no Comitê, recorda das perguntas que eram feitas às pessoas que queriam aderir ao movimento:

Em uma mesa colocada no Teatro para a inscrição de voluntários, ficava o artista plástico Léo Dexheimer. Era encarregado de registrar o nome, dados como endereço e telefone e, importante, indagar se possuía arma. O objetivo era que cada comitê instalado tivesse um grupo armado. Foi quando viu um velhinho entrando para se inscrever. Perguntou se ele possuía arma e se sabia usar, se tinha experiência, enfim. Tenho, sim, fiz a Guerra Civil Espanhola contra Franco, respondeu o senhor. Que recomendação! Era o já renomado escritor gaúcho Dyonélio Machado, autor de *Os Ratos*, militante comunista, que havia, efetivamente, lutado contra a ditadura franquista (PAIM, 2011c).

Em 28 de agosto, quando o general Machado Lopes anunciou ao governador a adesão do III Exército à Legalidade, a Praça da Matriz abrigava um conjunto de voluntários oriundos de vários segmentos. Como explica Juremir Machado da Silva (2011):

O dia 28 de agosto de 1961 está fadado a entrar na história. A Praça da Matriz, em Porto Alegre, fica entupida de gente. A Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (FEURGS), mobiliza jovens da medicina, da engenharia, da veterinária, do direito, de tudo um pouco. [...] A multidão aplaudiu em delírio uma fotografia de Brizola mostrada numa janela do Palácio (SILVA, 2011, p. 62).

Mas a mobilização social não ficou restrita a Porto Alegre. Um exemplo ocorreu no pequeno município de Constantina, na região norte do Estado. Em depoimento, o ex-prefeito Hermeto Araújo lembra que, a partir da sintonia em torno do velho rádio a válvulas, organizou uma milícia em apoio à Legalidade. Ele adquiriu revólveres e munição em Passo Fundo e levou para Constantina, quando cerca de 40 cidadãos aderiram à campanha, realizando patrulhas e rondas diuturnamente, com revezamento a cada duas horas. A milícia tinha até mesmo uniforme e distintivo que identificavam os seus integrantes.

Acompanhávamos as notícias transmitidas de Porto Alegre pelo rádio. E discutíamos as ações, de acordo com a evolução do caso [...]. O grupo formado na cidade para defender a posse de Jango chegou a ter uniforme e distintivo. Uma tarja branca com uma fita verde identificava os integrantes da milícia. [...] Tínhamos que estar preparados para o pior. E estávamos dispostos a isso, se fosse necessário (KUHN, 2004, p. 43).

Outro exemplo de que a circulação promovida pelas ondas do rádio no episódio afetou vários segmentos e comunidades foi relatado pelo ex-deputado estadual, Romeu Barleze, considerado um dos coordenadores da campanha pela Legalidade no interior gaúcho. Em Carazinho, terra natal de Brizola, a resistência também ficava acompanhando os acontecimentos pelo rádio, enquanto planejavam ações como a ocupação de postos de combustíveis, ferragens e outros estabelecimentos comerciais, sempre contando com o apoio da Brigada Militar que, segundo Barleze, inclusive teria intenção de assaltar o quartel general do Exército em Passo Fundo para a obtenção de armas que seriam utilizadas pelos seguidores de Brizola.

“Centenas de voluntários se alistaram, todos dispostos a lutar, se fosse preciso. O então prefeito de Carazinho, general Ernesto José Anoni, insistia em obter a adesão do Exército para bancar a rede da Legalidade. Então tomamos a Prefeitura. Até a rádio local foi encampada. A mobilização foi tão rápida e eficiente que a Legião Brasileira de Assistência abriu postos de inscrição para mulheres, que atuariam como enfermeiras em caso de guerra civil. [...] Acredito que o sentimento de cidadania despertado com o episódio tenha contribuído para o crescimento do povo. Temos hoje muito mais respeito com a Pátria do que teríamos se o golpe tivesse obtido êxito naquele ano” (Romeu Barleze, entrevista concedida em Carazinho, realizada em 15/09/2011).

Brizola sempre teve uma atenção especial com sua terra natal. Nunca perdeu o vínculo e mesmo quando assumiu o governo do Estado continuava visitando de maneira frequente a cidade. Poucas pessoas sabiam que ele era piloto de avião e às vezes dirigia pequenas aeronaves rumo a Carazinho, onde era recepcionado por Barleze, seu amigo pessoal, que presidia o aeroclube da cidade. A própria candidatura de Brizola ao governo estadual havia sido lançada na sua cidade, quando Barleze, que participava da Juventude Trabalhista do PTB, articulou a realização da convenção partidária em Carazinho, oportunidade na qual Brizola venceu a prévia contra Loureiro da Silva. Quando eclodiu o

episódio envolvendo a Legalidade, Brizola pediu a Barleze para que dedicasse atenção especial à região de sua terra natal, e acionasse os integrantes da Brigada Militar e as principais emissoras de rádio naquela área.

“Peguei o carro e fui parando primeiro em Espumoso. Lá pelas 5 da manhã cheguei na casa de um trabalhista da região, e depois fui a Tapera. Eu ia ‘alertando os gansos’ e tomando as providências para ocupar as rádios, arrumar combustíveis e armas. Cheguei em Não-Me-Toque e depois em Carazinho. Procurei seu Olivio Otto, subdelegado de Polícia. Era companheiro de partido e tinha muita munição, principalmente dinamites. Colocamos a Rádio Carazinho na Cadeia da Legalidade e depois tínhamos que garantir o engajamento da Prefeitura. Com muita resistência, contando com o apoio da Brigada Militar, tomamos a Prefeitura de Carazinho, controlando combustíveis, impedindo a venda de armamentos nas lojas, fazendo um esquema de aviação com as três aeronaves disponíveis no aeroclube e montamos na prefeitura um gabinete de alistamento pró-Legalidade. Era dividido entre homens, que atuavam na linha de frente para um possível combate, e mulheres, que auxiliavam nas demais tarefas. Era estratégico garantir o apoio total da terra natal de Brizola à causa da Legalidade. E conseguimos fazer com que nenhuma voz tenha se levantado contra Brizola” (Romeu Barleze, entrevista concedida em Carazinho, realizada em 15/09/2011).

Esta mobilização social acabou afetando praticamente todos os segmentos sociais. A própria Igreja Católica, através do Arcebispo Metropolitano Dom Vicente Scherer, que, temendo um possível bombardeio na Praça da Matriz, procurou Brizola com o intuito de auxiliá-lo numa aproximação com o Terceiro Exército, que também acabou aderindo à causa da Legalidade. O jornalista Norberto Silveira (1991), que participou ativamente da cobertura dos doze dias de existência da Cadeia da Legalidade, lembra que Dom Vicente era uma das pessoas com maior liberdade de deslocamento dentro do Palácio Piratini durante o período. O Arcebispo relatou ao jornalista a repercussão dos discursos de Brizola nos microfones da Legalidade:

A minha interferência nos acontecimentos deveu-se exclusivamente ao propósito de contribuir para o afastamento de uma destruidora guerra civil como início em nosso Estado e em Porto Alegre. [...] Assim mesmo a situação foi piorando, talvez por efeito das alocações radiofônicas apaixonadas e inflamadas do governador, em rede de transmissão formada para este fim com poderosos alto-falantes na Praça da Matriz (SILVEIRA, 1991, p. 201).

A mobilização também foi importante até mesmo para a criação de novos rumos nas condições de trabalho dos profissionais envolvidos na Legalidade. Por exemplo, a criação do Sindicato dos Radialistas Profissionais do Rio Grande do Sul foi impulsionada pelo movimento ocorrido nos porões do Piratini. Lauro Hagemann, que participou ativamente da Cadeia da Legalidade na condição de locutor, demonstrou a afetação proporcionada pelo movimento em relação aos radialistas, que até então nunca haviam se mobilizado em torno dos seus objetivos. O efeito causado pela circulação provocada pela rede de emissoras pode ter sido fator desencadeador de uma “dupla face” de afetações promovidas pelo episódio, auxiliadas pela mediação proporcionada pelo veículo de comunicação de massa, o rádio, e a população. O fato incentivou a criação de um sindicato, que até hoje serve como instrumento de negociações entre os profissionais da área radiofônica e os donos das emissoras na busca por melhores condições de trabalho. Hagemann explica a importância da Legalidade para a categoria:

“A Cadeia Radiofônica da Legalidade, formada à raiz da crise de 1961, constituiu-se na primeira manifestação política dos radialistas gaúchos realizada de forma coletiva e serviu como fator impulsionador da construção do Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul. Pode-se afirmar, inclusive, que a Cadeia da Legalidade teve como consequências, entre outras, o início do processo de criação do Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul. Os jornalistas já tinham isto e os radialistas ainda não. E sentíamos a exploração por parte da classe patronal. A partir da Legalidade ficou nítida a necessidade de uma entidade que desse uma direção política à categoria. Quando fui registrado na minha primeira carteira de trabalho, esta dizia que eu era comerciário. Radialista era comerciário. A partir da fundação do Sindicato tudo mudou. O rádio não é só a comunicação em si. Ele afeta toda a sociedade, inclusive a atividade econômica. A criação dessas redes locais de rádio no interior, durante a Legalidade, mudaram a fisionomia da sociedade” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

Os jornalistas também foram muito influenciados pela causa defendida por Brizola naqueles 12 dias em que muitos deles vivenciaram a experiência de mesclar a atividade profissional com as ideologias. Foram repórteres que pediram revólveres e trabalhavam nos porões do Piratini redigindo matérias com a arma na cintura. Tal mobilização fez boa parte deles tornarem-se muito mais militantes do que profissionais fazendo a cobertura jornalística dos fatos. A

tentativa “silenciosa” de golpe também contribuiu bastante para o engajamento destes profissionais que passaram a atuar não somente como profissionais realizando a cobertura dos fatos, mas também como militantes em defesa da Constituição. Isto porque, como lembra Roberto Romano (2005, p. 05) no artigo “Sigilo jornalístico”, “a imprensa combate historicamente o segredo, principalmente o de Estado”. Desta forma, a intenção das Forças Armadas de impedir a posse de Jango na “calada da noite”, sem que a população pudesse tomar conhecimento, incentivou ainda mais os jornalistas a lutarem a favor do movimento liderado por Brizola. O jornalista Melchíades Stricher, durante entrevista que concedeu no final da década de 1980, foi mais um exemplo dos integrantes da mídia, revoltados com a arbitrariedade dos militares, que passaram a combater aqueles que desejavam o golpe, e se engajaram na campanha liderada pelo ex-governador. Ele relatou que andava armado em meio à cobertura jornalística: “Eu era um jovem na época que se sentiu cheio de razão com um 38 Taurus na cintura. Do homem que enfrentaria a tudo e a todos por uma ideia” (GUIMARAENS et al., 1986, p. 113).

Os jornalistas chegaram a se revoltar contra Jango, quando perceberam que o vice-presidente havia cedido às pressões de Tancredo Neves e dos ministros militares ao concordar com a adoção do sistema parlamentarista. O próprio Brizola, no seu primeiro pronunciamento, em 27 de agosto, já destacava que jornalistas insistiam em permanecer no local e, inclusive, pediam armas para defender a posse de João Goulart.

Aqui nos encontramos e falamos por esta estação de rádio, que foi requisitada para o serviço de comunicação, a fim de manter a população informada e, com isso, auxiliar a paz e a manutenção da ordem. Falamos aqui do serviço de imprensa. Estamos rodeados por jornalistas, que teimam, também, em não se retirar, pedindo armas e elementos necessários para que cada um tenha oportunidade de ser também um voluntário, em defesa da legalidade (KUHN, 2004, p. 122).

Carlos Bastos atuava como repórter da “Última Hora” no final de agosto de 1961. Mas ele próprio admite que naqueles dias ele era na realidade um militante em defesa da posse de Jango:

Tenho partido, fui colunista político, conselheiro do Grêmio, dirigi clubes de esportes, e sempre tive um galardão na minha

profissão: ir em busca da isenção, procurar não misturar minha paixão clubística, minha filiação partidária e a atividade profissional. Mas sou obrigado a confessar que no episódio da Legalidade foi a única ocasião em que fui mais militante do que jornalista. Em toda minha carreira, tenho 56 anos de profissão, o único episódio em que fui mais militante do que jornalista é o episódio da Legalidade. [...] Fui contra a posição do Jango de aceitar o parlamentarismo, inclusive me engajei no movimento de rebeldia dos jornalistas. Era incrível, até os jornalistas estrangeiros eram a favor da Legalidade. Nunca vivenciei momento em que profissionais de imprensa se engajaram tanto no processo como no episódio da legalidade (FACHEL; DOMINGUES, 2011, p. 69).

Bastos recorda inclusive a revolta dos jornalistas, no interior do Palácio Piratini, quando tomaram conhecimento de que Jango havia concordado com a adoção do parlamentarismo:

“Não eram somente os jornalistas brasileiros envolvidos, eram estrangeiros também, alemães, ingleses, uruguaios, engajados no movimento. Quando o Jango chegou e começou a correr a notícia de que ele iria aceitar o parlamentarismo, pois havia acertado com o Tancredo em Montevideú, ocorreu um movimento liderado pelo Flávio Tavares e pelo Tarso de Castro. O Jango estava na ala residencial com o Brizola e a Dona Neusa. Houve um movimento, liderado pelo cineasta Luiz Carlos Barreto. Eu tenho fixado na minha retina o Barreto, que era repórter da revista O Cruzeiro, em cima de uma mesa no subsolo do Piratini, onde hoje é a Secretaria da Comunicação, incitando os repórteres para fazer um apelo junto ao Jango para que ele não aceitasse o parlamentarismo. Uns 200 jornalistas em volta dele, entrosados no movimento. O Barreto, o Flávio Tavares e o Tarso de Castro falaram com o Jango. Ele não disse que já tinha aceito o parlamentarismo, mas disse que era preciso ter uma posição ponderada para não haver derramamento de sangue. O rompimento entre o Brizola e o Jango já começou ali, quando ele aceitou o parlamentarismo” (Carlos Bastos, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 07/04/2013).

Seu colega de jornal, Dilamar Machado, que também trabalhava naquela época para a Rádio Gaúcha, também admitiu que durante o período ele, na realidade, atuava bem mais como um defensor da Constituição:

Vendo a luta legalista de Brizola, resolvi ser mais legalista do que jornalista. Desta forma, fui para os porões do Palácio Piratini e

integrei a luta que Brizola comandava. E nela continuei (GUIMARAENS et al., 1986, p. 96).

Os próprios ministros militares que tentaram impedir a posse de Jango na Presidência da República admitiram que o engajamento dos jornalistas na defesa da Constituição, influenciados pelo poder do rádio que mobilizou milhares de pessoas, foi fundamental para o insucesso do plano que eles tinham para a tomada do poder à força. O exemplo maior desta tese foi revelado pelo repórter Jaime Keunecke, também conhecido como JK, que participou ativamente da cobertura da Legalidade. Primeiramente ele recorda um pouco da sua trajetória naquele episódio:

“Eu tinha apenas 28 anos na época. E acompanhei a instalação da Cadeia da Legalidade desde o começo. O protesto de Brizola contra os hinos americanos. A iniciativa de criar o hino da Legalidade. Lembro daquele domingo, quando ligavam para o Palácio dizendo que estávamos em cadeia. Em 28 de agosto, no dia seguinte, cerca de 150 emissoras de rádio do Brasil já estavam em cadeia. [...] Eu estava no caravelle da Varig, pela rádio Guaíba, de Porto Alegre para Brasília, acompanhando o presidente Jango, junto com o Amir Domingues e o comandante Rubem Berta na aeronave” (Jaime Keunecke, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 22/03/2013).

Mas o reconhecimento da força do engajamento dos jornalistas pelos militares ocorreu quando JK tentou entrevistar o ministro da Guerra, Odílio Denys, justamente um dos mentores da tentativa de golpe contra Jango. Por coincidência, JK embarcou no avião, que fazia o trajeto entre Brasília e Rio de Janeiro, no qual também estava no seu interior o ministro Denys. JK conta que tentou entrevistá-lo três dias após a posse de Jango:

“A respeito da importante posição que os jornalistas tiveram na defesa da Legalidade, vou contar um episódio que ocorreu comigo e com o amigo Nelson Dimas, a bordo de um avião da Varig que vinha de Brasília para o Rio, três dias após a posse do presidente Jango. Entramos no avião da Varig e vimos sentados nos primeiros bancos o ex-ministro da Guerra, general Odílio Denys e seu ajudante de ordens. Disse para o Dimas que iria fazer uma exclusiva para os Diários Associados e para a revista O Cruzeiro com o cara que queria impedir a posse do Jango. O avião decolou, cheguei delicadamente ao general Odílio e disse que eu era jornalista do Rio Grande do Sul e gostaria de entrevista-lo a respeito destes recentes acontecimentos que culminaram com a posse de João Goulart. O general olhou para mim

com o rosto bem sério e disse: ‘Em primeiro lugar você é jornalista, e vocês jornalistas são os responsáveis por este cafajeste ter assumido a presidência da República. Não dou entrevista!’. Se retire da minha frente! Eu olhei para ele e percebi que o ajudante de ordens já estava se levantando, então voltei correndo para o meu banco lá atrás. Mas não fui preso!’ (Jaime Keuncke, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 22/03/2013).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do resgate histórico dos acontecimentos relacionados à participação efetiva do rádio na Rede da Legalidade, podemos concluir que as observações empíricas percebidas por este pesquisador permitem o levantamento da seguinte hipótese aqui descrita. A Cadeia da Legalidade centralizou uma série de ações que repercutiram diretamente na sociedade, através de um mecanismo que pode ser interligado com a administração de um *processo de mobilização social*. Estas ações foram possíveis em virtude da circulação discursiva de Leonel Brizola, que mobilizou milhares de brasileiros, das capitais às cidades do interior, em torno da defesa da Constituição. Segmentos distintos acabaram se unindo ao redor da mesma causa. Alguns deles, como o Sindicato dos Radialistas, iniciaram suas organizações profissionais inspirados na própria Legalidade. Até mesmo milícias foram criadas em defesa da posse de Jango, incentivadas pelos discursos inflamados do ex-governador e seus seguidores que circulavam pelos meios de comunicação.

Inferimos que a Cadeia da Legalidade se constituiu num complexo dispositivo, tendo em vista que estruturou e promoveu ações e estratégias com repercussão em vários segmentos. Os campos midiáticos revelando à sociedade o que estava acontecendo e gerando as linhas que deveriam ser seguidas pelos cidadãos. Os depoimentos e trechos históricos contidos nesta dissertação auxiliam no debate desta tese de que, durante o movimento, a mídia acabou pautando a sociedade gaúcha e, por consequência, as práticas radiofônicas provenientes da Cadeia da Legalidade atuaram como engrenagem neste processo de mobilização social que englobou milhares de brasileiros em defesa da Constituição Federal. Durante um dos seus constantes roteiros ao Rio Grande do Sul, cerca de 40 anos após o movimento, Brizola concedeu entrevista na qual admitiu que o rádio foi fundamental para evitar o golpe militar em 1961:

“Foi possível aquela resistência nacional porque contamos com uma comunicação através do rádio. E foi graças àquela locução plena de emoção que eu fiz para dar conhecimento à opinião pública daquela ordem treloucada de bombardear o Palácio. Tanto que eu pedi para que a população toda se retirar. Só ficasse quem quisesse enfrentar a situação. [...] Aquilo tocou na fibra do povo gaúcho. Foi devido a isto que nós conseguimos, praticamente, conter toda aquela investida golpista” (Flávio Alcaraz Gomes, depoimento concedido na Rádio Guaíba, realizado em 27/08/2001).

Ao mesmo em que demonstram a importância do rádio para o sucesso da Legalidade, os depoimentos e materiais coletados por este pesquisador permitiram também uma reflexão sobre esta verdadeira intersecção entre este veículo de comunicação de massa e o governador Leonel Brizola. Torna-se imperioso destacarmos que o trabalhista soube muito bem utilizar esta ferramenta para alcançar o seu objetivo de impedir o golpe contra Jango. Porém, infere-se também que o rádio foi a figura central de todo o episódio e acabou sendo beneficiado com esta iniciativa de Brizola. O locutor da Legalidade, Lauro Hagemann, entende que é preciso analisar a verdadeira função que o rádio exerceu no episódio:

“É preciso examinar muito bem o papel do rádio e da própria comunicação neste processo da Legalidade. Um elemento novo no processo revolucionário naquela ocasião. E tivemos a sorte de ter o Brizola como figura que encarnou este processo de comunicação e teve a capacidade de juntar os pedaços” (Lauro Hagemann, entrevista concedida em Porto Alegre, realizada em 27/09/2011).

O engajamento de 104 emissoras na Cadeia da Legalidade talvez tenha sido uma amostra da autonomização do veículo, no qual o rádio quis demonstrar sua força à sociedade sendo capaz, inclusive, de derrotar tentativas autoritárias como eram as orquestradas pelos ministros militares. É possível que a radiodifusão gaúcha possa ter aproveitado a crise formada em decorrência da renúncia de Jânio Quadros para reforçar ao público a sua potência, justamente na época do surgimento no Rio Grande do Sul de uma mídia eletrônica concorrente, no caso a televisão, que havia sido inaugurada por Assis Chateaubriand há pouco mais de um ano na capital gaúcha, em dezembro de 1959, com a TV Piratini. O professor de história da UFRGS, Nilo Castro, autor de estudo sobre os reflexos da criação da televisão, lembra que no começo da

década de 1960 os políticos já estavam deslocando suas atenções para a nova mídia:

“Os políticos já estavam migrando para a televisão, pois garantia a exposição da imagem com a voz, principalmente nos centros urbanos, onde eram decididas as eleições naquela época. Mesmo assim, após a Legalidade, o rádio ainda teve mais alcance do que a TV durante muito tempo” (Nilo de Castro, entrevista *concedida* em Porto Alegre, realizada em 09/05/2013).

As entrevistas desta dissertação revelam que a sociedade girou em torno do rádio naqueles 12 dias da Legalidade. O ex-deputado Romeu Barleze lembra das pessoas reunidas escutando os discursos de Brizola:

“O pessoal no interior se reunia com os rádios de pilhas ouvindo os discursos do Brizola. [...] A Legalidade sem a força da comunicação jamais sairia” (Romeu Barleze, entrevista *concedida* em Carazinho, realizada em 15/09/2011).

Desta forma, infere-se que o rádio defendeu a causa da Legalidade com o intuito de, além de proporcionar a mobilização social, também garantir a continuidade de sua afirmação como veículo de comunicação de massa. A radiodifusão gaúcha firmou sua posição vital para a democracia naquele momento, e até hoje, 51 anos após o episódio, é homenageada e reconhecida pelo acontecimento. Vejamos, por exemplo, a Rádio Guaíba que, apesar da resistência inicial do seu primeiro proprietário, Breno Caldas, acabou sendo beneficiada por alcançar projeção nacional. A própria emissora passou a denominar-se “a Rádio da Legalidade”, slogan criado pelo jornalista Flávio Alcaraz Gomes, que acompanhou todos os fatos surgidos durante a Legalidade. Durante a passagem da década de 1940, anos do movimento, em 2001, ele mesmo anunciava durante o seu programa “Flávio Alcaraz Gomes Repórter”:

“Guaíba, a Rádio da Legalidade, transmitindo hoje sua programação especial diretamente dos porões do Palácio Piratini [...]” (Flávio Alcaraz Gomes, depoimento *concedido* na Rádio Guaíba, realizado em 27/08/2001, transmissão ao vivo).

A Rádio Guaíba até hoje recebe homenagens graças ao sucesso da Legalidade, iniciativa criada por Leonel Brizola, e acaba tendo uma continuidade

do fortalecimento de seu nome, principalmente junto aos partidos políticos e poderes públicos. Exemplo deste fato ocorreu em 2011, durante a passagem do cinquentenário da Legalidade, quando a atual direção da emissora foi agraciada com placas comemorativas entregues pela presidência do PDT, durante o 5º Congresso Nacional do PDT, em Porto Alegre, e também pela Assembleia Legislativa do Estado. Já em setembro do ano passado, foi a vez do Governo do Estado do Rio Grande do Sul também homenagear a Guaíba em função do movimento liderado por Leonel Brizola. Tais fatos vêm ao encontro da frase dita pelo jornalista Flávio Tavares:

“Não sei quem ajudou mais, se o rádio ajudou o Brizola ou se o Brizola ajudou o rádio” (Flávio Tavares, entrevista concedida em Búzios, realizada em 12/02/2012).

Desta forma, ao se analisar todos os fatos pertinentes à Cadeia da Legalidade, amparados pelos depoimentos de profissionais e cidadãos que participaram ativamente daquele acontecimento, pode-se admitir que ocorreu um movimento entre dois campos distintos, no caso o midiático agregando o político em seu benefício.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mario de. [21 jun. 2011]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida no Rio de Janeiro. Era diretor do “Teatro de Equipe” e integrante da coordenação do Comitê de Artistas e Intelectuais Pró-Legalidade. Rio de Janeiro, 21 jun. 2011.

BARLEZE, Romeu. [15 set. 2011]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Carazinho. Na época era deputado estadual. Atualmente é presidente da Centrais Elétricas de Carazinho, Eletrocar. Carazinho, 15 set. 2011.

BARTHÉS, Roland. **O grão da voz**. Lisboa: Ed. 70, 1981.

BASTOS, Carlos. [07 abr. 2013]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Porto Alegre. Era repórter do jornal “A Última Hora”. Atualmente é assessor de imprensa da Secretaria Municipal de Esportes de Porto Alegre. Porto Alegre, 07 abr. 2013.

BIANCO, Nélia R. Del. Tendências da programação radiofônica nos anos 90 sob o impacto das inovações tecnológicas. In: BIANCO, Nélia R. Del; MOREIRA, Sonia Virgínia (Orgs.). **O rádio no Brasil: tendências e perspectivas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

BRAGA, José Luiz. **O sistema de resposta social**. São Paulo: Paullus, 2006.

BRIZOLA, Bariba. [21 out. 2011]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Passo Fundo. Sobrinha de Leonel Brizola. Atualmente é empresária em Passo Fundo. Passo Fundo, 21 jun. 2011.

BRIZOLA, Leonel. [28 ago. 2001]. Depoimento concedido na Rádio Guaíba. Porto Alegre, 28 ago. 2001.

CALDAS, Breno; MACHADO, José A. Pinheiro. **Meio século de Correio do Povo: glória e agonia de um grande jornal**. Porto Alegre, L&PM, 1987.

CAMARGO, J. G. **La radio por dentro y por fuera**. Quito: CIESPAL, 1980.

CASALI, Caroline (Orgs.). **Produção do acontecimento jornalístico: perspectivas teóricas e analíticas**. Porto Alegre: Armazém Digital, 2012.

CASTRO, Nilo de. [09 maio 2013]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Porto Alegre. É professor de História da UFRGS e doutorando em Ciências Políticas na UFRGS. Porto Alegre, 09 maio 2013.

COSTA, Celso. [14 nov. 2011]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Porto Alegre. Na época era técnico de áudio da Rádio Guaíba, função que desempenha até hoje. Porto Alegre, 14 nov. 2011.

CRATO, Nuno. **A imprensa**. Lisboa: Presença, 1998.

CUNHA, Magda. O receptor idealizado pelo discurso radiofônico: uma análise do emissor em “Gaúcha Hoje” e “Flávio Alcaraz Gomes Repórter”. In: BIANCO, Nélia R. Del; MOREIRA, Sonia Virgínia (Orgs.). **O rádio no Brasil: tendências e perspectivas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

DEUS, S. de. Rádio e política: da crítica do ouvinte à construção do cidadão. **Congresso Anual em Ciência da Comunicação** (Intercom), 25, Salvador, 2002. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/congresso2002_anais/2002_NP6DEUS.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2013.

DISCURSO de Brizola. Disponível em: <<http://www.pucrs.br/famecos/vozesras/legalidade.htm>>. Acesso em: 30 jul. 2012.

DO RÁDIO à internet: a legalidade e a mobilização popular: entrevista especial com Christa Berger. 29 ago. 2011. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/46769-do-radio-a-internet-a-legalidade-e-a-mobilizacao-popular-entrevista-especial-com-christa-berger>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

DUARTE, Bachieri. [10 jul. 2005]. Depoimento concedido na TV Guaíba. Porto Alegre, 10 jul. 2005.

FACHEL, Claudio; DOMINGUES, Camila. **Os 50 anos da legalidade em imagens**. Porto Alegre: CORAG, 2011.

FAUSTO NETO, A. **As bordas da circulação**. Belo Horizonte: GT - PUC/MG, 2009.

FERRARETO, L. A. **Radio e capitalismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ulbra, 2007.

FILHO, Batista. [10 nov. 2011]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Porto Alegre. Na época era o responsável pelo credenciamento da imprensa na cobertura da Legalidade. É o presidente da Associação Riograndense de Imprensa. Porto Alegre, 10 nov. 2011.

FREDERICO, Celso. Brecht e a teoria do rádio. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 60, 2007.

GOMES, Flávio Alcaraz. [27 ago. 2001]. Depoimento concedido na Rádio Guaíba. Porto Alegre, 27 ago. 2001.

GRISA, J. A. **Histórias de ouvinte: a audiência popular no rádio**. Itajaí: Univali, 2003.

GUIMARAENS, Rafael et al. (Orgs.). **Legalidade 25 anos: a resistência popular que levou Jango ao poder**. Porto Alegre: Redactor, 1986.

HAGEMANN, Lauro. [27 set. 2011]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Porto Alegre. Era locutor da Cadeia da Legalidade. Atualmente é radialista aposentado, além de ex-vereador e ex-deputado estadual. Porto Alegre, 27 set. 2011.

HARRES, M. M. História oral: algumas questões básicas. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 99-112, dez. 2008.

HAUSSEN, Dóris F. **O poder de mobilização do rádio**. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. **Rádio e política**: tempos de Vargas e Perón. Porto Alegre: Edipucrs, 1997.

KANT, Immanuel. Para a paz perpétua: um esboço filosófico. In: GUINSBURG, J. **A paz perpétua**: um projeto para hoje: Kant, Derrida, Rosenfeld e Romano. São Paulo: Perspectiva, 2004. p. 31-88.

KEUNECKE, Jaime. [22 mar. 2013]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Porto Alegre. Na época era repórter do Diário de Notícias da Legalidade e atualmente é comentarista da rádio e TV Pampa. Porto Alegre, 22 mar. 2013.

KUHN, Dione. **Brizola**: da legalidade ao exílio. Porto Alegre: RBS, 2004.

LAVOINNE, Yves. **A rádio**. Lisboa: Veja, 1986. (Coleção Trimédia).

MANCINI, Enrique Alejandro. Entrevista concedida à autora Dóris Fagundes Haussen. Buenos Aires, 25 out. 1991.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e jornalismo**: a saga dos cães perdidos. São Paulo: Hacker, 2000.

MAROCCO, Beatriz (Org.). **Entrevista na prática jornalística e na pesquisa**. Porto Alegre: Libretos, 2012.

McLEISH, Robert. **Radio production**: a manual for broadcasters. Oxford: Focal, 1999.

MEDITSCH, Eduardo (Org.). **Teorias do rádio**: textos e contextos. Florianópolis: Insular, 2005. v. 1.

MOREIRA, Sônia Virgínia. **O uso político do rádio**. Palestra proferida no Estúdio Sinfônico da Rádio MEC. 27 set. 2006. Disponível em: <http://www.radioeducativo.org.br/artigos/radio_politica.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MUÑOZ, J. J.; GIL, C. **La radio**: teoria y practica. Habana: Pablo de la Torriente, 1990.

NOLL, M. I. (Org.). **O movimento da legalidade**: assembleia legislativa e mobilização política. Porto Alegre: Webprint, 2011.

ORTRIWANO, Gisela S. **A informação no rádio**: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. São Paulo: Summus, 1985.

ORTRIWANO, Gisela S. Rádio: interatividade entre rosas e espinhos. **Novos Olhares**, São Paulo, n. 2, 2. sem. 1998.

PAIM, Lorena. **Ocupação da Ilha da Pintada opõe Exército e BM**. 18 jul. 2011a. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/2011/07/ocupacao-da-ilha-da-pintada-para-calar-a-cadeia-da-legalidade-opoe-exercito-e-brigada-militar>>. Acesso em: 22 jun. 2013.

_____. **Uma jovem estudante no porão da Legalidade**. 07 jul. 2011b. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/2011/07/uma-jovem-estudante-no-porao-da-legalidade/>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

_____. **Teatro de equipe agregou artistas de várias formações**: Milton Mattos e Ivette Brandalise dizem que a instalação do Comitê foi espontânea e imediata. 20 jul. 2011c. Disponível em: <<http://sul21.com.br/jornal/2011/07/teatro-de-equipe-agregou-artistas-de-varias-formacoes/>>. Acesso em: 16 jul. 2012.

PERÓN, Juan Domingo. **El pueblo quiere saber de que se trata**. Buenos Aires: Freeland, 1951.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos - Revista de Comunicação, Cultura e Educação**, n. 6, p. 59-76, 2005.

RODRIGUES, Adriano Duarte. **O campo dos media**: discursividade, narratividade, máquinas. Lisboa: Veja, 1999. (Coleção Comunicação e Linguagens).

ROMANO, Roberto. **Ponta de Lança**. São Paulo: Lazuli, 2006.

_____. Sigilo jornalístico e segredo de Estado. **Revista da Faced**, Salvador, n. 09, 2005.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. **Katálisis**, v. 8, n. 1, p. 24-31, Florianópolis, jan./jun. 2005.

SILVA, J. L. O. A. **Rádio**: oralidade mediatizada: o spot e os elementos da linguagem radiofônica. São Paulo: Annablume, 1999.

SILVA, Juremir Machado da. **Vozes da legalidade política e imaginário na era do rádio**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

SILVEIRA, Norberto. **Reportagem da legalidade 1961-1991**. Porto Alegre: NS, 1991.

SIMÕES, C. F. De rádio, propaganda política, publicidade e marketing. **Diálogos Possíveis**, Bahia, 2006. Disponível em: <<http://www.fsba.edu.br/dialogos-possiveis/artigos/8/05.pdf>>. Acesso em 11 mar. 2013.

SOUZA, Claudio Melo. **Impressões do Brasil**: a imprensa brasileira através dos tempos: rádio, jornal e TV. São Paulo: Grupo Machline, 1986.

TAVARES, Flávio. [12 fev. 2012]. Entrevistador: Renato de Oliveira Sagrera. Entrevista concedida em Búzios. Na época era editor de política do jornal "A Última Hora". Atualmente é escritor e colunista do jornal "Zero Hora". Búzios, 12 fev. 2012.

_____. **1961**: o golpe derrotado: luzes e sombras do movimento da legalidade. Porto Alegre: LPM, 2011.